

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP**

Maria Luiza Cobra de Castilho

**MIGRAÇÃO, HISTÓRIA E TRANSMISSÃO:
uma família que se conta**

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**SÃO PAULO
2010**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP**

Maria Luiza Cobra de Castilho
(Tai Castilho)

**MIGRAÇÃO, HISTÓRIA E TRANSMISSÃO:
uma família que se conta**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora
como exigência parcial para obtenção do título
de MESTRE em Psicologia Social pela
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
sob a orientação da Professora Doutora Miriam
Debieux Rosa

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**SÃO PAULO
2010**

Banca Examinadora

Dedicatória

Mar Português

*Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.
(Fernando Pessoa:
Mensagem, 1997:64)*

Dedico este trabalho aos meus filhos
Carla, Luciano e Paula,
que comigo foram além....
e à Ana Maria, minha irmã,
que se foi durante o percurso deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Meu muito obrigada,

à Miriam Debieux, Walquíria Dias e ao Paulo Fernando Pereira. Seria difícil chegar até aqui sem vocês

Miriam, pela orientação cuidadosa, reflexiva, solidária e amiga

Walquíria, pelas trocas e ajuda carinhosa nos tropeços com o texto e encadeamento das idéias

Paulo Fernando, pelo espaço prazeroso de referências intelectuais e boas risadas

Um agradecimento sincero,

à Maria Filomena Gregori (Bibia) e Isabel Kahn Marin (Bel), pelas valiosas sugestões na banca de qualificação

À Maria Cristina Vicentin (Cris) e Miriam Debieux, pelo apoio e aprendizado oferecido como professoras e coordenadoras do Núcleo

a Bader Sawaia, por me abrir a porta

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social com quem pude compartilhar ideias e ampliar meus conhecimentos

À Marlene, pela paciência e presença nesse Programa, em quem depus minhas dificuldades com os caminhos burocráticos

Minha gratidão à bolsa do CNPQ que me permitiu horas contínuas de estudo e trabalho

Meu muito obrigada à família sujeito da pesquisa, com quem tenho aprendido muito: obrigada pela coragem de fazermos este percurso juntas

e obrigada a todas as famílias que, em tantos anos de profissão, têm me ajudado a desenhar meu caminho como pesquisadora

Fernanda e Raquel, muito obrigada pela pronta ajuda amiga na formatação, finalização e tradução do texto

e obrigada a Lucy, pela grande ajuda na formatação final e as valiosas sugestões

Muito obrigada,

À equipe do FA do ITFSP: Regina Prata, Mônica Genofre, Simone Bambini, Zeila Menegon e Alexandra Colini: sem vocês e as ideias compartilhadas teria sido impossível realizar este trabalho

Um obrigada especial aos companheiros e amigos do ITFSP que me ancoraram nas tarefas e decisões durante minha ausência: Nilza Fagundes, Ana Maria Escobar, Cristiana Pereira, Regina Prata, Antonio Carlos Aranha, Maria Luiza Carmona, Lúcia Conde, Lucía Ghisalberti, e Mercedes Oliveira, base de apoio do ITFSP e de muitas de minhas angústias durante o mestrado

Obrigada aos companheiros do Núcleo e dos outros cursos, que me acompanharam nesta trajetória e me ajudaram a organizar as idéias: Leninha (in memoriam), Sandra A., Sandra B., Aninha, Ana, Bruno, Marta, Rose, Letícia, Eliane, Rodrigo, Manuela, Reimy, e todos os outros com quem tive e tenho oportunidade de continuar as discussões teóricas e práticas

Obrigada à Marta Assolin, pelas conversas amigas, atentas, valiosas

Obrigada à Maria Rita Kehl por me ajudar a entender que seria possível percorrer este caminho

Obrigada a minha mãe, meus filhos, nora e netos por me ajudarem, em silêncio, a estar tão mais ausente.

RESUMO

Trataremos dos temas da migração, história e transmissão intergeracional em uma família migrante, em vulnerabilidade social, atendida pelo projeto piloto Família Acolhedora – FA, da Prefeitura de São Paulo. Abordaremos a concepção de família vigente no imaginário social que não leva em conta a pluralidade do conceito família e a diversidade nos modos de convivência das famílias brasileiras, desconsiderando as diferentes redes de parentesco, consanguíneas e afins. Destacaremos as práticas de circulação de crianças e as relações entre mães, avós e filhas, e a invisibilidade dos pais, especialmente nas famílias brasileiras. O estudo, de base qualitativa, utilizou-se da escuta e acompanhamento de uma família e sua trajetória migratória, focalizando três gerações de mulheres que migraram para São Paulo. A pesquisa foi possibilitada pelo Instituto de Terapia Familiar de São Paulo, instituição executora do projeto FA, cuja equipe acompanhou a família, no contexto de acolhimento do filho/neto pequeno durante o tempo em que a mãe foi destituída da guarda do menino. Seu traçado teórico partiu da complexidade do tema família e dos aportes da história, antropologia, sociologia, psicanálise e terapia familiar, na tentativa de superar limites como a articulação entre a clínica e o social/político. Discutiui-se o silenciamento da história e sua relação com o modelo hegemônico – família conjugal nuclear – que torna invisíveis outras práticas e dinâmicas familiares, como a prática de circulação de crianças. Analisaremos também os sentidos da migração na família estudada, considerando as questões de gênero envolvidas: o lugar das mulheres que migram – se retiram – de lugares marcados pela tradição e pela moralidade do que é imposto ao homem e a mulher nas culturas de origem; as mulheres, filhas ilegítimas que vão à busca de um homem/pai que as legitime no lugar de mulher/mãe; diferenciação entre os sentidos de deixar/guardar, dar e abandonar filhos nas diferentes práticas e contextos culturais. Apontaremos o pouco interesse das políticas públicas pelas dinâmicas e histórias singulares das famílias, e a surdez para práticas e culturas que não entrem no modelo hegemônico, estigmatizando comportamentos e mantendo “o mito da família estruturada” e o “mito da maternidade”. Finalmente, passaremos às considerações sobre a importância e dificuldades de um projeto sobre a família brasileira que vive em vulnerabilidade social, que leve em conta o resgate da circulação das histórias vividas em suas singularidades, como condição de transformação na subjetivação, possibilitando a construção de novos laços.

Palavras-chave: famílias brasileiras, migração, circulação de crianças, transmissão e circulação da história, políticas públicas.

ABSTRACT

This dissertation is focused on the themes of: migration, history and intergenerational transmission in a migrant family living in social vulnerability conditions, cared for by the “*Familia Acolhedora*” (FA) – “Welcoming Family” (WF) Project, sponsored by São Paulo City’s local government. The study approached the family concept in force in a social imaginary that does not consider the plurality of the family concept and the diversity of the ways Brazilian families coexist, by not considering the various kinship relationships, both by blood and marital ties. Emphasis will be placed on the practices of circulating children in the family and on the relations between mothers, grandmothers and daughters, and the invisibility of fathers, especially in Brazilian families. The qualitative basis study heard and followed-up one family and their migrant trajectory, focusing on three generations of women that migrated to São Paulo. This research was enabled by Instituto de Terapia Familiar de São Paulo (São Paulo Family Therapy Institute), institution that executed the WF Project, in the context of caring for a young child/grandchild along the time the boy’s custody was withdrawn from his mother.

The theoretical outline started from the complexity of the subject family and the contributions of history, anthropology, sociology, psychoanalysis and family counseling, in an attempt to surpass limits such as the articulation between the clinic and socio-political circumstances. The discussion contemplated the silence imposed on the family’s history and its relation to the hegemonic model – a nuclear married couple family – that makes invisible other family practices such as circulating children in the family. The study also included the directions of migration in the studied family, considering gender issues: the place of women that migrate – remove themselves – from places marked by tradition and morality imposed on man and woman in their original cultures; the women, illegitimate daughters that depart in search of a man/father that would legitimize them as women/mothers, differentiating between the meaning of leaving/keeping, giving away and abandoning children in the various cultural practices and contexts. The study points out the little interest of public policies in the dynamics and singular histories of families, and the deaf-ear to practices and cultures that are not part of the hegemonic model, stigmatizing behaviors and maintaining the “myth of a structured family” and the “myth of maternity”. Finally, some considerations on the importance and difficulties of a project on a Brazilian family living in social vulnerability conditions that considers redeeming the circulation of their history, their specificities as a condition for transformation in subjectivities, enabling the development of new bonds.

Keywords: Brazilian families, migration, circulation of children, transmission and circulation of history, public policies.

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 FAMÍLIA E FAMÍLIAS / DIVERSIDADE.....	16
1.1 A CONCEPÇÃO DE FAMÍLIA NO IMAGINÁRIO SOCIAL E A DIVERSIDADE DE CONFIGURAÇÕES NAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS	16
1.1.1 Trajetórias e transições: as perspectivas de ciclo de vida familiar e curso de vida	24
1.2 AS DIVERSAS CONFIGURAÇÕES DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS	31
CAPÍTULO 2 HISTÓRIA E TRANSMISSÃO NA FAMÍLIA POBRE	41
2.1 A FAMÍLIA MIGRANTE POBRE: MEMÓRIA FAMILIAR.....	41
2.2 MIGRAÇÃO, TRANSMISSÃO E REPETIÇÃO.....	47
2.3 FAMÍLIAS E CRIANÇAS EM MOVIMENTO: A CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS, PRÁTICA ESQUECIDA?	51
CAPÍTULO 3 ESCUTANDO FAMÍLIAS NO PROJETO FAMÍLIA ACOLHEDORA.....	60
3.1 CARACTERÍSTICAS DO PROJETO-PILOTO FAMÍLIA ACOLHEDORA	60
3.2 ELEMENTOS ENTRE A CLÍNICA E O SOCIAL/POLÍTICO	61
3.3 O FOCO NA FAMÍLIA	62
3.3.1 A busca da história perdida: repetições, recordações e elaborações	65
3.3.2 Entre a família acolhedora e a família de origem: relato do acolhimento de Luan.....	69
CAPÍTULO 4 UMA FAMÍLIA QUE SE CONTA	74
4.1 QUESTÕES, REFLEXÕES E ANÁLISE.....	74
4.1.1 As mães e suas mães.....	75
4.1.2 O lugar dos homens/pais	76
4.1.3 A questão de gênero e redes nos processos migratórios.....	82
4.1.4 A construção subjetiva do sujeito: de desejante - a retirante - a desejante.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89
ANEXO 1 TCLE	103
ANEXO 2 GENOGRAMA DA FAMÍLIA DOS SANTOS PEREIRA.....	104

“Uso a palavra para compor meus silêncios.

Não gosto de palavras

fatigadas de informar.

Dou mais respeito

às que vivem de barriga no chão

tipo água de sapo.

Entendo bem o sotaque das águas.

Dou respeito às coisas desimportantes

e aos seres desimportantes.

Prezo insetos mais que aviões.

Prezo a velocidade

das tartarugas mais que a dos mísseis.

Tenho em mim esse atraso de nascença.

Eu fui aparelhado

para gostar de passarinhos.

Tenho abundância de ser feliz por isso.

Meu quintal é maior do que o mundo.

Sou um apanhador de desperdícios:

Amo os restos

como as boas moscas.

Queria que a minha voz tivesse um formato de canto.

Porque eu não sou da informática:

eu sou da invencionática.

Só uso a palavra para compor meus silêncios.”

(Manoel de Barros, *Memórias Inventadas: as Infâncias de Manoel de Barros*, 2010, p.47.)

INTRODUÇÃO

Escutar famílias, refletir e estudar as relações familiares tem sido minha prática profissional há mais de duas décadas, em consultório e no Instituto de Terapia Familiar de São Paulo (ITFSP), instituição que fundamos há vinte anos e que se dedica a formar profissionais, à pesquisa e ao atendimento de famílias de baixa renda.

Apesar das diferentes dimensões sociais e culturais das pessoas atendidas, as dinâmicas que se repetiam pelas gerações, embora causadoras de grande sofrimento, sempre me inquietaram. Fui associando, aos poucos, as redundâncias observadas à dificuldade dos indivíduos e do grupo familiar para contar suas histórias, particularmente em famílias originadas de migrações externas e internas.

Essas questões resgatavam minha própria trajetória migrante e, nesse sentido, tomarei a liberdade de relatar em primeira pessoa como cheguei, nas andanças da vida, ao objeto de estudo escolhido.

No início dos anos oitenta, fui morar em (migrei para) em Roma, na Itália, com meus três filhos, motivada pela possibilidade de receber orientação para a pesquisa que realizava na época, como aluna do programa de mestrado em Psicolinguística da Unicamp.

Depois de alguns meses, segundo a orientação recebida, ingressei como aluna regular em um instituto de formação em terapia familiar para conhecer parte da teoria que daria sustentação às minhas hipóteses.

Após um ano, decidi que completaria minha formação em terapia familiar e interromperia o mestrado. Durante cinco anos vivi na condição de migrante, em tempos onde o mundo ainda não estava assolado pela globalização. Em Roma, eu trabalhava, estudava e morava com minha família.

Durante este tempo, consegui cidadania italiana, para mim e para meus filhos, e visitei os locais onde viveu a família de meu ex-sogro, italiano naturalizado brasileiro.

Observei que, para os italianos, as origens das famílias eram muito importantes, que cartórios e paróquias guardavam verdadeiros acervos de árvores genealógicas. E que, apesar dos fluxos migratórios internos mudarem o desenho dos arranjos familiares e da dinâmica das relações, os arquivos das origens e das histórias das famílias se mantiveram vivos na memória das pessoas.

Trabalhei, no tempo de migrada, no Centro de Estudos da Embaixada Brasileira ministrando aulas de português para italianos, onde pude participar de muitas histórias de vida.

As histórias de vida circulavam facilitadas pela prática de conversação das aulas, o que aproximava as pessoas, constituía vínculos afetivos e intimidade. Todos sabiam nome e sobrenome de todos.

Essa experiência foi determinante para meu trajeto como terapeuta de casal e de família, formadora de profissionais em terapia familiar e coordenadora de projetos no ITFSP.

No retorno ao Brasil, deparei-me com uma cultura onde predominava o anonimato: sobrenomes e origens tinham importância secundária.

Talvez pela história pessoal – sou originária de uma família que pulou de cidade em cidade durante toda minha infância e adolescência – e pela condição de migrante em outro país, simpatizei com abordagens em terapia familiar chamadas trigeracionais, para as quais é fundamental o conhecimento do sistema de valores da família, de como são compartilhados e se transmitem intergeracionalmente, principalmente em contextos multiculturais e multiétnicos, cada vez mais crescentes. Além disso, esse tipo de abordagem considera a dimensão histórica da família, conectando os diferentes tempos e suas dinâmicas; trabalha com o sistema emocional de no mínimo três gerações, o que permite ressaltar valores, mitologias e crenças representativas das raízes sobre as quais se fundam os vínculos afetivos; e permite avaliar como cada uma das gerações, os mais velhos, os mais jovens e as crianças e adolescentes dialogam com o mundo de seus pares e entre eles.

A célula fundadora de qualquer família, venha de onde vier, é sua história de pertencimento, através de gerações, onde nomes e sobrenomes de cada um indicam quem são os personagens da história, que lugares ocupam e como e por quem foram inscritos na memória e na dialogia¹ familiar.

Em minha experiência, a escuta do outro, a curiosidade que permite o brotar das perguntas, a construção da narrativa onde interagem diferentes vozes e a própria, o contar a história juntos facilita que as histórias circulem, materializa e permite reposicionar os lugares - como nas rodas de conversa que trazem a importância do sujeito “contador”, pela

¹ Cf Estudos de Bakhtin apud Brait, 2006, que enfatizam a característica dialógica da linguagem: diálogo é a forma clássica da comunicação verbal. Expressa a posição do locutor, possibilitando uma posição responsiva. Diálogo, concebido como unidade real da linguagem, é produto da alteridade; para que o locutor se apresente é necessário que haja uma consciência que se reconhece no outro. Dialogismo refere-se a relações de sentido que se estabelecem entre dois discursos. BRAIT, Beth (org.). Bakhtin: conceitos chave. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

possibilidade de escutar vozes internas que se externalizam na interação, num exercício dialógico verbal e não verbal que constrói a intertextualidade da narrativa.

Os trabalhos sociais de que participei e tenho participado foram evidenciando o silêncio, o pouco interesse dos projetos sociais e de muitos profissionais pelas narrativas familiares. Observei também quão invisível é aos olhos das políticas públicas a diversidade dos arranjos e dos diferentes modos de funcionar das famílias público-alvo de políticas sociais.

Coordenando e supervisionando projetos sociais centrados em famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social (CASTILHO ET AL, 2000; CASTILHO, PRATA; ACQUESTA, 2008), deparei-me com a pertinência do tema da transmissão psíquica intergeracional, ao detectar que as novas gerações conhecem pouco, ou quase desconhecem, as histórias de seus pais e avós, muito deles migrados de outras regiões do Brasil e sediados em diferentes regiões do município de São Paulo.

Ao participar das reuniões de supervisão dos projetos, também notei que muitos trabalhadores sociais das instituições envolvidas mostravam pouco interesse pelas histórias das famílias. Embora as pessoas fossem cadastradas com nome e sobrenome, eram nomeadas pelas funções que exerciam: mãe, pai, avó etc. Outro aspecto que chamava minha atenção eram as diferentes paternidades dos filhos dessas famílias. Havia, por parte dos psicólogos e assistentes sociais, pouco interesse pelo tema da paternidade e pelas singularidades presentes em cada grupo familiar.

A banalização dos universos familiares e de suas origens, associada às outras dinâmicas observadas, tais como o olhar preconceituoso e a expectativa que incide sobre as mulheres em torno da maternidade; o apagamento da figura paterna e o desconhecimento sobre homens assinalados como pais e/ou companheiros (CASTILHO, SOUZA, 2000); as generalizações sobre “criança abandonada” que desqualificam as famílias e as mantêm como “famílias desestruturadas” (FONSECA, 1999, p.256), o que promove a institucionalização de crianças e adolescentes; e, finalmente, a fragmentação da rede institucional de atendimento contribuem para manter muitas famílias alienadas em seu sofrimento. Esses fatores aguçaram o interesse pelo tema da repetição das dinâmicas familiares e sua relação com a memória familiar, vinculada à falta de circulação das histórias vividas.

Nos anos de experiência escutando e interagindo com famílias, fui percebendo que, quando vencidas as resistências que impediam o aflorar de narrativas, a circulação das histórias trazia efeitos positivos visíveis, particularmente para os filhos, que pareciam sentir-se mais acolhidos e mais próximos afetivamente: ou seja, saber a história de suas famílias era

saber sobre si, confirmar o pertencimento, redimensionar os lugares na família e na comunidade.

Em 2006, o ITFSP, por meio de um convênio com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e a parceria com a Comissão de Implantação do Projeto Piloto Família Acolhedora, formada por parceiros âncoras, parceiros institucionais e pelas Supervisões Regionais de Assistência Social de Pinheiros e de Santo Amaro, responsabilizou-se pela execução desse projeto-piloto, voltado ao atendimento de famílias de origem (FO) de crianças e adolescentes cujos pais foram destituídos da guarda dos filhos que, temporariamente, passam a conviver com famílias acolhedoras (FA).

Atendendo as famílias de origem das crianças do projeto em 2007, escolhi para o estudo de caso de minha pesquisa uma família composta por mãe, dois filhos e avó. O filho mais novo, uma criança de quatro anos, cuja mãe e avó migraram da Bahia, encontrava-se abrigado há um ano. Sua irmã, de 13 anos, encontrava-se na Bahia quando o trabalho teve início. Acompanhei, junto às equipes do ITFSP e do projeto-piloto, o processo de acolhimento da criança e os atendimentos de sua família de origem. Pude também observar, nessa e em outras famílias migradas atendidas nesse e em outros projetos, que as novas gerações dessas famílias pouco sabiam sobre as experiências de migração de seus familiares, seus motivos, e mal sabiam os nomes de tios e avós, onde e com quem viviam. Embora observasse que em famílias não migradas as histórias vividas também circulassem pouco, pensei na importância de se estudar a atuação da migração no “esquecimento” das histórias familiares.

Os focos desta dissertação serão:

- **A influência dos constantes deslocamentos que decorrem do processo migratório na fragmentação da memória e dos afetos nas famílias que vivem em vulnerabilidade social.**
- **A busca de uma compreensão do entrelaçamento entre a transmissão psíquica e a repetição de padrões de funcionamento intergeracionais com situações traumáticas vividas e caladas. Neste aspecto, perguntar-nos-emos sobre os sentidos dos sentimentos de abandono presentes e como se modificaram a partir da circulação das histórias orais ocorridas nos atendimentos.**

Este estudo poderá propiciar uma maior visibilidade das famílias migrantes nas políticas públicas, assim como enriquecer os questionamentos dos atendimentos oferecidos pelos programas voltados para famílias em vulnerabilidade social.

No Capítulo 1 abordaremos a concepção de família vigente no imaginário social que não leva em conta a pluralidade do conceito família e a diversidade nos modos de convivência das famílias brasileiras, levando-se em consideração as diferentes redes de parentesco, consanguíneas e afins. Destacaremos as práticas de circulação de crianças e as relações entre mães, avós e filhas, e a invisibilidade dos pais, especialmente nas famílias brasileiras.

No Capítulo 2 trataremos da memória e transmissão da história na família em vulnerabilidade social migrante. Será esboçado o traçado teórico deste trabalho, que parte da complexidade do tema família e caminha por aportes da história, antropologia, sociologia, psicanálise e terapia familiar. A história, antropologia e sociologia serão abordadas por meio dos estudos de Sawaia (2006), Corrêa (1994), Sarti (2003 a, b), Gregori (2000) e Fonseca (1995, 1997, 1999 a, b, 2007). O tema da transmissão psíquica será tratado por alguns autores que estudam famílias tanto nas abordagens sistêmicas de Neuberger (1999), Bowen (1979), Framo (1996), Boszormenyi-Nagy e Spark (1988) e Andolfi (1984, 2003, 2006) como as psicanalíticas de Rosa (1999 a, b, 2000, 2001, 2006, 2008, Berta e Rosa (2006), Kaës (2001) e Correa (2001).

No Capítulo 3, focalizaremos a escuta das famílias no Projeto Família Acolhedora, caracterizando esse projeto, e apresentando casos elucidativos da articulação entre a clínica e o social/político e a função do silenciamento da história familiar. Em seguida será apresentado o relato do estudo de caso de uma família que participou do projeto, sua trajetória migrante, e as relações que vão se delineando em sua história.

No Capítulo 4 selecionamos alguns temas para análise e reflexão: a mãe e suas mães, o lugar dos homens/pais, os sentidos da migração: deixar é abandonar? E, finalmente a construção subjetiva do sujeito: de desejante a retirante.

Finalmente, passaremos às considerações sobre a importância e dificuldades de um projeto sobre a família brasileira que vive em vulnerabilidade social, que leve em conta o resgate da circulação das histórias vividas em suas singularidades, como condição de transformação na subjetivação, possibilitando a construção de novos laços.

CAPÍTULO 1 FAMÍLIA E FAMÍLIAS / DIVERSIDADE

Neste capítulo abordaremos concepções e visões históricas sobre família com o intuito de iniciarmos uma aproximação ao tema central da pesquisa. Partiremos da concepção de família vigente no imaginário social que não leva em conta a diversidade de arranjos nas famílias brasileiras, considerando-se as diferentes redes de parentesco. Destacaremos as práticas de circulação de crianças, as relações entre mães, avós e filhas, e a invisibilidade dos pais, especialmente nas famílias brasileiras.

1.1 A CONCEPÇÃO DE FAMÍLIA NO IMAGINÁRIO SOCIAL E A DIVERSIDADE DE CONFIGURAÇÕES NAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

A família como instituição social esteve sempre permeada pela dimensão histórica de seus contextos e por normas e valores ligados a símbolos e representações. Desde os primórdios - quando ainda não se pensava em família como um núcleo com função afetiva², embora o afeto pudesse estar presente - ela vem sofrendo mudanças no modo de se organizar e se relacionar.

Embora estudos interdisciplinares da sociologia, história, antropologia e psicologia retratem a complexidade e diversidade dos grupos familiares, o que se observa é a necessidade de se instituir um modelo hegemônico, que passa a fazer parte do imaginário social. Refletir acerca do imaginário social auxilia na compreensão das problemáticas do sujeito e do modo como se estruturam os laços sociais, não somente na atualidade, mas também na história (ROSA, 2009).

O imaginário social é, segundo Castorialis (1988), o conjunto de significações, normas e lógicas (dinheiro, sexo, homem, mulher, criança etc.) que determinam o lugar concreto que os indivíduos ocupam na sociedade. Esse conceito permite superar o de ideologia, na medida em que este último, ao definir crenças, também atribui um caráter falso às mesmas, enquanto o imaginário social envolve na própria definição sua índole de criação

² Cf Ariès (1981:11) “(...) o sentimento entre os cônjuges, entre os pais e os filhos, não era necessário à existência nem ao equilíbrio da família: se ele existisse, tanto melhor”.

real e, ao mesmo tempo, de lugar de entrecruzamentos de ideais, cuja substância é tanto histórico-social como político-libidinal. Tais lugares permitem hipotetizar de que forma tais "realidades" ou fantasias dos grupos sociais (AULAGNIER, 1979) produzem discursos e atribuem lugares específicos, no caso, em relação à família e aos lugares dos sujeitos nela. Ressalta-se a ideia de que é a partir de certa concepção de lei, indivíduo, adolescente, sociedade, sexualidade e domínio, que alguns são considerados, excluídos e/ou patologizados como sujeitos humanos (ROSA, 2004).

Destacar os enunciados e a enunciação presentes na cena social sobre referentes fundamentais da organização social, familiar e psíquica elucidada sobre o imaginário dos grupos sociais. Estes atribuem, em nome do discurso do Outro e do simbólico, lugares específicos ao sujeito, lugares estes que produzem discursos diferenciados, normatizadores ou considerados fora da norma. A “teima” das posturas que reafirmam enfoques padronizados para as relações sociais, no caso a família, fortalece modelos fechados que facilitam a desqualificação de outros tipos de funcionamentos que não respondam às normas pré-ditadas pelo modelo de referência. Essa homogeneização conduz ao discurso que contrapõe famílias ditas estruturadas a famílias consideradas desestruturadas, descolando as pessoas de seus contextos e de sua história.

O modelo conjugal,/nuclear, contextualizado na Europa em decorrência do processo civilizatório alavancado pelo desenvolvimento urbano-industrial, em vez de ser uma das possibilidades, passa a ser pano de fundo para as análises sobre a família a partir do final do século XIX (SALLES, 1991). Porém, modelos mais próximos à família patriarcal/tradicional continuam a vigorar, predominantemente no meio agrícola.

Embora seja inegável a importância da família nuclear, ao nos basearmos em uma só referência fechamo-nos em ideias pré-concebidas e nossas lentes deixam de alcançar outras práticas de convivência que persistem, além dos novos funcionamentos que emergem em contextos específicos, como, por exemplo, os que derivam de processos migratórios.

Por outro lado, percebe-se uma variabilidade no modo de se relacionar e se organizar da própria família nuclear, o que só confirma a existência de uma multiplicidade de processos sociais que, ao mesmo tempo, incidem nas relações familiares e são influenciados por elas. Reafirmamos que o discurso normatizador, tanto do mundo científico quanto do senso comum alimenta e mantém preconceitos, além de engessar possibilidades.

Segundo Roudinesco (2003), enquanto o discurso dominante da atualidade fala em crise da família ou “em desordem”, a família continua reivindicada por todos, como um valor

ao qual não se pode renunciar: “ela é amada, sonhada e desejada por homens, mulheres e crianças de todas as idades, de todas as orientações sexuais” (2003, p.198).

Estamos todos inseridos em uma família, *mas de que família ou de que desordem estamos falando?* A família, tal e qual a conhecemos, é uma instituição social moderna que, portanto, nem sempre existiu, tendo se configurado como tal a partir de mudanças sociais, culturais e econômicas. As teorias sobre a família antiga de Morgan (1981)³ fundaram o estudo do parentesco. Em sua opinião, o desenvolvimento do gênero humano se processava através de estágios sucessivos e lineares, aos quais correspondiam os diferentes núcleos familiares; os seres humanos se constituíam em grupos de parentesco e viviam sob a vigência de seus grupos.

Nos primórdios da humanidade, as famílias se organizavam em clãs, viviam em grupos comunitários, dirigidos pelas mulheres e abastecidos pelos homens. Não havia hierarquização entre eles, e se caracterizavam pela ideia de fraternidade e pela consanguinidade. Em comum, tinham a descendência e o território.

Até o século XV, as crianças estavam ausentes nas representações iconográficas, e ainda não se podia definir a família tal qual a conhecemos. As primeiras imagens da criança retratavam-na adultizada, semelhante a um anão, o que demonstrava seu pouco valor social (ARIÈS, 1981). As transformações profundas que vão ocorrendo na ideia de família da época estão diretamente ligadas às modificações das relações com a criança. Cenas de famílias em lugares públicos e ao ar livre demonstravam que, até então, a vida privada da família não estava presente.

Os dados iconográficos de Ariès mostram que, a partir do século XVI, a família do senhor da terra aparece representada entre os camponeses: o homem não está mais sozinho, a mulher e a família vivem ao seu redor e participam do trabalho. As crianças entram em cena, e a intimidade, até então desconhecida, passa a ser retratada através de cenas internas – a mulher vive perto do homem, na sala e nos campos.

O “sentimento família”⁴ que reconhecemos hoje ainda era desconhecido na Idade Média. Os termos “sentimento família” e “sentimento infância” são inseparáveis, tendo surgido simultaneamente por volta do século XVII (ARIÈS, 1981).

³ L.H. Morgan, fundador da antropologia moderna e da análise do parentesco: “[...] teve o mérito de introduzir a história no reino da natureza, destruindo crenças atávicas sobre a eternidade das famílias atuais”. MORGAN, Lewis. A família antiga. In: CANEVACCI, Massimo (Org.). Dialética da família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. (São Paulo: Brasiliense, 1976.).

⁴ Ariès refere-se ao “sentimento família” da família moderna, como a uma necessidade de intimidade e de identidade. Diferencia o sentimento das classes populares, que até quase nossos dias teria gosto pela multidão. Relaciona sentimento família e sentimento de classe (Ariès, ibid. 1981, p.202, 278).

O sentimento de infância deriva do deslocamento da família do espaço de convivência pública para o espaço privado, com a função socializadora da família alocada no lar burguês, quando então se atribuirá maior valor à domesticidade e aos cuidados maternos.

A concepção de infância instala no discurso burguês “o império da criança”, produzindo uma relação intrínseca com o discurso científico-médico-pedagógico que passou a nutrir o imaginário social em relação à infância e à família.

Baseando-se em Ariès (1981) e outros como Badinter⁵ (1984), Donzelot (1986) e Dolto (1980), Volnovich (1993) afirma que a criança não foi sempre criança, que a infância não é um fato natural, mas uma política social que nasce no início do século XVIII. Segundo ele, a insignificância da criança como tal a expõe à demanda dos adultos, que se tornam proprietários de seu corpo, como um fetiche dos pais, e, principalmente, da mãe.

A criança, aponta Ariès, mal crescia um pouco já era misturada aos adultos, participando do trabalho e dos jogos. De criancinha, logo se tornava um adulto jovem, dando-se sua socialização e aprendizagem fora da responsabilidade dos pais. A criança vivia uma espécie de anonimato: quando pequena, servia de brinquedo para os pais; se morresse, podia ser logo substituída, e, comumente, viveria em outra casa e outra família. O cenário muda com a escola, que separou a criança dos adultos. A família passa então a ser o lugar dos afetos, o que influenciou muito na importância que se passou a dar à educação.

A imagem da infância está colada na organização política da família. Donzelot (apud Volnovich (1993) reporta que “nos séculos dezessete e dezoito a reprodução da monarquia no nível da família constituía um patriarcado autoritário onde a única função da mulher era cuidar do prazer do marido-pai, lugar tenente de Deus e representante da família”.

A família moderna – a família monogâmica patriarcal – centro dos laços afetivos onde o sujeito se apoia é fruto da modernidade, organizou-se em torno do pai e gradativamente se separou do campo social. Os núcleos familiares, extensos, passaram a viver sob a autoridade de um mesmo chefe. Uma nova realidade social e moral, de transmissão e preservação de bens comuns se instituiu, incluindo a descendência e a família materna e paterna. A autoridade patriarcal se estabeleceu e assumiu, dentro dos lares, um poder quase divino. Os casamentos se determinavam pelo poder dos patriarcas e os filhos, ainda pequenos, eram entregues a outra família que se responsabilizaria pela educação e pelo processo de aprendizagem (WEISSMANN, 2009).

⁵ Cf Badinter, E. nos conta sobre as grandes taxas de abandono e mortalidade infantil nas cidades europeias do século dezanove. BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Porto Alegre: L&PM, 1984.

Engels (1987), instigado por Morgan - para quem as ligações de parentesco (casamento e família) desenvolviam-se em proporção inversa às proibições conjugais-, sublinha a relação dessas proibições com o desenvolvimento das forças produtivas. Para ele, do desenvolvimento da propriedade privada deriva a perda do caráter público da família antiga, cujo desdobramento é a cisão entre o público e o privado da era burguesa. Acompanhando a teoria marxista, o autor define a família como historicamente determinada e vincula o materialismo histórico dialético à monogamia, destacando a família burguesa patriarcal, cujo poder centralizado coloca a mulher como propriedade do homem. Essa família é essencialmente moderna e nasce da necessidade de procriar e da paternidade incontestada: definir a paternidade significa a legitimação dos herdeiros que cuidarão do legado paterno. Dessa forma, a família patriarcal promove a propriedade privada diferenciando-se do caráter público da família antiga.

Em 1956 o antropólogo Lévi-Strauss apontou para uma sociedade marcada pela existência da família nuclear, formada pelo homem, pela mulher e seus descendentes, ressaltando esse quadro como um fenômeno universal e ligando-o ao casamento e às questões da afiliação.

Para Roudinesco (2003), as pesquisas de Lévi-Strauss, marcam dois pontos importantes. O primeiro é que a partir de então tanto a sociologia como a história, e mesmo a psicanálise, passaram a privilegiar o **estudo vertical das filiações, bem como a transmissão de saberes entre as gerações**; o segundo é de uma ordem mais antropológica, uma vez que as pesquisas passaram a se preocupar, ainda, com uma abordagem horizontal, portanto comparativa, ou seja, permitindo o **estudo sobre o “parentesco”**.

Nessa teoria antropológica, o processo social de aliança, no qual o homem está constantemente inserido, inclui processos de trocas nos laços matrimoniais. Um exemplo disso é a proibição do incesto que, a partir da união apenas entre membros de famílias diferentes, permite a constituição da família. Essa é uma proibição que, ancorada numa função simbólica, diferencia o mundo humano do animal, constituindo **a família como uma instituição humana, ao mesmo tempo marcada pelo cultural e pelo biológico**. Contudo, a proibição é válida apenas aos binômios mãe-filho e pai-filha, sendo permitida a ligação de matrimônio entre outros níveis de parentesco, fato que nos leva de um único salto à formação de diferentes modalidades de organizações familiares, desde já referendadas por Lévi-Strauss. Nesse sentido, são duas grandes ordens de transformações que assinalam as variações da instituição familiar ao longo dos tempos, sendo uma de ordem biológica, no sentido das diferenças sexuais e outra simbólica, referente aos interditos. A palavra família,

então, de modo geral, define um conjunto de pessoas ligadas entre si por laços de casamento, filiação e descendência. Aos poucos, a família vai se desenhando como uma estrutura nuclear de base em nossa sociedade.

Roudinesco aponta os três momentos principais que mudam as configurações familiares: 1) o asseguramento da transmissão do patrimônio – casamentos arranjados sob o jugo da autoridade paterna, onde a vida sexual e afetiva está fora de questão; 2) o ideal do amor romântico, onde os sentimentos e a sexualidade são mais valorizados; e 3) o surgimento da família contemporânea, onde as relações de sexualidade e poder ganham vultos diferenciados, inclusive com o advento do divórcio, fatores que transformam fortemente as dinâmicas das relações familiares da pós-modernidade.

Embora considere a família determinada por uma lei natural e sublinhe sua importância, Lévi-Strauss se contrapõe à idéia de uma família nuclear universal ao destacar diferentes arranjos possíveis, como, por exemplo, as famílias contratadas sob o regime de poligamia. Para ele, o arranjo família nuclear monogâmica é um fenômeno social, cultural, que se manifesta na diversidade de suas formas.

O que diferencia o homem do animal é que, entre os humanos, uma família não poderia existir se primeiro não houvesse uma sociedade – pluralidade de famílias que reconhecem a existência de laços além da consangüinidade – e que o processo natural de filiação não pode seguir seu curso senão integrado ao processo social de aliança (Lévi-Strauss, 1982, p.88.)

Os estudos de Lévi-Strauss estão referendados em uma importante crítica à homogeneização presente nas definições de família pelos seus aspectos conjugal/nuclear e monogâmico, graças às variações que encontrou nas instituições familiares estudadas, que foram se constituindo através dos tempos em organizações variadas. O estudioso reuniu muitos dados sobre arranjos familiares em diferentes sociedades e buscou construir modelos estruturais que regulam esses arranjos e suas manifestações singulares.

Com o declínio da família patriarcal e com o desenvolvimento urbano industrial, a referência de família na sociedade ocidental, assume e se consolida no modelo conjugal/nuclear, originado pelo casamento monogâmico entre um homem e uma mulher unidos por laços sentimentais, por uma cooperação econômica e de cuidados com a prole.

Particularmente após a Revolução Francesa, o projeto moderno da sociedade define uma família centrada no núcleo conjugal e marcada pela ética religiosa dominante do pensamento judaico/cristão. Esse modelo da família moderna se impõe a partir do final do século dezoito até meados do século vinte, mantendo-se hegemônico no imaginário social.

A homogeneização do modelo conjugal/nuclear vem sendo alvo de críticas a partir da segunda metade do século passado. Estudos e pesquisas antropológicas e sociológicas têm nos mostrado os diferentes laços fundadores da família e a diversidade de padrões organizadores do parentesco. Deriva daí a necessidade cada vez mais presente de se questionar a existência de um modelo familiar único, consolidado no desenvolvimento urbano industrial e referido na família nuclear moderna.

Efetivamente, como podemos observar no breve histórico acima, a família nuclear reduzida, tal como se apresenta na sociedade ocidental, está pautada no contexto cultural europeu, na emergência do capitalismo e na concepção burguesa da sociedade.

A Revolução Industrial provoca, no Ocidente, a migração das famílias para perto dos complexos industriais, ocasionando um estreitamento dos vínculos e a separação dos núcleos originais. Essa família nuclear reduzida promove a separação do trabalho do mundo familiar, constituindo-se cada vez mais na dimensão privada da família. Ela está respaldada por uma lógica afetiva fundada no amor romântico e se constitui em torno da criança. Ou seja, o apego e as obrigações de cuidar dos filhos e educá-los é que vão definir a parentalidade, seu valor, sua ética.

Passando pela perspectiva iconográfica que nos leva às primeiras imagens da família moderna (ÁRIES, 1981), pelas teorias baseadas em documentos históricos desenvolvidas por Engels (1980) e pelas constatações de Lévi-Strauss (1993), chegamos às questões epistemológicas que nos levam a uma reflexão da família a partir de um paradigma múltiplo, que muda a pergunta a partir da mudança da população e do contexto onde está inserida, passando do quantitativo dos estudos demográficos ao qualitativo aprofundado por antropólogos, sociólogos e psicólogos sociais.

Os estudos e análises sobre o tema família encontram-se em um ponto de ruptura dos paradigmas, inserindo-se em um campo onde estão contemplados diferentes paradigmas. Portanto, situam-se no cruzamento de diferentes disciplinas dentro de uma perspectiva multicausalística e multidirecional. O olhar unidimensional, herança do modelo social parsoniano⁶ não deu conta da complexidade do sistema social família.

⁶ Cf Talcott Parsons, sociólogo norte-americano, cujo trabalho teve grande influência nas décadas de 1950 e 1960. Foi entendido por seus críticos como um pensador conservador, graças à sua teoria, o funcionalismo estrutural, que prega o bom funcionamento do sistema social, o equilíbrio e a interdependência. Segundo sua teoria, o mundo seria melhor se o homem e a mulher desempenhassem seus papéis de forma adequada, cada um respeitando sua esfera de atuação: o papel instrumental do homem, ocupando-se da parte externa da família, e o papel expressivo da mulher, atuando no interior da família e na socialização das crianças. Isso contribuiria para manter a família adaptada a uma sociedade bem funcionante (Índice de Cultura e Pensamento, <http://educaterterra.terra.com.br/voltaire/cultura/2002/07/08/001.htm>).

Não é uma família, são famílias! Questões fundamentais como ideologia, poder, política social e econômica envolvem a complexidade do tema. Da poligamia à monogamia, do matrimônio de grupo selvagem à monogamia da civilização, das proibições que levam ao modelo conjugal heterossexual às mudanças sociais do século vinte; enfim, famílias e suas sedes (ou territórios) são fundamentais na produção e consumo do sistema social. Se o processo de urbanização se transforma, a família também se transforma.

A segunda guerra mundial, o feminismo, o homossexualismo, as migrações e outros movimentos sociais trouxeram uma crítica à instituição família como estava desenhada. Os jovens começaram a questionar a verticalidade da família e o papel dos pais.

Enfim, chegamos aos dias de hoje com uma “família em crise”. Mas a família teria que resistir a todos os contextos sociais? O que se toma como referência para esta crise da família? A herança “parsoniana” da sociedade, onde tudo tem que estar ordenado, funcionando em equilíbrio?

Retornemos a Roudinesco (2003), que define a família contemporânea como: “frágil, neurótica, consciente de sua desordem, mas preocupada em recriar entre os homens e as mulheres um equilíbrio que não podia ser proporcionado pela vida social” (2003, p.153). Segundo a autora, a família contemporânea é uma instituição democrática, horizontal, na qual o poder está descentralizado e repartido entre seus membros. Diz: “[...] esta família se assemelha a uma tribo insólita, a uma rede assexuada, fraterna, sem hierarquia nem autoridade, e na qual cada um se sente autônomo ou funcionalizado” (2003, p.155). E conclui ser a “cultura do narcisismo e do individualismo, uma religião do eu, uma preocupação com o instante, uma abolição fantasística do conflito e da história” (2003, p.160).

Essa conformação atual não acontece sem antecedentes. Essa família, como um produto posterior de uma etapa antifamiliarista e antiautoritária dos anos setenta, seria ela, essa, a família que ingressa no século vinte e um para nos surpreender e fazer pensar sobre sua configuração?

As análises dos processos vivenciados pelas famílias têm a ver com eventos e contextos específicos, que sofrem mudanças dentro de uma dinâmica de processo e na perspectiva de movimento, em um espaço onde transitam muitas fontes e são enfrentados muitos mitos metodológicos.

A meta na nossa abordagem é compreender sua importância; é romper a linearidade e incluir a subjetividade do pesquisador, assim promovendo um entendimento de dinâmicas contextualizadas que geram seus próprios funcionamentos – saindo de uma perspectiva

analítica única, e se colocando fora da lógica do determinismo e dentro do entendimento hermenêutico, humanista e simbólico.

1.1.1 Trajetórias e transições: as perspectivas de ciclo de vida familiar e curso de vida

Eventos familiares se constituem no cruzamento de tempos múltiplos: individuais, grupais, sociais e históricos. Simultaneamente, o cotidiano das famílias também gera um tempo com rotinas e tradições próprias, mediadas pela variabilidade dos outros tempos, o que movimenta os indivíduos e as famílias como grupo.

Nas palavras do psiquiatra e terapeuta familiar Maurizio Andolfi,

Cada família apresenta uma arquitetura temporal própria, complexa e singular, caracterizada pela intersecção de histórias individuais, de experiências compartilhadas e de vínculos intergeracionais (2003, p.44).

Estudar a família sob a perspectiva de seu desenvolvimento em ciclos de vida foi o foco de diversos autores, entre eles sociólogos e terapeutas familiares⁶. Para Andolfi, a família é um sistema vivo em movimento, cujo desenvolvimento ocorre por estágios dentro de uma dimensão temporal, plurigeracional, de tempo presente e tempo passado, que está em constante processo de mudança. Faz-se necessário, portanto, que o indivíduo e o grupo familiar sejam compreendidos simultaneamente. Andolfi ainda define o ciclo vital como um modelo teórico de referência que enquadra o desenvolvimento espacial e temporal, através da individuação de determinadas fases evolutivas previsíveis de transição na família.

O ciclo vital aponta para o processo evolutivo da família, para novos estágios de desenvolvimento e crescimento, que percorre o tempo e busca a integração do novo e do velho, do horizonte futuro com o vivido da experiência passada.

Segundo Ceverny (1997), foram Simon, Stierlin e Wynne⁷ que marcaram como 1948 a data na qual se iniciaram os estudos teóricos sobre as tarefas do desenvolvimento familiar. A partir daí, o conceito de ciclo de vida familiar constituiu-se na sociologia a partir dos anos 70 e foi depois aplicado à terapia familiar para a concepção de hipóteses clínicas. Ao mesmo tempo foram formulados conceitos de ciclo vital individual, destacando-se, de acordo com a

⁶ Cf Erikson, E., 1998; Hill, R., 1979; Duvall, R., 1977; Carter, B., McGodrick, M., e col., 1995; Andolfi, M., 1984, 2003; Haley, J., 1981; Cervený e Berthoud M., 1997, Cervený, 1997.

⁷ Simon, F. B., Stierlin, H., & Wynne, L. C. (1988). Vocabulário de terapia familiar (B. López, trad.). Buenos Aires: Gedisa. (Trabalho original publicado em 1984).

autora, o trabalho de Erik Erikson, para quem não é possível compreender o ciclo de vida individual fora do contexto onde o sujeito está inserido. Duvall (1957) foi um dos pioneiros a organizar e conceitualizar as tarefas de desenvolvimento familiar: dividiu o ciclo da família em oito etapas em torno de eventos marcantes, como a entrada e saída de seus membros.

Mais recentemente, com vasta literatura sobre o assunto, os estudos de Carter e McGoldrick (1995) foram durante um bom tempo a referência sobre o tema do ciclo vital da família, apesar das próprias restrições das autoras à formulação teórica que considera o ciclo de vida familiar em relação a três aspectos: 1) estágios previsíveis com base na família tradicional, dita normal, americana de fim de século; 2) mudanças sofridas em seus padrões; e, 3) a abordagem clínica de ajudar as famílias a “voltar aos trilhos do desenvolvimento”.

As mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, entre outras, das últimas décadas, levaram-nos a relativizar a situação de previsibilidade dos estágios do ciclo vital como vinham sendo concebidos (CERVENY, 1997, p.27).

Em praticamente todas as propostas indicadas, os estágios pelos quais as famílias passam podem ser divididos em oito etapas, desde a constituição do casal até o envelhecimento (DUVALL, 1957); ou cinco, o primeiro e o último com o casal sem filhos - estágio pós-parental (HILL; RODGERS apud RELVAS 2000); ou quatro, desde o casal sem filhos até as famílias com filhos adultos (MINUCHIN; FISHMAN, 1982), até chegarmos à proposição de Carter e McGoldrick (2003), que apresenta os seguintes estágios:

1. Saindo de casa: jovens solteiros
2. A união de famílias no casamento: o novo casal
3. Famílias com filhos pequenos
4. Famílias com adolescentes
5. Lançando os filhos na vida⁸ e seguindo em frente
6. Famílias no estágio tardio da vida

A partir desses estágios, as autoras vão desenhando o processo de diferenciação na família, desde o jovem casal que se separa e se separa das famílias de origem, formando o novo sistema conjugal; a criação de espaço para os filhos e as mudanças na relação pais/filhos na medida do crescimento destes, até atingirem a adolescência e começarem a trilhar um caminho de maior independência; e a renegociação do sistema conjugal quando os

⁸ A tradução em português “lançando os filhos” (Carter; McGoldrick, 1995, p.17) foi modificada por esta autora para “lançando os filhos na vida”.

filhos vão chegando à idade adulta e a geração mais velha envelhecendo, o que vai inspirar cuidados (CARTER; MCGOLDRICK, 1995) As autoras distinguem-se de seus antecessores por ressaltarem os aspectos da dimensão trigeracional, enquanto outros se mantiveram mais na família nuclear.

As diferentes etapas do ciclo vital da família estão marcadas por eventos significativos como nascimentos e mortes, separações e uniões, inclusão e exclusão de membros, que levam a mudanças estruturais. Mas as famílias enfrentam seus momentos críticos de maneiras diferentes, e, mesmo que os enfrentamentos sejam parecidos, os resultados obtidos vão ser sempre diferentes. O grau de vulnerabilidade e capacidade regenerativa de cada família é singular, pois estão vinculados ao modo como vivem os membros da família, ao significado que atribuem a esta e ao momento do curso de vida que estão passando. As situações críticas do ciclo vital e as imprevisibilidades provocadas por agentes externos causam impactos e sofrimentos. Muitas famílias se sentem mais fragilizadas e ameaçadas que outras, e vão interagir diferentemente com seus contextos de pertencimento.

Do ponto de vista clínico, a utilidade do modelo de ciclo vital consiste não só em facilitar ao observador a identificação da fase de desenvolvimento em que a família e seus membros se encontram, mas também e, sobretudo, verificar os recursos para uma mudança e uma reorganização na passagem de uma fase a outra. Ao mesmo tempo, esses momentos, segundo Carter e McGoldrich, se cruzam sempre com o transmitido no nível intergeracional e a causas externas, o que torna a família ainda mais vulnerável (ANDOLFI, 2003).

Cervený (2004, p.26), baseando-se em pesquisas realizadas com famílias da classe média paulista, propõe um modelo onde coloca a família em quatro etapas não rígidas ao longo de ciclo de vida: a família em fase de aquisição, enfatizando famílias que se iniciam até chegar à pré-adolescência dos filhos; a família em fase adolescente, marcando o momento de grandes mudanças relacionais entre pais, mães e filhos; a família em fase madura, onde os filhos já adultos começam a sair de casa, portanto uma fase de transição importante, onde estão presentes conflitos e ambiguidades, e que se caracteriza por filhos em idade adulta, com maior independência, em condição de mais igualdade na relação com os pais no gerenciamento das suas vidas; e, finalmente, a família na fase última, que se caracteriza pelo envelhecimento dos pais, o que leva a transformações importantes: como conviver com pais idosos, ou com a viuvez, com quem morar ou como se manter financeiramente. Segundo a autora, conflitos vividos em fases anteriores dificultam muito as renegociações necessárias para este momento do ciclo vital.

A reflexão sobre a perspectiva de ciclo vital elaborada por sociólogos e terapeutas familiares nos leva à formulação de algumas considerações. Se, por um lado, facilita e faz sentido observar e estudar a família através de ciclos, perseguindo uma trajetória de desenvolvimento que inclui o “aqui e agora” e, ao mesmo tempo, o desdobrar-se das gerações, por outro, esses modelos encapsulam estágios e idades como uma “especialidade” – as fases do jovem casal, do casal com filho pequeno, da adolescência, dos pais mais velhos, etc., como se todas as famílias se originassem do padrão classe média da família conjugal nuclear. O modelo deixa de fora os diferentes pertencimentos dos indivíduos e o caleidoscópio das experiências individuais.

Baseando-se na **tipologia familiar – família nuclear-conjugal-classe média, hegemônica em nosso imaginário social**, a perspectiva teórica do ciclo de vida em suas várias formulações traz uma idéia de desenvolvimento que, a nosso ver, **não inclui as diferentes subjetividades que compõem a família, as quais são constitutivas das diferentes interações dos sujeitos em seus vínculos, e não se constituem apenas por desenvolvimento ou idades cronológicas.**

As teorias do ciclo vital, no empenho de irem à busca de uma perspectiva tanto social quanto clínica que pudesse dar conta de acompanhar e estudar a família no seu percurso de vida, formular hipóteses clínicas eficientes e, ainda, apontar para mudanças e novas possibilidades para enfrentar sintomas clínicos muitas vezes graves, acabaram sendo fiéis à força do modelo hegemônico vigente.

Poucos são os estudos que alcançaram maior amplitude quando se pensa em ciclos para a família. Embora referidos na família conjugal nuclear como modelo de base, as análises têm sua operatividade, porém não conseguem abranger a pluralidade dos arranjos de famílias da classe média: famílias recompostas com casais e filhos com grandes diferenças de idade; o aumento dia a dia da longevidade que leva à simultânea de quatro, e às vezes, até cinco gerações; filhos que ficam mais tempo em casa prolongando o que seria a fase da adolescência; ou o número cada vez maior de famílias gerenciadas por um só genitor, em geral, a mãe. Se esses estudos não dão conta das famílias de classe média, são muito menos capazes de compreender as famílias brasileiras originadas em outras culturas e regiões, cujas trajetórias não se encaixam nestas teorias modeladoras.

O tamanho das famílias em geral vem diminuindo gradativamente, mas encontramos Brasil afora, no campo e nas periferias das cidades, famílias com um número considerável de filhos com grandes diferenças de idade, onde pais e filhos se encontram em momentos diferenciados. Numa mesma família encontramos filhos pequenos, adolescentes e adultos,

filhos mais velhos cuidando dos mais novos, pais com filhos pequenos que já se encontram em idade de serem avós, etc. E, finalmente, em famílias principalmente das camadas populares encontramos mulheres que cuidam de sua prole sem a presença masculina, cujos filhos são de mais de um pai, e que são frequentemente ajudadas por suas mães ou mulheres “cuidadeiras” que juntam crianças. Isso sem incluir as diferentes idades em que as mulheres se tornam mães ou das mães na idade da adolescência que tornam avós.

É importante ressaltar que essa ótica tampouco inclui famílias pobres, migradas, que apresentam diferenças culturais marcantes, número elevado de filhos, pluripaternidades, pais de passagem e mães que ficam nos lares, características estas que não se encontram contempladas pelos modelos baseados nas famílias tradicionais de classe média.

As ressalvas acima trazem para o centro da discussão a necessidade de novos modelos teóricos para o tema, que contemplem a amplitude não só dos arranjos familiares, como também das culturas de onde eles derivam.

Sociólogos e demógrafos têm destacado a importância dos ciclos, mas têm apontado para a institucionalização dos modelos que teorizam as etapas do desenvolvimento da família (HAREVEN, 1999, SALLES, 1991). Sugerem que, em alguns estudos, a mulher está posta como “criando” por vinte anos, não prevendo o menor número de filhos dos dias de hoje, a inserção no mercado de trabalho e o aumento da longevidade, o que pode tornar os ciclos tanto mais precoces quanto avançados. Também não são levadas em consideração mudanças importantes do papel do homem, que de provedor passa para uma longa fase de aposentado.

Estudos demográficos (FONSECA, 2007) retratam papéis em transformação, particularmente no que diz respeito às mulheres: em muitas famílias onde antes tínhamos avós que mal viam os netos pela forte demarcação geracional entre família nuclear e extensa, hoje, dependendo do contexto, as gerações estão mais próximas. O papel da mulher “chefe de família” se fortalece e em muitas famílias poderia ser sintetizado em provedora/mãe/avó. Sobressai-se também o papel do avô, que se torna mais longo como provedor e exerce mais o papel de avô, tornando mais presentes as relações intergeracionais (ZAVAIA, 2009).

A tarefa de pesquisar a sincronização de fatores individuais com a mudança social requer uma ótica que leve em consideração o curso de toda a vida e as várias condições históricas e culturais. Já dizia Erikson

À medida que chegamos ao último estágio (a velhice), nos apercebemos de que nossa civilização não tem um conceito da vida como um todo... Qualquer trecho do ciclo vivido sem significado vigoroso, no começo, no meio, ou no fim, põe em perigo o senso da vida e o sentido da morte em todos aqueles cujos estágios da vida se entrelaçam (1964, p.132-3.)

A perspectiva teórica do curso de vida baseia-se em dois conceitos fundamentais: a trajetória, uma perspectiva no tempo, e a transição, um momento no tempo. Ela contempla o tempo individual, o familiar e o histórico, nas três dimensões: a individual dos diferentes membros da família, a familiar, que assinala em que etapa a família se encontra, e a histórico, que sublinha que nem todos os membros de uma família vivem as mesmas circunstâncias em um contexto histórico. Então, o tempo histórico seria a circunstância das dinâmicas, que vão estar sempre presentes, por mais institucionalizadas que sejam as normas vigentes.

Segundo Zavaia (2009)⁹, as políticas públicas orientadas pelos modelos institucionalizados são eficientes apenas para cobrirem determinados tipos de famílias. Ao mesmo tempo em que não abrangem um grande número de famílias, excluindo-as, constroem algo que não existe: a exclusão se dá na construção mítica sustentada pela idéia de uma população, uma sociedade que não é: não incluem pessoas que não têm filhos ou que demoram mais a tê-los; referem-se a ninho vazio quando as famílias hoje ficam muito tempo com os filhos em casa e a interação entre gerações se intensifica.

Vivemos então um estranhamento da sociedade, um não reconhecimento, através de uma política construtora de imaginários que nos são estranhos. É o que acontece, por exemplo, quando não estão contemplados os efeitos da globalização de onde derivam processos substantivos no que diz respeito às migrações (ZAVAIÁ, 2009).

Nos processos migratórios brasileiros e de outros países em desenvolvimento, sejam migrações externas ou internas, muitos dos pais que migram deixam seus filhos com avós, aumentando a complexidade geracional e das subjetividades.

Tomando como base a perspectiva de trajetória e transição, as investigações sobre o tema demonstram que uma trajetória individual pode estar composta por muitas outras trajetórias, e uma trajetória de vida pode viver muitas transições. Portanto, uma transição, ou seja, um evento no tempo vai sempre estar relacionado com uma trajetória que inclui fatores como migração, morte de um pai, ou de uma mãe, etc. Em uma família, o filho mais velho vive sua trajetória de modo diferente dos filhos mais novos, incluindo-se o tempo familiar, mas também como cada um o vive. As questões de gênero vão levar homens e mulheres a percorrerem trajetórias diferentes e impactos diferentes em eventos de transição.

⁹ Informação fornecida em aula do curso “Famílias e Migrações”, organizado pelo Departamento de Psicologia Social da Universidade de São Paulo, e ministrado pela professora Verônica Montes de Oca Zavaia, da Universidade Federal do México.

Na perspectiva do curso de vida não há institucionalização. As etapas da vida são compostas pelas multitrajetórias que as pessoas vivem do nascimento até a morte.

Ainda segundo Zavaia (2009), o curso de vida se baseia em cinco princípios:

1. Estamos sempre em desenvolvimento
2. Os indivíduos tomam decisões, apesar da estrutura social
3. O tempo dos eventos e dos processos e o lugar onde eles se dão são muito importantes
4. O lugar dos eventos diz respeito a um momento histórico em um determinado lugar
5. A idade em que os eventos ocorrem (ela permite colocar os eventos no tempo, mas também em seu significado social)

O campo de investigações sobre famílias, sua história e mudanças sociais através da construção social de curso de vida, atravessado por fatores culturais, foi amplamente estudado por Tamara Hareven (1999). A autora ressalta a preocupação com a velhice em nossos dias e aponta para a necessidade de que esse estágio da vida não seja interpretado isoladamente, mas sim no contexto do curso de vida e no contexto histórico. Para ela, embora essa fase da vida enfrente problemas que singularizam a velhice, ela envolve um processo histórico mais amplo com a emergência de novos estágios da vida e seu reconhecimento social

Hareven sugere que as idades têm um significado, e afirma que os conceitos de infância, adolescência e velhice são atravessados por fatores que vão além dos biológicos, são mediados por fatores sociais e culturais. Aponta para importância de se perceber as definições de cada grupo de idade dentro de condições e funções sociais que mudam ao longo do tempo e variam entre as diferentes culturas. Em suas palavras,

Os indivíduos se tornam conscientes das características específicas de um dado período como uma condição distinta em certas classes ou grupos sociais. Essa descoberta é então tornada pública e popularizada num nível societal. Profissionais e reformadores definem e formulam as condições singulares de tal estágio da vida, que passa a ser publicizado na cultura popular. Finalmente, se as condições peculiares a esse estágio forem associadas a algum problema social importante, ele atrai a atenção das agências públicas e se torna institucionalizado [...]. Essas atividades públicas, por sua vez, afetam as experiências dos indivíduos [...] ao colocar limites que afetam os momentos das transições. (1999, p.17.)

No processo de industrialização mais mudanças demográficas, ocorridas no final do século XIX, contribuíram para “especializar” as idades e as funções relacionadas a elas. As descontinuidades no ciclo de vida individual considerando-se as idades não eram marcadas como acontece nos dias de hoje: uma família numerosa significava a presença de muitos irmãos em idades muito diferentes.

As transformações sociais do século passado tornaram mais relevante a perspectiva de curso de vida familiar como alternativa para a ótica do ciclo vital, que gera expectativas previamente formatadas, mesmo em famílias que fogem ao modelo casal heterossexual/filhos.

1.2 AS DIVERSAS CONFIGURAÇÕES DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

Percorrer estradas Brasil afora, o Brasil dos cafundós, de norte a sul, do planalto à planície, do beira-mar sertão adentro, da roça à metrópole, o Brasil profundo, significa deparar-se com as singularidades inscritas nas tonalidades de cada discurso dos sujeitos que habitam as famílias brasileiras.

O colorido da multiplicidade étnica e cultural que funda a nossa demografia, e as origens históricas e sociais das famílias carregam em si uma composição de subjetividades invisíveis que se traduzem em histórias anônimas de pertencimento.

Como poderia o Brasil, tão plural, pensar em família no singular?

Os estudos sobre a família no Brasil partem, em geral, da obra de Gilberto Freyre, cujo brilhantismo difundiu o modelo “família patriarcal brasileira”, fazendo frente aos modelos culturais europeu e americano, chegando a uma família específica do Brasil.

A densa obra de Freyre, “Casa Grande e Senzala”, de 1933, e o clássico ensaio de Antonio Cândido de Melo e Souza¹⁰, “The Brazilian Family”, de 1951, são referências fundamentais para as análises da história da família no Brasil. Estas análises partem de concepções derivadas da família patriarcal rural e extensa do Brasil colonial, “a família patriarcal brasileira”, e chegam à “família moderna brasileira”, na expressão de Cândido.

Com o incremento de estudos e pesquisas em torno da família na segunda metade do século passado, graças ao vigor do novo ritmo que a modernização impunha através dos

¹⁰ CANDIDO, Antonio. The Brazilian family. IN: Smith, T. & Marchant, A. *Brazil: portrait of half a continent*. New York: Drydam Press, 1951, p. 291.

processos de urbanização e industrialização, evidenciou-se um maior empenho em se descrever as famílias que se organizaram nos centros urbanos.

Nas últimas décadas, antropólogos, historiadores, sociólogos e demógrafos (CORRÊA, 1994; SAMARA, 1987; FONSECA, 1999; GREGORI, 2000; SARTI, 2003; ACQUESTA, W. 2009), além de pesquisadores do campo da psicologia social (ROSA, 2000, 2006; HYRIÊ, 2006; CARIGNATO, T., 2002; SOUZA, P., 2009) têm insistido num ajuste de lentes sobre as diferenças nas organizações da família no Brasil.

Em seu famoso artigo “Repensando a Família Patriarcal Brasileira”, a antropóloga Mariza Corrêa, (1994 apud CÂNDIDO, 1951) faz uma importante análise sobre a homogeneização de modelos familiares no Brasil, tendo como ponto de partida “a família patriarcal brasileira”, e, de chegada, “a família conjugal moderna”. Segundo ela, o ponto de partida é equivocado: parte-se da ilusão de que um modelo que retrata uma forma de organização de um grupo dominante, que se dá em determinada época e lugar, possa substituir a diversidade da história familiar brasileira. Sugere que ocorre uma homogeneização histórica nas análises sobre a organização da família, quando se toma como referência a economia açucareira pernambucana da casa grande senzala, ou a plantação de café das elites do sul dos séculos dezoito e dezenove.

A autora aponta para os riscos destas generalizações, argumentando que a economia canavieira nem foi tão importante assim, e cita a plantação de tabaco e algodão, que utilizou outro tipo de mão de obra. E polemiza ao sustentar que o modelo de análise é “típico da colonização portuguesa nos trópicos”, tradicionalmente usado como parâmetro.

A família patriarcal no Brasil mantém-se através da incorporação de novos membros, de preferência parentes legítimos ou ilegítimos, a extensos “clãs” que asseguram a indivisibilidade de seu poder, e sua transformação se dá por decadência, com o advento da industrialização e a ruína das grandes propriedades rurais, sendo então substituída pela “família conjugal moderna”. Este é o ponto de chegada onde aquela é o ponto de partida, e seu oposto: típico produto da urbanização, reduzida ao casal e seus filhos, a finalidade do casamento não é mais principalmente a manutenção da propriedade comum ou dos interesses políticos de um grupo, mas sim a satisfação de impulsos sexuais e afetivos que na família patriarcal eram satisfeitos fora de seu circuito imediato (CORRÊA, 1994, p.16)

A composição da família extensa do modelo patriarcal brasileiro se dava somente por laços consangüíneos, entretanto também eram considerados da família outros que iam além da consanguinidade, cujos laços se fundavam no religioso, no clientelismo ou em sentimentos, como o de ajuda mútua. Todos integravam a família sob o domínio do patriarca. Este é um dado importante, embora secundário, para indicar que esse modelo de família

brasileira trazia consigo relações de parentesco não consanguíneas. Corrêa ainda nos alerta que

É possível esquecer as redes, as ramificações interiores e exteriores ao país, a necessidade de sobrevivência do mais simples estabelecimento colonial, e incorporá-los todos na figura do senhor, o dono do engenho – que muitas vezes não passa de um agente dos donos reais - moderno Abraão conduzindo um dócil rebanho? (1994, p.17).

No século dezenove chegaram ao Brasil as concepções burguesas de família nuclear, referidas na família intimista, higienista (COSTA, 1993) que se movimentava no circuito privado em oposição ao espaço público, que, nas palavras de Corrêa, era “a família que não se confundia com a área de produção, caracterizada como uma unidade de consumo, e que foi justamente a base de toda a elaboração psicanalítica, a base do triângulo edipiano”.

A família transplantada do rural ao urbano, do tradicional ao moderno, do moderno que assume formas de modernidade, mas que ainda conserva o tradicional, incorpora os padrões da família moderna brasileira, na expressão de Antonio Cândido.

Corrêa (1994) tenta traduzir a impossibilidade de acomodar aos limites do engenho e das fazendas de café do sul ao universo multifacetado e móvel de outras organizações familiares, reafirmando que a família patriarcal não existiu sozinha e que sua representação achata as diferenças ao tentar acomodar, num mesmo formato, alternativas concretamente vividas.

Escamoteando alternativas, tornando-as invisíveis, este olhar alinha-se ao lado do modelo dominante, ignorando que foi através de uma luta suja, de infinitos pequenos conflitos e manipulações, e da violência, que este modelo, afinal, se impôs. A presença do sangue é expulsa desse retrato em branco e preto, um retrato que ignora a “multidão de terceiros”, dos anônimos tão ocupados em fazer a história que são por ela escassamente registrados – e quase nunca individualmente. Registra-se a casa-grande-senzala como sua sombra apagada e luxuriante: registra-se o nome dos sobreviventes: quem se importa como o nome dos mortos na luta? (p18)

A ressonância do pensamento de Corrêa ecoa fortemente nos trabalhos da antropóloga Claudia Fonseca (1999a) que sugere a descolonização de um pensamento científico que importa modelos de outros contextos, dificultando um melhor entendimento da nossa realidade. Tomando a família patriarcal específica do Brasil da casa-grande-senzala de Gilberto Freyre como uma espécie de “colonialismo interno”, Fonseca sugere que se trabalhe de forma descolonizada, com cada modelo colocado no contexto sócio-histórico em que foi produzido, buscando os sentidos nos próprios contextos de onde eles emergem.

As excelentes análises nos artigos de Corrêa (1994) e Fonseca (1999 a, b) nos revelam um cenário habitado por uma sociedade pouco reconhecida e apropriada em sua criatividade para sobreviver com formas próprias às imposições do colonialismo, e aos fatores sociais e econômicos adversos. Ambas concordam que as análises que partem de uma homogeneização histórica transformam o que está localizado num determinado tempo e espaço em dominador comum de toda a sociedade colonial do século dezesseis ao século dezanove.

Se Gilberto Freyre restringe-se à “formação” da família brasileira, Antonio Cândido leva seu modelo às últimas consequências. A ênfase que pode ser lida no título de seu artigo (a família brasileira) é explicitamente recolocada no corpo da discussão quando o autor afirma que este é o tipo de família que existiu no Brasil do século dezesseis ao século dezanove, tipo de onde, através de uma gradual separação, deriva-se toda a formação social do país. A sociedade colonial nestes trezentos anos esteve composta de duas partes: uma familiar (a família patriarcal), e outra não familiar, que reunia a maioria da população, “a massa anônima dos socialmente degradados (CORRÊA, 1994, p.20)

Para Corrêa, tanto Freyre quanto Cândido recuperam uma teoria que apoia práticas sociais como a dominação masculina e a subordinação da mulher. Porém, diz ela, basta fazer uma revisão da história para verificar que o espaço social onde está localizada esse tipo de família é muito estreito, e que os fatores como a distribuição do trabalho e a ocupação social, mais o controle de lucros “são muito complexos para serem colocados inteiros dentro do engenho, ou nas mãos dos bandeirantes” (p.20).

Ressaltando o valor literário dos autores que analisou em seu artigo, como parte da compreensão da sociedade brasileira, a autora destaca a visão dualista de um núcleo familiar onde reinava o patriarca e uma massa anônima que vivia ao Deus dará.

A partir da afirmação de Rubin, segundo a qual:

Os deveres, responsabilidades e privilégios de cada um em relação aos outros são definidos em termos de parentesco mútuo, ou de sua ausência. A troca de bens e serviço, a sua produção e distribuição, a hostilidade e a solidariedade, os rituais e cerimoniais, têm lugar dentro da estrutura organizadora do parentesco (1974, p.170),

Corrêa (1994) argumenta que essa estrutura está mais apoiada num sistema de ordenamento das relações econômicas e políticas do que simplesmente um sistema livre de procriação e relações sexuais. E que o Estado se fazia presente através do controle do Estado português. Relativiza o modelo hegemônico de família brasileira sem deixar de considerar a importância da família patriarcal, porém, argumenta, ela não existiu sozinha, chamando a

atenção para a constituição de unidades domésticas que se formavam em paralelo às regiões aonde chegavam os primeiros colonizadores, contrapondo-se à idéia da não existência de qualquer norma que pudesse reger a vida daqueles que não estavam emoldurados no modelo da casa-grande.

Ao mesmo tempo, não nega a existência do modelo, ressaltando sua importância. Considera que ele permeou as esferas da política, das relações de trabalho e do poder, com uma ética implícita e dominante. Mas a família patriarcal não pode mais ser vista como a única forma de se organizar da sociedade brasileira, embora os rastros dela se encontrem presentes em contextos específicos.

A idéia da figura centralizadora do homem nas unidades domésticas, como regra, é contestada pela autora, assim como as generalizações que se faz ao se considerar que a herdeira direta da família patriarcal no Brasil é a família conjugal moderna, como afirma Cândido quando relaciona o processo de urbanização e industrialização ao individualismo.

Levanta ainda pontos que colocam em dúvida a derivação de uma família em outra, sugerindo que não se pode nem extinguir o primeiro tipo de organização, nem se instituir como absoluto o segundo. Chama a atenção para o fato de que a articulação de fatores sócio-históricos, econômicos e políticos podem redundar em identidades diferentes. E pergunta: **“Quem sabe redes mais extensas de relações, familiares ou outras, são respostas mais adequadas às pressões do mundo capitalista?”**

D’Incao (1989) aponta para um fato importante: segundo ela, o modelo de família elaborado por Antonio Cândido pressupõe a existência de escravos, mulatos e de todas as pessoas ligadas ao núcleo central daquela família. Na periferia, estariam todos fora desse núcleo, e é esse o modelo que levam alguns pesquisadores a pensar que os pobres perdem seus laços da família extensa por condições de pobreza.

E por que supor uma massa amorfa e anônima calada durante três séculos à espera que se engendrasse, no seio de um pequeno núcleo organizado, o seu futuro e se nomeasse o seu lugar: proletários, industriais, agora sim parte de um convívio que se pode chamar sociedade? Não se está sugerindo a inversão do processo e o estudo do “desorganizado” ou do inorgânico – que alguns nomeiam aqueles que R. Schwartz¹¹ prefere chamar de a imensa multidão de terceiros – como parâmetro da constituição da sociedade brasileira, mas parece importante dar conta da existência de uma tensão permanente entre os impositores de uma ordem pré-definida e aqueles que a resistem cotidianamente (CORRÊA, 1994, p.37.)

¹¹ A autora refere-se ao crítico literário Roberto Schwartz: “As idéias fora de lugar”, in *Estudos Cebrap*, 3, 1973.

A intenção do que foi citado até aqui é ampliar o espectro das lentes que focam as organizações das famílias brasileiras, sublinhando os estudos que se interessaram pela diversidade de famílias que coexistem num mesmo espaço social. Embora reconhecendo os modelos hegemônicos presentes desde o Brasil colônia, ressaltamos que existe outra grande parte da população, organizada sob outras lógicas de funcionamento mais afins com suas origens e contextos sócio-históricos e econômicos, que adentram o século vinte e um e ainda pedem passagem.

Com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil Império em 1808, instala-se no país um modelo de família mais aburguesado, fundado em ideias higienistas (COSTA, 1999), que exclui os “agregados”, lançando a família da moral límpida e das boas maneiras, chamada nuclear/patriarcal, fundada nas leis do casamento e na família conjugal nuclear, porém instituída com as leis burguesas da “família de bem” e da prática cristã.

Evidentemente nesse modelo não cabiam relações de parentesco não consanguíneas como pertencimento, embora estivessem presentes nessas famílias, herdeiras do escravagismo, e vivendo sob o mesmo teto, as empregadas tidas como “da família”: as “mães pretas, as mulheres cuidadoras da prole que serviam à mulher responsável pela boa imagem da família perante o social.

Costa (1999), em seu livro *Ordem médica e norma familiar*, cita os trabalhos de Donzelot¹² e Castel¹³ que demonstram como em um dado momento histórico, mecanismos são acionados para uma intervenção no social que exerça um controle sobre a família e os loucos. A ação normatizadora sobre os loucos em defesa do contrato social democrático-burguês trouxe o dispositivo médico para o controle dos comportamentos transgressores. Donzelot demonstra como a família tem um destino parecido pela necessidade do Estado de exercer um controle demográfico e político sobre a população, controle este focado sobre as famílias para regulamentar práticas anárquicas de concepção e cuidados físicos com os filhos. Sobre os pobres, o controle era para “prevenir as perigosas conseqüências políticas da miséria e do pauperismo” (1999, p.51).

Defendendo a saúde física e moral da família, a medicina doméstica intervém nela como política do Estado em nome dos direitos do homem e, no interior da burguesia, chegava para reorganizar os grupos familiares em torno da conservação e educação das crianças.

¹² Cf Jacques Donzelot. *A polícia da família*. Rio, Graal, 1986.

¹³ CF Robert Castel, *A ordem psiquiátrica*, Rio, Graal, 1978

Para as famílias pobres, as intervenções chegavam sob a forma de campanhas de moralização e higiene da coletividade. Segundo Costa, “a normalização tornou-se indispensável para o funcionamento do Estado, e tendeu a crescer e a estabilizar-se num campo próprio de poder e de saber, e do “desvio”, da “anormalidade” (1999, p.52).

Na chamada família nuclear burguesa, os casamentos eram monogâmicos, baseados no amor romântico e visto como indissolúveis, com leis rígidas para as mulheres cujo comportamento impecável, bem educado, e também o dos filhos, socialmente enalteciam o chefe de família, o qual se orgulharia da aprovação social. (D’INCAO, 1989).

Porém, o sociólogo Therborn (2006, p.32), em sua análise sobre as Américas crioulas, refere-se a estudos históricos que revelam que o casamento não tinha um peso na Bahia como uma formalidade obrigatória. Uma pesquisa de 1855 traz dados significativos mostrando que metade dos domicílios aparece com uniões de coabitação.

As variações nos arranjos familiares presentes obra de Therborn, citada nos estudos que analisa, indica semelhanças entre o Brasil e outros países da América Latina, cujas características nos modos de se organizar em família diferiam dos modelos padronizados e dominantes, o que pode ser verificado por alguns dados, entre outros, derivados das citações do autor: na Cidade do México de 1900, os nascimentos legítimos não chegavam a um terço do total; somente um terço das mulheres acima de 15 anos era casada, 45 por cento no país como um todo; na capital do México, 80 por cento das uniões sexuais eram consensuais; a América Latina do século dezenove concentrava grande número de famílias matrifocais, cerca de um terço na Cidade do México e em São Paulo, e mais de 50 por cento em Assunção e Vila Rica, as duas principais cidades do Paraguai.

A história demográfica e os estudos da família têm questionado se essa família extensa do passado de que tanto se fala era tão extensa quanto se supunha. Pouco a pouco, as análises e as pesquisas passaram a não mostrar tanto interesse pela extensão ou números de parentes da família estudada, e começaram a focar as emoções que uns sentiam em relação aos outros.

Porém, os conceitos de amor materno, de domesticidade conjugal, eram adequados à intimidade da família nuclear moderna, em que a mãe estava disponível para cuidar de sua prole. Mas seria esta uma realidade presente em todas as famílias que adentraram o século vinte?

Sociólogos e antropólogos têm afirmado veementemente a necessidade de reconhecimento de outros grupos, nas camadas populares, que criaram uma dinâmica social que retratava aspectos não comuns ao funcionamento da família nuclear moderna.

Da conjuntura histórica, sociocultural e econômica do país e de seus desdobramentos político-institucionais brotaram novas formas de organização que afetaram as dinâmicas relacionais das famílias e suas maneiras de interagir com a comunidade.

Consideramos extremamente relevante as posições dos estudiosos que se aprofundam no estudo da diversidade das composições das unidades domésticas e suas redes, bem como das trajetórias dos sujeitos que as habitam, e que nos ajudam a compreender como as subjetividades são traduzidas na constituição dos laços sociais.

Existiria um modelo padrão de família brasileira?

Em seu artigo *De família, reprodução e parentesco: algumas considerações*, de 2007, Cláudia Fonseca nos convida para algumas reflexões sobre trabalhos científicos que ajudam a manter as normas hegemônicas sobre a família. Segundo ela, não estariam nos planos das concepções parsonianas, evolucionistas, as mudanças nas práticas familiares dos euroamericanos – diminuição das taxas de casamento, muitos divórcios, taxas altas de crianças nascidas fora do casamento, unidades com três gerações, e muito menos os pressupostos universalizantes do complexo freudiano fechado sobre o núcleo pai/mães/filhos.

Reforçando sua argumentação, Jelin (2007) sugere que a força moralizadora da família dita saudável serviu como referência à repressão na ditadura argentina, e mesmo o movimento de oposição das mães da Praça de Mayo buscava legitimidade em nome desta mesma família, apesar do esforço para ampliar o vínculo familiar ao afirmar “todos os desaparecidos são filhos de todas as mães” (p.16). Lembra, ainda, que na obra freudiana e seus seguidores, nota-se a ausência de referências a domésticas e babás, presentes na literatura, mas não na literatura científica.

Apoiada em extensa literatura de pesquisa feminista, Corrêa (2004) levanta, a partir de elementos da obra freudiana, algumas reflexões sobre as noções científicas que pretenderam revelar verdades profundas da vida familiar e acabaram por ajudar a consolidar normas hegemônicas. Lembrando a clássica desvalorização das atividades domésticas, ela se pergunta como, apesar de as babás estarem tão presentes nos romances familiares dos círculos de Freud, estas estão ausentes nas teorias do mestre, o que remete à ideia vigente de que as empregadas domésticas que “invadem” a intimidade das famílias vitorianas (de cor mais escura e em geral de um nível social inferior) representavam “um buraco na célula social” da família burguesa, trazendo para dentro dela uma poluição moral.

Reforçando este argumento, é notável o olhar diferenciado sobre a mulher profissional das classes mais abastadas, que trabalha graças à presença da empregada doméstica que cuida de seu(s) filho(s), e a dinâmica da vida da empregada: enquanto a

primeira é valorizada, a outra, que por falta de recursos econômicos e também devido a uma rede de proteção pouco eficaz e inacessível, deixa seus filhos em circulação, é apontada como desorganizada, negligente e abandonadora.

Ainda no artigo em questão, Fonseca (2007, p.20) analisa o conceito de parentesco, e cita o trabalho de Janet Carsten, *Culture of Relatedness*¹⁴, que, à guisa de afastar a oposição biológico/social, “propõe empregar o termo “conectividade” (*relatedness*) em oposição ou ao lado de “parentesco”, e busca, através de estudos em situações contemporâneas realizados em alguns países, “entender quais símbolos - além do sangue, do sêmen e do leite materno – remetem à “substância compartilhada” (*shared substance*) e criam o tipo de relação profunda e duradoura, normalmente associada à esfera de parentes..

Concordamos com Fonseca (2007) quando esta destaca a importância dessa abordagem para o tema da “família adotiva”, e propomos que esta reflexão se estenda a outros temas de grande importância para pensarmos a família e a dinâmicas relacionais que envolvem as diferentes subjetividades que nela se constituem: as famílias substitutas, acolhedoras, guardiãs, as mães sociais, crecheiras, cujo apoio se constitui principalmente onde falta a mão do Estado, em espaço vazios ou ocupados por uma rede de proteção deficitária.

No Brasil, “circular crianças” é uma prática que perpassa toda a história do país e a história da família brasileira. Embora mais frequente nas camadas populares, esta prática sempre esteve presente de alto a baixo da pirâmide social.

A ação de circular crianças que pode ocorrer em famílias de toda a pirâmide social, e como já ressaltamos, opõe-se à ideia da hegemonia de um modelo. Mas é nas camadas populares e nas famílias pobres em que ela é abertamente praticada. Como já abordamos em outro momento, as tramas tecidas no interior das relações familiares e comunitárias se constituem por diferentes fios que se entrelaçam nos cuidados com as crianças.

Os estudos de Fonseca (1997,1999b,2000,2004)sobre as famílias das camadas populares e das famílias pobres deixam claro que, embora frequentes em situações de penúria pela pobreza e debilidades ligadas à saúde e saúde mental, a circulação de crianças se origina em um funcionamento familiar próprio, constituído em seu contexto de pertencimento histórico e social, cujos limites das unidades domésticas são mais fluidos.

As diversidade das dinâmicas familiares originadas em famílias migradas, pobres, negras, bem como as subjetividades envolvidas, têm sido mais recentemente abordadas no

¹⁴ CARSTEN, Janet. Introduction: Cultures of relatedness. In CARSTEN, Janet. (ed.). *Culture of Relatedness – New approaches to the study of kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

campo da psicologia social em trabalhos com os de Rosa e Carignato (2004), Souza (2009), Dias (2009), Hyriê (2004), Vilela (2009), e Chagas (2009).

Novas idéias realimentaram os estudos sobre família nos anos oitenta e noventa: as adoções transnacionais, transraciais, a variabilidade das relações gay e lésbica, as novas técnicas de reprodução, foram revelando outras lógicas que não só as biológicas sobre afiliação. Nesse cenário, o parentesco, enquanto conceito analítico, é revigorado por estudos etnográficos sobre circulação de crianças, “um parentesco dessubstancializado, que incluiria, cada vez mais, formas de conectividade além do sangue” (CARSTEN 2000 apud FONSECA 2007).

Fonseca ainda cita exemplos que desafiam “a noção, comum à lógica de comodificação, que uma pessoa possa ter apenas uma identidade, que deve pertencer a apenas uma família” (2007, p.21). Adiciona-se a essa ideia o funcionamento e a operatividade das dinâmicas que sustentam a rede extensa de parentes e conhecidos nos processos migratórios, como indicado na pesquisa e tese de doutoramento de Gláucia Assis, que analisa a migração de Criciúma-SC para Boston e identifica uma rede de mulheres, a qual dá sustentação à ideia de conectividade defendida por Fonseca, e apoio ao processo migratório (ASSIS, 2003, p.199). Retomaremos esta questão mais adiante propondo, através de outros trabalhos sobre migração, o funcionamento de dinâmicas familiares em redes ligadas pelo sangue e também por outros laços derivados de afinidades e alianças geradas por circunstância como o processo migratório e o cuidado – a circulação – com as crianças, dinâmicas estas que, se reconhecidas, podem trazer novos ares para as pesquisas sobre os sujeitos que se constituem nestas redes.

Segundo Carlos Sluzki (1997), o conceito de redes da psicologia social pode ser redescrito a partir da desconstrução da conceituação objetivista de uma rede genérica como relações primárias, secundárias, etc., e conceitualizando-se a “rede social significativa” que se define para cada um, uma rede social pessoal, como “o conjunto de seres com quem trocamos sinais que nos corporificam – família, amigos, relações de trabalho ou escola, relações comunitárias de serviço ou de credo” (p.15). E vai mais além,

[...] a rede pessoal social pode ser definida como a soma de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas ou define como massa anônima da sociedade. Essa rede corresponde ao nicho interpessoal da pessoa e contribui substancialmente para seu próprio reconhecimento como indivíduo e para sua auto-imagem. Constitui uma das chaves centrais da experiência individual da identidade (...) cuidados com a saúde e adaptação em uma crise (SLUZKI, 1997, p.42).

CAPÍTULO 2 HISTÓRIA E TRANSMISSÃO NA FAMÍLIA POBRE

Neste capítulo trataremos da história e transmissão na família migrante, pobre, e sua relação com a memória familiar. Será esboçado o traçado teórico que parte da complexidade do tema família e caminha por aportes da história, antropologia, sociologia, psicanálise e terapia familiar. A história, antropologia e sociologia serão abordadas segundo Sawaia, Correia, Gregori, Sarti e Fonseca. O tema da transmissão psíquica será tratado por alguns autores que estudam famílias tanto nas abordagens sistêmicas, como nas psicanalíticas, conforme comentamos acima

2.1 A FAMÍLIA MIGRANTE POBRE: MEMÓRIA FAMILIAR¹⁵

“Pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes ou depois.”

Walter Benjamin
Obras Escolhidas: Brasiliense, 1996

Introduzir a cultura, a história, permite redimensionar os sujeitos em suas famílias, localizando-os em um tempo e um traçado evolutivo, ampliando suas possibilidades de compreensão das vivências traumáticas. Fora desse contexto, o risco é perder-se na imensidão da dor e do sofrimento, deixando de fora os fatores sociais e históricos presentes.

A complexidade da cultura contemporânea nos desafia: se, por um lado, somos constantemente convocados a viver submersos em um imaginário onde as diferenças são silenciadas e todos têm acesso à virtualidade das pílulas da felicidade que nos são continuamente oferecidas, por outro, o mundo globalizado nos convida a conhecer a diversidade sócio-cultural entre pessoas, famílias, comunidades e povos, embora nos

¹⁵ Esclarecemos que em alguns momentos falaremos em “família pobre” e outros em “famílias em vulnerabilidade social”, por dúvidas que nos acometeram quanto a como nomear as famílias tratadas.

deparemos com a dificuldade de sermos reconhecidos e nos reconhecemos como parte dessa diversidade.

A ausência de alteridade e de reconhecimento das diferenças pode gerar sofrimento social e intolerância aos que não cabem nos modelos prontos e previsíveis oferecidos, onde o espaço para o diferente e o imprevisível é escasso (BEZERRA JR, 2003)

Conforme Sawaia (2006, p.8), não basta explicar a complexidade da dialética inclusão/exclusão colocando as subjetividades só na análise da desigualdade social. É necessário que se ampliem as interpretações sobre o que é “ser incluído”, abrindo caminho para o entendimento da exclusão como **“descompromisso político com o sofrimento do outro** (grifo nosso).

Essas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica, elas determinam e são determinadas pelas formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência (Sawaia, 2006, p.9)

Na mesma direção de Sawaia, a antropóloga Cláudia Fonseca aponta para a importância de se explorar a idéia de alteridade quando se trata de refletir sobre injustiça e exclusão social, afirmando que a injustiça se torna mais violenta quando não há escuta e se fecham as portas para o diálogo. E lança a pergunta:

Onde estão os debates capazes de aprofundar nossa **compreensão das alteridades inscritas no jogo da estratificação social?** (grifo nosso) Onde estão os novos termos que levam em conta a negociação das fronteiras simbólicas da sociedade de classes? (Fonseca, 2000, p.21.)

Sarti (2003 apud Acosta; Vitale 2003) sugere uma abordagem da família que leve em consideração a história e a experiência vivida por cada família:

[...] a história que se conta aos indivíduos em palavras e gestos, atitudes ou silêncios, e que será por eles reproduzida e re-significada, à sua maneira, dado os distintos lugares e momentos da família [...] cada família terá sua versão de sua história, a qual dá significado à experiência vivida (p.26).

Percorrendo os caminhos de Sawaia e Fonseca, continua:

Nas diferentes imagens que foram construídas pelas ciências sociais brasileiras, percebe-se uma identificação por contrastes, fazendo dos pobres um “outro”, que muitas vezes diz mais de quem fala do que de quem se fala, num mecanismo de tipo projetivo (Sarti, 2003, p.35.)

Ariès (1981), referência quase obrigatória aos que estudam a construção histórica da família e da infância, apresenta as configurações que a família foi assumindo no decorrer da história até chegar à família moderna. Porém, a história continua, e, como bem traduz Goldani (2002 apud SOUZA, 2009, p.114), “o que representam e o que fazem as famílias só pode ser compreendido no contexto amplo das interações entre as forças sociais, econômicas e políticas de um dado momento.”

Corrêa (1994), repensando as formas de organização familiar no Brasil, questiona a hegemonia de modelos, “a família patriarcal” e a “família conjugal moderna”, apontando para o risco de pensarmos através de tipos fixos, onde os personagens, uma vez definidos, apenas se substituem no decorrer das gerações, nada ameaçando sua hegemonia, e um tronco de onde brotam todas as outras relações sociais (p.15).

Fonseca (1997) nos alerta sobre a necessidade de se descolonizar o olhar que importa organizações familiares oriundas de outros contextos. Segundo ela, as famílias foram se retirando da rede extensa de parentela e se fechando no aconchego da idéia do “lar doce lar.” (p.520)

A autora defende que a organização familiar dos grupos populares Brasil afora seguiu uma evolução diferente, com valores ligados à criança, que não são os mesmos que vigoram nos contextos de segmentos sociais mais abastados. Contesta o pressuposto de que crianças abandonadas são abandonadas pela família, justificando que muitos meninos em situação de rua têm contato com seus familiares, e acrescenta que as taxas de natalidade de famílias pobres têm diminuído muito, embora os efeitos socioeconômicos sejam pequenos e aumente o número de crianças dadas em adoção. Refere-se à prática da circulação de crianças, comum a inúmeras famílias, tanto no presente quanto no passado, definida como:

[...] uma prática particular aos grupos populares, que deriva, por um lado, da importância da família extensa, por outro, da necessidade de acionar estratégias coletivas para a sobrevivência de crianças (Fonseca, 1997, p.535).

Gregori (2000), na mesma linha, aponta para o fenômeno da “circulação” em sua análise sobre meninos em situação de rua, associando o “circular pelas ruas” com o “circular crianças” frequente em muitas famílias brasileiras, e encontrada nas famílias das crianças que participaram de sua pesquisa (aspas do autor e nossas). Sustenta que “apenas uma parte dos “circulados” “esgarça” os laços ou vínculos com a instituição familiar”. Destaca que “mesmo

“circulando” seus filhos, as famílias preservam intacto o valor da consangüinidade” (aspas nossas).

Miriam D. Rosa (1999), psicanalista e pesquisadora em psicologia social, que estuda a contribuição da psicanálise em contextos institucionais, afirma o quanto o legado de Freud nos ajuda a compreender melhor os mecanismos que estão presentes na constituição do vínculo social.

Concordando com Freud, sustenta que o sujeito não está dado *a priori*, se constitui na cultura e está articulado à sociedade; e que as modificações que a sociedade sofre interferem na constituição da subjetividade e do laço social. E como se constituem, nos sujeitos, os efeitos da semelhança existente entre os processos civilizatórios e o desenvolvimento libidinal do indivíduo: “[...] e desta guerra surda, surge o inconsciente, efeito mesmo de humanizar-se” (ROSA, 1999, p.86)

A cultura é vista como tendo por função a proteção da condição de desamparo humano ante a natureza e os outros homens, assim como a organização das relações humanas e a divisão de bens. “[...] Logo, a cultura atende às funções de proteger e organizar as relações humanas, quando supre o sujeito de duas formas: como único, especial, relacionada ao narcisismo e à identificação, e quando oferece a segurança de pertinência (ROSA, 1999, p.87)

Segundo a autora, Freud nos alerta em “O mal-estar da cultura” (1929), para a tendência de que o próprio avanço da cultura a torne violenta, o que leva o homem a deparar-se com a hegemonia da igualdade, da massificação, onde a diferença, o amor e a alteridade ficam sem lugar. (ROSA, 1999, p.88)

Embora se verifique no contemporâneo diferentes formas de se organizar como família, a voz das culturas e singularidades dos que vivem em situação de vulnerabilidade e desamparo social ainda não é ouvida, mantendo os sujeitos dissociados de suas histórias de pertencimento, o que promove rompimentos de laços sociais, com efeitos disruptivos na subjetividade.

Esse olhar fragmentado para as relações humanas, que gera individualismo e generalizações sobre temas como violência, pobreza, criança, adolescente, homem, mulher, maternidade e paternidade traz dificuldades muitas vezes intransponíveis no processo de inserção social dos migrantes, exilados e refugiados.

O deslocamento por si só já gera sofrimento. A dor que as perdas sofridas provocam, quando engolida e silenciada, pode emergir em seu estado bruto quando as barreiras impostas pelas generalizações e pelos preconceitos, acrescidas às dificuldades econômicas, se impõem,

atravessando as tentativas de se construir o novo pertencimento. O que, a nosso ver, pode dificultar a continuidade das narrativas da história, obscurecer a memória e apagar o sujeito.

Neste trabalho, pensaremos a migração em duas dimensões: a primeira, a migração forçada pela condição de penúria econômica, e, a segunda, a dimensão em que a própria condição alienante do sujeito seja a alavanca para ir, sair de um “não lugar” e atravessar fronteiras na busca, quem sabe, de um novo “ser” (ROSA, 2008, p.4, aspas nossas).

Analisando famílias pobres migradas, Minuchin (1999, p.29) refere-se ao não reconhecimento por parte das instituições dos padrões afetivos e culturais que essas famílias trazem. A escuta e as intervenções que se realizam não reconhecem suas origens e não validam seus laços emocionais positivos, temas tão caros para a família como *locus* de constituição de identidade e transmissão.

As rupturas com o lugar de origem, as raízes culturais e a rede familiar e social de afeto podem, em condições sociais de muita vulnerabilidade, provocar fraturas muitas vezes irreparáveis para o núcleo familiar.

Hyriê (2006) observa que a perda de referenciais simbólicos em famílias migrantes bolivianas que vivem em São Paulo pode levar à desagregação familiar e a estados de padecimento psíquico, como sintoma social decorrente da invisibilidade política.

Refere-se às imigrações atuais, cujas dificuldades de inserção social provocam, no dizer de Carignato (2004) um viver fora do lugar, tanto na sociedade receptora quanto na de origem.

Desde a primeira metade do século passado, configura-se no Brasil um grande número de famílias que migram para as grandes cidades. Segundo Von Simsom (2003), esse processo de migração interna tem sido “um dos componentes mais perversos da intensa globalização sofrida por países em desenvolvimento como o Brasil” (p.1).

Se até os anos 80 esses migrantes traduziam a necessidade de mão de obra no processo industrial e da construção civil, hoje o cenário mudou: o avanço da tecnologia, a queda de empregos formais e uma organização que impõe a uma camada da população viver como “sobras” confirmam a condição de excluídos que os migrantes já trazem consigo ao chegar.

Vale lembrar, porém, a pertinência do ato de migrar como um movimento criativo do sujeito em direção a outro lugar, constituindo outras subjetivações que lhe permitam mais escolhas, na tentativa de criar outros rumos, como sujeitos de sua própria história.

O que aparentemente poderia parecer um sofrimento passivo pode também ser lido como busca interior de soluções para situações emocionais e econômicas que atingiram limites insuportáveis.

O migrante nos remete a algo que é comum a nós mesmos quando pensamos em nosso desconhecimento da nossa dimensão inconsciente (Rosa et al., 2008, p.2). Poderíamos tomar o ato de migrar como possibilidades que se abrem para “o sujeito se deslocar ‘ao país do Outro’, ou seja, alhures além do semelhante, do idêntico e do espelho [...]” (FUCKS 2000 apud ROSA ET AL, 2008, p.2)

Porém, a fragilidade decorrente do desenraizamento e os constantes deslocamentos, característicos da migração, mais a exposição a discriminações de vários tipos (econômicas, raciais, linguísticas, entre outras) deixam marcas profundas nas famílias observadas, Viver um “apartheid velado” (Von Simson, 2003, p.1) agrava o desejo de “apagamento” da memória, e a negação da história da trajetória migrante. Instalam-se sentimentos de desqualificação, humilhação e vergonha, que retro-alimentam processos de “esquecimento” que, por sua vez, acabam por barrar a transmissão da história para os descendentes.

Gonçalves Filho (1998, p.14-15) refere-se à humilhação social crônica, longamente sofrida pelos pobres e seus ancestrais, como efeito da desigualdade política que coloca o homem fora do âmbito intersubjetivo da iniciativa e da palavra. Introduz a ideia do sentimento de humilhação como uma modalidade da angústia “que assume internamente – como um impulso mórbido – o corpo, o gesto, a imaginação e a voz do humilhado”.

Evidentemente, a falta de um lugar de pertencimento e de uma atribuição social, e o não-encaixe nas formas discursivas vigentes, desampara os sujeitos que, sem uma rede social de apoio, por onde circulem ideias, tradições e valores, mantêm-se à margem do tecido social.

Segundo Rosa (2002, p.2), o jogo discursivo que se constitui no campo social expõe o sujeito ao risco de confrontação com o traumático, tomado aqui como a desorganização subjetiva decorrente da emergência do que está fora de sentido e significação. Instalam-se sentimentos de desproteção e desamparo, o que fragiliza as relações familiares por não encontrarem o suporte discursivo necessário para o fortalecimento de seus vínculos, que são os fios condutores para a circulação e transmissão de valores, ideais e tradições, fundamentais para proteger os sujeitos do real.

Diferenciar os fatores sociais que ajudam a desencadear os sofrimentos traumáticos dos sujeitos nas famílias apontadas, isto é, o que é do sujeito e o que é efeito de um discurso dominante que não o inclui, é tarefa para os profissionais que escutam essas famílias, embora

seja notável a surdez que predomina nos serviços de atendimento à população que vive em vulnerabilidade social.

Bezerra (2003 apud ROSA, 2002), refere-se à necessidade de superação da dicotomia indivíduo/sociedade e à clínica como lugar de reinvenção, de renovação da escuta e do olhar. Afirma que “toda clínica é social e toda política diz respeito à vida subjetiva de cada indivíduo” (p.3). E que a singularidade só surge quando os sujeitos estão no campo de suas relações sociais.

Dessa forma, a surdez observada na escuta que a articulação do individual, do social e do político exige, ajuda a manter a transmissão psíquica intergeracional na ordem do inaudível, reiterando as repetições decorrentes de efeitos traumáticos, que mantêm o sujeito à margem do simbólico e, portanto, no “estado de esquecimento” que inclui “esquecer e ser esquecido”.

2.2 MIGRAÇÃO, TRANSMISSÃO E REPETIÇÃO

O tema da transmissão psíquica tem sido tratado por muitos autores como Neuberger (1999), Bowen (1979), Framo (1996), Boszormenyi-Nagy e Spark (1988) e Andolfi (1984, 2003, 2006) que estudam famílias nas abordagens sistêmicas, como os que o abordam sob o enfoque psicanalítico, como Rosa, Kaës e Correa.

Segundo Neuberger (1999), transmissão é a capacidade que os sujeitos têm de deter as informações necessárias para articular o projeto fundador de suas famílias. São os mitos familiares os responsáveis pela gestão do que pode ou não ser dito e por desvelar o que precisa ser conhecido. Conforme define,

A memória familiar é, essencialmente, um processo de seleção daquilo que convém esquecer para sustentar, manter, transmitir o mito do grupo familiar[...] **uma gestão adequada do esquecimento, a fim de assegurar a continuidade do grupo, malgrado a ruptura de gerações**” (p.333-34)(grifo nosso).

Para Bowen¹⁶ (1979, p.70), são necessárias muitas gerações para construir narrativas sobre as vivências da história familiar. A formulação de sua teoria sobre a diferenciação do

¹⁶ A teoria sobre a diferenciação do “eu” familiar de Murray Bowen parte do conceito de “massa indiferenciada do “eu” familiar e considera que é o índice de fusão emotiva na família que impede o indivíduo de definir-se na relação com o outro. Chama de diferenciação o resultado do processo e individualização. Descreve o processo de projeção familiar e como é transmitido o grau de diferenciação atingido pelos pais. A transmissão não é uniforme, e os filhos podem, em seu desenvolvimento, apresentar maior ou menor grau de diferenciação em

sujeito parte de pesquisas que buscaram, no passado multigeracional das famílias, indícios e relações com o presente. Deteve-se sobre o indivíduo, sua história e os processos de diferenciação.

O processo de transmissão multigeracional vai ocorrer de acordo com os processos de projeção psíquica que, repetidos de geração para geração, vão promover um maior ou menor nível de diferenciação nos descendentes. Os sintomas emergem a partir do nível de ansiedade que decorre dos diferentes graus de diferenciação.

Na teoria boweniana, quanto menor o nível de diferenciação do ego na família, maior a ansiedade e menor o grau de tolerância em relação à diferença do outro.

Segundo Andolfi (2003, p.57), a história de uma família é uma “trama complexa e singular de histórias individuais, vínculos intergeracionais e experiências compartilhadas” que se sucedem em um tempo que se delinea e toma forma, não na sucessão dos anos, mas no “perpetuar-se de gerações”. Sugere a necessidade da presença de uma continuidade histórica e evolutiva entre os significados que diferenciam modelos de relação do passado e do presente, o que nos permite falar sobre a identidade cultural de uma família.

Considera os mitos “verdadeiras portas de ingresso para quem se prepara para descer nas profundezas dos valores compartilhados pelo grupo familiar”.

Se, por um lado, a família pode ser considerada uma microcultura, por outro, ela fica confinada no âmbito do privado, expressando-se por formas próprias. E os canais de comunicação por onde são transmitidas informações importantes podem ocorrer de formas verbais e não verbais redundantes e pouco codificadas.

Encontra-se no mito familiar um uso menor do imaginário e do fantástico e um vínculo mais estreito com a realidade. Sua manifestação, embora não apresente simbolismos particulares, é igualmente portadora de “mensagens” que vão além do conteúdo manifesto. O que o torna eficaz em sua função de transmissor de significados através de um material “significante” compartilhado.

Boszormenyi-Nagy e Spark (1988) e Spark (1973), considerando a repetição de eventos familiares em gerações sucessivas, evidenciaram a existência de “modelos de relação multigeracional facilmente reconhecíveis”. O indivíduo, interiorizando percepções não expressas no sistema, mas obedecendo a elas, desenvolve lealdades que se transmitem de uma geração a outra:

relação aos pais. Quanto mais baixo o grau de diferenciação, mais exposta a criança foi à ansiedade crônica de seus pais, mais dificuldade vai ter para separar-se sem traumas, e em casos extremos, não o conseguem.

Partimos do pressuposto que, para ser um membro leal de um grupo, deve-se interiorizar o espírito de suas expectativas, e dispor de um conjunto de atitudes específicas para obedecer às ordens interiorizadas (p.55).

Em toda família, cada relação sofre a influência da lealdade e do respeito que se tem à história multigeracional. A “dívida existencial” que um filho assume em relação a seus pais, e que dificilmente poderá ser saldada, é a base da conexão transgeracional. E esta conta pode permanecer aberta até a vida adulta como um tipo de lealdade que se transmite para a geração seguinte.

Portanto, embora o mito familiar não transmita um saber concreto, ele se imprime como imagem na mente dos membros da família, atuando como obstáculo ou recurso nos processos de individuação, funcionando como mediador entre família e indivíduo.

Situações traumáticas e lutos não elaborados são transmitidos através de conteúdos não manifestos que o mito familiar carrega, exigindo do psiquismo um enorme trabalho inter- e intrassubjetivo, dificultando a transformação e metabolização do conteúdo transmitido.

Framo (1996) dedicou-se a pesquisar métodos terapêuticos que incluam um trabalho com as famílias de origem dos indivíduos, convidando-as a participar dos encontros que realiza, com o objetivo de trabalhar com as histórias das gerações anteriores e ampliar a consciência de todos para as interconexões das histórias e dos problemas que os afligem. Para ele, o trabalho com a família de origem pode constituir por si só uma experiência terapêutica significativa, segundo o conceito de que forças transgeracionais ocultas exercem uma influência decisiva nas relações íntimas do presente (p.20).

Sobre o tema da transmissão, Rosa (2001) problematiza a função paterna na sua relação com a transmissão dos significantes da filiação e da sexualidade, com a constituição da subjetividade e a transmissão da história. Aponta para o “não-dito”, referindo-se aos pais que pensam ser possível a construção de um futuro sem se tocar no passado de sofrimento, o que, para eles, poderia ser traumático para os filhos. E pergunta-se: o que seria mais traumático, o dito ou o não dito?

A autora lembra que a escolha de não falar sobre um passado doloroso não nos livra dos processos inconscientes a que estamos submetidos e que nos fazem emudecer. O que importa, então, dos fatos, não são os conteúdos dos relatos, mas as marcas do não representado que impedem o sujeito de interrogar-se.

O não-dito, já recoberto pelo dito, permite aos sujeitos movimentar a cadeia de significantes que os fazem buscarem novos sentidos, isto é, “os fatos existem enquanto reclamam sentidos.” (2006, p.210).

A transmissão da história – a historização do desejo – é fundamental para a constituição subjetiva do sujeito como desejante. Ela permite ver mais claro, o que exige um corte para que o traumático não se repita. A recuperação da história inaugura o novo, interrompe uma cadeia de repetições de lutos não elaborados.

Olga Correa (2001) refere-se à alienação da subjetividade e da inter-subjetividade e sua ligação com o traumático nos processos de transmissão psíquica geracional. Para ela,

o silêncio da violência ou ruptura dos diversos vínculos geracionais são o denominador comum que percorre a falta da inscrição do sujeito na sucessão das gerações e no tecido grupal comunitário, limitando ou impedindo o acesso aos processos de simbolização que organizam uma cadeia de significantes (Correa, 2001, p.:65).

Já Benghozi (2001, p.97) aponta para o traumatismo precoce, ligado a catástrofes comunitárias, e sua relação com sentimentos de vergonha que acabam sendo responsáveis pelo negativo da transmissão geracional.

Por outro lado, Kaës (2001), desenvolve a noção de pacto de resistência intergeracional ao luto, em famílias onde uma situação de repetição não transformada pode repetir-se na geração seguinte. Supõe que “certo pacto de desconhecimento (ou de resistência) se conclui entre as gerações, de tal forma que ninguém seja confrontado ao trabalho de luto”. Propõe o conceito de “pacto denegativo”, como um acordo inconsciente que se impõe aos laços intersubjetivos, como algo a ser oferecido da ordem do recalçamento ou da denegação, presente no espaço interno de cada sujeito (p.45/46).

A partir de conceitos de Walter Benjamin, Gagnebin (2001) fala sobre a importância da experiência compartilhada, narrada e retomada através de gerações, que possibilita a transformação “que dá continuidade à palavra transmitida de pai para filho” (p.85). Referindo-se aos horrores do século XX, sustenta que a memória traumática, apesar de tudo, “tenta se dizer” (Gagnebin, 2006, p.49)

Bosi (1979) aponta para a mobilidade extrema das famílias pobres, migrantes e nômades urbanas, que impossibilita a conservação de objetos herdados - bens biográficos que contam o passado -, que se perdem pelo caminho e não acompanham “a odisséia dos miseráveis”.

[...] não há memória para aqueles a quem nada pertence. Tudo o que se trabalhou, criou, lutou, a crônica da família ou do indivíduo vão cair no anonimato ao fim de seu percurso errante [...] (1979, p.110, (grifo nosso)

2.3 FAMÍLIAS E CRIANÇAS EM MOVIMENTO: A CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS, PRÁTICA ESQUECIDA?

Foi fundamental o papel da criança no movimento de passagem da família patriarcal, onde a socialização das crianças se dava em boa parte na convivência com os adultos, sob um modelo onde os pais, movidos pela necessidade de educar seus filhos, foram entregando as crianças nas mãos de tutores, governantas e professores. Se anteriormente elas viviam nas ruas e usufruíam de uma rede extensa de parentesco, a partir daí foram passando à privacidade do lar à “privacidade da escola” (aspas nossas), onde eram reafirmados e cunhados os pilares da família aburguesada. Essa visão, moralizadora, chega ao seu auge no século vinte, que consolidou as ciências psicológicas e pediátricas direcionadas à criança e ao adolescente.

As mulheres foram deixando o trabalho nos espaços públicos e se adentrando, enclausurando-se, nos espaços domésticos.

O assunto da família, crianças e adolescentes foi facilmente escorregando para estigmas, onde padrões comportamentais não convencionais logo se encaixavam em classificações como desorganizado, desestruturado.

Ainda vemos, com certa frequência, a naturalização da família conjugal em certos contextos institucionais e, particularmente, jurídicos, cujas abordagens de alguns temas, como o da adoção, utiliza frases do tipo “famílias normalmente constituída”, o que parece considerarem esta uma forma mais civilizada e mais natural que outras. (Fonseca, 1999, p.69). Portanto, rever noções que perpassam nossa cultura e assolam o pensamento contemporâneo nos ajudam na “escuta” do outro e a perceber significados particulares muitas vezes difíceis de serem explicados.

Nos grupos populares brasileiros foram estudadas outras lógicas de funcionamento. A inserção da criança na rede social da saúde e da educação deparou-se com a ausência do braço do Estado, condições de vida precárias e falta de uma escola eficaz e acessível; os espaços exíguos das casas, tornando mais fluídos os limites da intimidade dos lares; além de uma maior ocupação dos espaços públicos em oposição ao privado são alguns dos fatores que derivaram na consolidação de redes de vizinhança, turmas de bares e circuitos de comadres.

Somando-se a isto, vale destacar que mortes precoces e migrações/mobilidades geográficas, principalmente de homens, também modificaram os arranjos conjugais, criando

outros funcionamentos, mudando o lugar das mulheres e colocando crianças em circulação, prática tão frequente quanto pouco reconhecida na história desde a época colonial. Associadas a esse fato, as evidências históricas, através de dados veiculados por narrativas ou análise de arquivos de cartórios e jurídicos, demonstravam que as práticas das uniões não consensuais, crianças não registradas, eram comuns: as pessoas se juntavam sem casar, tinham filhos sem gerar certidões e se separavam sem fazer divórcios.

Fonseca reafirma (1999, p.10) que, nas unidades domésticas que estudou, encontrou diferentes maneiras de se viver a domesticidade conjugal modelada pela família nuclear, com pai, mãe filhos e com a divisão do trabalho homem-provedor/mulher cuidadora dos filhos. Os grupos por ela estudados apresentaram uma dinâmica social que tem pouco a ver com o modelo da família nuclear acima mencionada.

Nas análises das organizações familiares pertencentes a toda a pirâmide social, na sociedade brasileira do modernismo, pós-revolução industrial, foram identificadas outras características, como a tendência a casamentos mais “precoces”, uniões consensuais, instáveis e um alto índice de bastardia. E, crianças em circulação. As diferentes interpretações a essas tendências transitavam desde a ideia da emancipação dos indivíduos à censura comunitária, e, ao mesmo tempo, pela desqualificação da família, sua amoralidade.

Fiquemos com os historiadores que se esquivam desses julgamentos, enfatiza Cláudia Fonseca, e que interpretam essas práticas como resultado de uma nova classe que se constitui com formas de organização social próprias:

Menos heteróclita, graças às aglomerações urbanas, a “cultura popular” teria se concentrado nas camadas pobres da classe trabalhadora. Antes de ver nesta um “subgrupo fadado à bastardia” – resultado da “ignorância ou da “irresponsabilidade” –, historiadores recentes preferem considerá-la herdeira de uma “cultura popular vigorosa”, uma cultura que muitas vezes não vem de encontro às normas e aos valores da sociedade dominante (Fonseca, 1997, p.521)

O enclausuramento no modelo nuclear burguês só aconteceu, nas classes populares da Europa do século dezoito e dezenove, pela força coercitiva cujo escopo era sanear a rua de mendigos, órfãos e prostitutas. E a família conjugal que se instalou no início do século vinte se consolidou pelas estratégias sedutoras de melhoria de condições da vida da classe operária, como salário e uma escola de qualidade.

A partir destas considerações, nossa análise aporta nas famílias pobres brasileiras do início do século vinte. Fonseca chama a atenção para o fato de que a maioria dos habitantes das classes populares não aderiu imediatamente à família conjugal moderna; traziam consigo muitas das tradições que o mundo rural imprimiu em suas trajetórias. E, chegando à cidade,

enfrentaram desafios, adaptaram-se a normas urbanas para compartilhar suas vidas com os que lá estavam. (1997, p.522).

No Brasil, os estudos antropológicos com a população de baixa renda demonstraram a fluidez das fronteiras entre os lares e os espaços públicos e a unidade conjugal mais aberta, Alguns hábitos demonstrados nos estudos etnográficos de Fonseca revelam que as crianças eram “negociadas” com parentes dependendo das conveniências, e que as decisões sobre elas amiúde extrapolavam o universo do casal: filhos eram comumente dados para as avós criarem, principalmente o primeiro neto. Enfim, a autora defende que, se as crianças não estivessem também sob a responsabilidade do grupo de parentesco, dificilmente essa população teria se reproduzido.

Ela nos relata como foi seu primeiro contato com a prática de circular crianças:

Foi numa destas viagens, lendo sobre uma tribo na África Ocidental, que vi, pela primeira vez, a noção de “circulação de crianças”. Descobri que os Gonja põem seus bebês em circulação com relativa facilidade. Circulam em situações de crise quando os pais se separam e a criança é absorvida por algum parente. Mas existe também a circulação “voluntária”, quando a criança vai morar com um tio ou uma tia a dezenas ou centenas de quilômetros da casa dos pais biológicos para estreitar os laços de solidariedade entre ramos geograficamente dispersos do grupo familiar. (Fonseca, 1999, p.71)¹⁷.

Tomando a semelhança dessa experiência com funcionamentos de circulação de crianças no Brasil, supõe-se (Fonseca, 2002, p.32) que, da mesma maneira que redes se parentesco se formariam em torno dos cuidados com as crianças, elas também seriam “cuidadoras” de redes ao serem negociadas como elemento consolidador dessas redes. Nesse caso, a circulação de crianças serviria como fortalecedora de redes de solidariedade.

A circulação de crianças, fenômeno mais frequente do que se imagina, não significa um esgarçamento dos vínculos com o grupo familiar, segundo Gregori (2000). Em seu livro *Viração* (2000), o estudo etnográfico que realizou na cidade de São Paulo com diferentes agrupamentos de meninos de rua e com agentes institucionais. Identifica o “ir-e-vir” dos meninos como uma circulação entre a rua, a casa e as várias instituições com as quais podem contar.

Não foi possível definir um conjunto coeso de explicações sobre os motivos destas entradas e saídas. Considero, inclusive, que os motivos alegados são menos

¹⁷ Em seu artigo *Cada caso não é um caso*, sobre trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPed: Caxambu, 1998, publicado no número especial da revista Horizontes Antropológicos: “Diversidade Cultural e Cidadania (PPGAS/UFRGS, 1999), Fonseca cita o trabalho de Esther Godoy, de 1882: *Parenthood and Social Reproduction and Occupational Roles in West Africa*. Londres: Cambridge University Press.

consistentes do que a admissão, como pressuposto, de que o padrão de suas vivências é pautado por essa circulação constante, da mesma maneira que a maioria deles não abandona suas famílias, não abandona as instituições e agrupamentos com que convive. O “não abandonar”, no entanto, não implica “se fixar”, implicando uma substituição.” (Gregori, 2000, p.72).[grifo do autor]

O padrão de circulação presente nas famílias e na vida dos meninos pesquisados foi claramente verificado: deslocamentos geográficos, circulação de trabalho, de pais (vários padrastos, principalmente), de escola, de casas, de crianças.

Cláudia Fonseca, pesquisando uma vila em Porto Alegre, identifica o padrão de circular crianças em mais da metade das moradoras (Fonseca 2000). Ela nos propõe abordar esse tema não como “um colapso de valores” de uma população diante da miséria, mas como “formas alternativas de organização vinculadas a uma cultura popular urbana.”

Em seus achados, Fonseca (2000) indicou que a família popular do início do século não se apresentava como uma unidade doméstica bem delimitada, autocontida. Possuía uma dinâmica social própria: as mulheres, mesmo com a presença dos maridos, saíam para trabalhar, sustentavam as casas e raramente “tinham o luxo” de poder inteiramente dos filhos.

Fonseca identificou diferenças na circulação de crianças: um tipo frequente de circulação da época colonial correspondia a crianças pobres sendo absorvidas por famílias mais abonadas, e lá ficavam depois, como empregadas domésticas. Na prática urbana, as crianças circulavam entre famílias do mesmo estrato social, grande parte das vezes na família extensa, avós, tios, tias, de onde decorriam confusões com os significados de filho/pais adotivos e filhos/pais de criação. E por motivos variados, entre os quais: mortes precoces, separações conjugais, e novas uniões com outros filhos.

Ao reconstruir histórias de vida, descobrimos que os filhos do primeiro leito de uma mulher frequentemente eram distribuídos não na hora da separação conjugal, mas sim no momento do nascimento dos meio-irmãos por um leito subsequente, como se, tendo consolidado a lealdade do segundo marido, a mulher aceitasse mais facilmente abrir mão do vínculo com seu ex-marido” (Fonseca, 1987, apud Gregori 2000, p.82)

Outra situação identificada como circulação por essas autoras refere-se à internação na antiga Febem¹⁸, em escolas internas ou educandários ou em abrigos. Propõem que, por trás dessa prática, muitas vezes indesejável (muitas das internações são determinadas judicialmente), esconde-se ou mascara-se um fenômeno comum à nossa história, que é o de circular crianças. Poderíamos considerar que as instituições que recebem essas crianças são

¹⁸ Ainda existente nos mesmos moldes, com o nome de Fundação Casa.

parte de um movimento onde circulam crianças entre famílias ditas desestruturadas (e nos perguntamos desestruturadas em qual tipo de estrutura), vistas como negligentes e/ou abandonadas e as referidas instituições. Crianças e mesmo adolescentes institucionalizados circulam entre instituições, muitas vezes com o desconhecimento total de uma história de pertencimento a algum lugar, a uma família, referidos apenas em dossiês pobres de histórias de famílias, mas ricos em histórias que desqualificam famílias. Essas práticas não seriam também expressão da prática de “circulação de crianças”? Não fosse esse constante “circular” (aspas nossas), em que alternativas poderíamos pensar? No caso dos meninos em situação de rua, por exemplo, Gregori (2002, p.202) comprovou em suas pesquisas que as crianças internadas e que perambulam pelas ruas não consideradas abandonadas, sentem-se e são sentidas como pertencentes à prole

É muito importante ressaltar que, mesmo circulando seus filhos, as famílias preservam seus laços e o valor da consanguinidade, e as demonstrações de solidariedade na rede consanguínea superam as dos laços conjugais. Generaliza-se o sentimento de que “mãe é uma só” por menor que tenha sido a convivência, permanece o sistema de lealdade com a mãe “verdadeira”, que não considera ter rejeitado o filho (Gregori, 2000, p.83)

Cíntia Sarti, na introdução de seu livro *A família como espelho*, de 2002, conta-nos ser este fruto de “uma pesquisa cujo objetivo era **contribuir para entender a sociedade brasileira a partir de um de seus segmentos, os pobres, que vivem num dos bairros da periferia da cidade São Paulo**” e que buscou “**a raiz da noção de família, presente em seu universo simbólico, nas condições particulares em que vivem as pessoas e na história da qual elas são herdeiras**” (2002, p.10).

A autora parte do pressuposto de que, na pesquisa etnográfica, o contexto não é algo dado, mas sim um mundo de significação que tem a ver como o ponto de vista de quem nele vive. Sendo assim, o observador traduz um fenômeno em seus termos, mas também teria que pressupor entender outro mundo de significação além do próprio, a ser revelado, com sua própria lógica. Então não se insere um sujeito em determinado contexto; ele é o mundo de significações do próprio sujeito.

Gostaríamos de destacar, nessa mesma linha, o trabalho de Souza (2009), sobre identidades masculinas nas famílias pobres e no imaginário dos profissionais da rede social/institucional, braços das políticas públicas. Referindo-se aos estudos de Sarti e Fonseca, bem como de Zaluar (2003), acrescenta:

As autoras são pródigas em alertar sobre o risco de tomar as famílias pobres como um “outro” problemático em relação às famílias de classes sociais média e alta; sobre observar comportamentos desencaixados de seus contextos e atribuir a eles valores estigmatizantes: sobre ignorar as definições relacionais de pobreza: sobre igualar situações díspares ao enquadrá-las na situação de pobreza e sobre a redução de comportamentos das famílias pobres e aspectos econômicos, meros arranjos de sobrevivência” (p. 96).

Pressupõe o reconhecimento de um saber, outro, uma alteridade, a exigência de sair de si. Concordamos com a autora e é nesta ótica que nosso percurso neste trabalho foi guiado pela tentativa de “mostrar a cara” das invisibilidades das práticas como a de circulação de crianças, esquecidas ou pouco conhecidas em nosso imaginário, embora presentes em todas as classes sociais.

Essa invisibilidade pode gerar uma culpabilização que, por sua vez, se alimenta de um pressuposto – o modelo dominante família conjugal/nuclear – e que, por sua vez, realimenta a estigmatização do que não cabe na regra, podendo gerar uma angústia que, somada às instâncias da vulnerabilidade social, pode causar maiores danos às relações familiares e comunitárias, e ajuda a manter invisível e distante o sofrimento de boa parte da população.

No nosso caso, escolhemos uma família migrada da Bahia, uma migração de três gerações de mulheres, onde há conflitos intergeracionais e sintomas relacionais intersubjetivos importantes, para estudar o impacto de processo migratório nos padrões transmitidos.

O impacto dos processos migratórios nas famílias do ponto de vista das diferenças culturais e subjetivas dos atores envolvidos trouxe mudanças para relações de gênero e a inserção das mulheres nos fluxos migratórios. Rearranjos nas relações de gênero estão presentes nos sujeitos que migram, homens e mulheres que vivem, em algum momento, divisões quanto às suas identidades de origem (ASSIS, 2003).

Sarti buscou compreender com que categorias morais os pobres trabalham para organizar, interpretar e dar sentido aos seus lugares no mundo, como se relacionam com os “iguais”, e, em contrapartida, que concepção têm da relação com os “outros”. Levou em conta, em sua pesquisa, as relações de parentesco, de afinidade e consanguinidade, decisiva nas relações familiares, dada a fragilidade dos vínculos conjugais, e as relações da família, bairro e vizinhança, limites difíceis de serem demarcados num campo onde os “limites entre o bairro e a vizinhança são sutis”.

No desenrolar de sua pesquisa, Sarti foi mostrando “como a moralidade sobre a qual se assentam as relações familiares não se limita ao universo da casa, mas se expande para

fora, configurando um sistema de valores que incide sobre o modo como os pobres pensam o mundo social e se colocam ante ele (2003, p.21).

O conflito contemporâneo, que, por um lado, reafirma a individualidade, e, por outro, abandona a tradição, vem transformando a intimidade, o respeito e as responsabilidades com os vínculos familiares (GIDDENS¹⁹ 1993 apud SARTI 2003). Esse conflito, segundo Sarti, se mostra menos acentuado na família pobre, onde o padrão tradicional de autoridade e hierarquia se faz presente, onde se torna mais difícil a afirmação individual.

A definição da família como via de acesso ao problema da moralidade não foi uma escolha arbitrária, nem casual. Ela foi se delineando à medida que se revelava a importância da família como referência simbólica dos pobres, dentro e fora de casa. A família, pensada como uma ordem moral, constitui o espelho que reflete a imagem com a qual os pobres ordenam e dão sentido ao mundo social (p.22).

E a importância dessa família vai mais além, na forma de um lócus para a materialização de vínculos essenciais para participação em grupos mais amplos.

A família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo de sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social. Em poucas palavras, a família é uma questão ontológica para os pobres. Sua importância não é funcional e seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui a referência simbólica que estrutura sua explicação no mundo (Sarti, 2003, p. 53)

A família do universo estudado por Sarti habita a massa dos pobres urbanos de São Paulo nos anos noventa. Em suas palavras,

Suas vidas são o resultado da industrialização e urbanização do país, a partir dos anos cinquenta, e da migração que fez parte deste processo, “o sonho feliz de cidade”, a promessa de dias melhores, que os trouxe para o sul, buscando o Brasil moderno, cuja síntese perfeita estava na metrópole como São Paulo. Sonho que forjou as periferias pobres das cidades, obrigando sua população a “chamar a resposta de realidade” nas palavras de Caetano Veloso, que mostrou “o avesso do avesso” de seu sonho 2002, p.27, grifo do autor).

O movimento migratório que se deslocou para São Paulo, principalmente nos anos sessenta e setenta, afetou tanto o campo como a cidade, redefinindo as relações sociais. A população migrante que foi habitar e constituir suas famílias na periferia da cidade se encontra na terceira e quarta gerações.

¹⁹ Cf Giddens, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*, Unesp:1993

Durham (1978)²⁰ estudou famílias pobres, migrantes, e como Sarti, enfatiza que o processo de migração também tem metas para o grupo familiar, e não só para o indivíduo.

Na chegada à cidade, o elemento protetor é a rede de parentes e conterrâneos, que pode fornecer abrigo e, especialmente, referência para o entendimento de um universo diferente e desconhecido. Por meio dessas relações pessoais, o recém-chegado toma conhecimento das oportunidades existentes e do melhor modo de aproveitá-las (1978, p.156)

Alguns migrantes mantêm suas obrigações com a família que deixou para trás e migrar muitas vezes não significa um rompimento com a família de origem. Outros têm que romper esses laços, como no caso da família que analisamos, onde a migração, um movimento feminino, vai em busca de outras subjetivações para as mulheres que não se possibilitam nos modelos de origem.

Outros aspectos dos processos migratórios foram analisados, como os efeitos da predominância de valores tradicionais nas famílias pobres e o que se espera dos homens e das mulheres. Ainda encontramos, nessas famílias, características presentes nas famílias rurais onde são regradados os comportamentos de subordinação das mulheres aos homens (DURHAM, 1978, p.64). Porém, ao chegar ao mundo urbano da metrópole, esses valores são confrontados.

Sarti revela, em sua análise, a expectativa de melhorar de vida de seus entrevistados e a condição de migrante. Segundo ela, os moradores falam da mobilidade social em relação à geração anterior, no sentido do acesso a recursos inexistentes em seus lugares de origem. Porém, os migrantes como um grupo social que habita a periferia urbana da metrópole transitam num universo de fronteiras imprecisas: por um lado, a identidade de migrantes de periferia, onde suas origens se deparam com a construção de outro pertencimento, no lugar dos pobres da cidade. Por outro, quando já se reconhecem no novo pertencimento, enfrentam, como qualquer outro, a identidade de serem pobres, os pobres que a cidade manda para suas franjas, o pertencimento a uma massa anônima. Suas origens tornam-se secundárias, a cidade lhes imprime uma marca que apaga a história.

[...] a pobreza perdeu o seu sinal positivo mais forte e adquiriu, mais claramente, o sentido negativo da falta, estendida também ao plano moral, fazendo desaparecer as fronteiras entre o “pobre honesto” e o “marginal” ou “criminoso”. Não ter dinheiro para consumir os bens cada vez mais oferecidos no mercado equivale, para os pobres, especialmente os pertencentes a grupos raciais (como os negros) e

²⁰ Em seu clássico *A caminho da cidade*, de 1978, Eunice Durham analisa correntes migratórias e o lugar dos pobres, buscando uma articulação entre seu lugar social deles e a sociedade mais ampla.

residenciais (como os favelados), mas principalmente os despojados “meninos de rua”, a ser objeto de suspeita de cometer atos ilegais ilícitos ou, pior, de ser agente da violência (Zaluar, 1994, p.18)

A importância das redes de conhecimento, presentes nos estudos de Fonseca, Sarti, Durham, Assis e Gregori tem se comprovado em estudos recentes em antropologia e sócio-demográficos (MARTES; FLEISHER, 2003), em processos migratórios brasileiros e mexicanos para os Estados Unidos. Outros estudos sobre família, diversidade, e migração, em psicologia social, como os de Carignato, Rosa (2008) Vilela (2009), Chagas (2009) Souza (2009), Hyrie (2006), convidam-nos a ousar e reconhecer redes familiares, de parentesco, consanguíneos e não, que pulsam nos processos migratórios os tons, sons e cheiros da cultura popular, dos pobres, que teimamos em ajudar a manter invisíveis, inaudíveis e inodoros.

Segundo Sluzki, nas trajetórias de migração e outros deslocamentos de moradia, as necessidades das pessoas de uma rede apoio aumentam por terem deixado para trás muitos laços sociais decisivos. Essas mudanças estão fortemente associadas a um aumento da frequência e ao agravamento de conflitos relacionais familiares independentemente de as migrações se darem por razões políticas ou de sobrevivência.

Nesse sentido, ao migrar, as pessoas tendem a ser vistas e se verem fora de um contexto social e relacional, podendo derivar rompimentos e sintomas como depressão, abuso de álcool e violência familiar. Além disso, quando a migração transcende limites culturais, cada membro da famílias muitas vezes negligencia ou abandona alguns segmentos de sua rede social pessoal, embora outros segmentos possam ser retiros por meio de cartas ou ligações telefônicas, ou ainda, simplesmente ficam calcados nas lembranças.

Poderíamos dizer que esse seria esse um processo de luto que, na prática, fica minimizado e editado em função dos esforços para adaptação ao novo lugar. Incluem-se nesses esforços habilidades adaptativas para desenvolver novas redes que, em parte, substituiriam vínculos e funções perdidas nas trajetórias migratórias.

CAPÍTULO 3 ESCUTANDO FAMÍLIAS

NO PROJETO-PILOTO FAMÍLIA ACOLHEDORA

Neste capítulo, trataremos do estudo de caso de uma família participante do projeto piloto Família Acolhedora, do ITFSP demonstrando de que forma está presente o tema do silenciamento e do estancamento da história.

3.1 CARACTERÍSTICAS DO PROJETO-PILOTO FAMÍLIA ACOLHEDORA

O projeto partiu do pressuposto do Estatuto da Criança e do Adolescente de que toda criança tem direito a uma família e que esta seja, de preferência, a sua. Buscou ser uma alternativa à cultura de abrigamento que tem dominado a política social de atenção especial à criança/adolescente, vítimas da pobreza, maus-tratos, negligência e exclusão social vigente no país. Pais que gostariam de ter seus filhos de volta, e não conseguem por conta das dificuldades que vivenciam, podem encontrar, nesse projeto, alternativas que possibilitem a convivência com os filhos.

A coordenação geral do projeto esteve a cargo da Prefeitura da Cidade de São Paulo através da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), que dividiu a responsabilidade com a Comissão de Implantação do Projeto formada por parceiros âncoras, parceiros institucionais e pelas Supervisões Regionais de Assistência Social de Pinheiros e de Santo Amaro, a saber:

Tivemos como **parceiros âncoras**: Instituto Via Pública; Agência Regional para adoções internacionais do Piemonte (ARAI), Itália; e Instituto Rukha. Nossos **parceiros institucionais** foram: Tribunal de Justiça; Corregedoria Geral da Justiça, Varas da Infância e da Juventude dos Fóruns Regionais de Pinheiros e de Santo Amaro, Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Abrigos das regiões de Santo Amaro e Pinheiros.

De acordo com o especificado e aprovado, o ITFSP foi a organização social responsável pela dimensão técnica da ação no que concerne:

- a. Ao processo de seleção das famílias candidatas a serem Famílias Acolhedoras (FAs) e sua consequente preparação, bem como seu acompanhamento durante todo o processo de acolhimento;
- b. Ao apoio terapêutico à Família de Origem (FO) da criança/adolescente e o acompanhamento no processo de reinserção de seu filho, sempre que este ocorrer;
- c. Ao apoio terapêutico à criança/adolescente no seu processo de desabrigamento, sua inclusão na FA e seu retorno na FO;
- d. À capacitação dos profissionais dos abrigos para o processo de desabrigamento

Durante todo o percurso do projeto piloto, coordenei os trabalhos, supervisionei os atendimentos terapêuticos da FO e participei das reuniões de coordenação com os parceiros âncoras.

3.2 ELEMENTOS ENTRE A CLÍNICA E O SOCIAL/POLÍTICO

Nosso esquecimento apaga, com a esponja da clareza, o entorno que deu nascimento à forma, como se a história não tivesse passado [...] guardar o recorte do caso e poder pensá-lo, junto com os retalhos deixados no chão, como tesoura/método que o configurou com mão hesitante e, é claro, pensante, que escolheu os pontos de corte, é um desenho mais vivo do que estão em questão em nosso trabalho.

Edson Luiz André de Souza

(A vida entre parênteses) O caso clínico como ficção, 2002

Embora o trabalho clínico aponte para dificuldades no campo da produção científica no que diz respeito ao entrelaçamento clínico/social, pensamos ser impossível e indispensável que não se separem esses dois contextos. Esse é um tema analisado por vários autores que se interessam pela produção teórica sobre a aplicação da psicanálise e do trabalho clínico a outras áreas de conhecimento (ROSA, 2004; MEZAN, 1994; SOUZA, 1991; PLON, 1999).

Como assinala Rosa (2004, p.330), a relação do sujeito com os fenômenos sócio-culturais e políticos aponta para a problemática que envolve uma prática clínica que aborda o sujeito enredado nos fenômenos sociais e políticos.

Edson Luiz André de Souza, em seu artigo *O caso clínico como ficção*, de 2002, refere-se ao caso clínico como sendo o resultado de um encontro que revela não só quem fala, mas também quem escuta. Nesse sentido, ele diferencia história do paciente do caso clínico.

Afirma que a construção do caso clínico resultaria do encontro entre o relato da história e a escuta “resistente” de quem escuta, “o caso, como nos mostra Pierre Fedida, atesta o exato lugar em que a fala do analisante faz resistência à história ficcional do analista” (p.14).

O caso traz a ideia de transmissão, de testemunho e memória. O autor, ainda citando Fedida, fala da potencialidade da construção de um caso como “uma teoria em germen”, e, referindo-se à reflexão benjaminiana “as verdadeiras lembranças devem proceder muito menos de forma informativa, do que indicar o lugar exato onde o investigador se apoderou delas” (p.14), ou seja, “incluir o percurso histórico do investigador. Então o caso não é uma apresentação biográfica, é uma ficção clínica, resultado de uma hipótese teórica.

Poderíamos supor, então, que o caso clínico se configuraria “a posteriori” do processo terapêutico. De fato, nossa reflexão sobre o tema nasceu após algumas reuniões de supervisão e das gravações em vídeos dos encontros com a família foco desta pesquisa durante a realização do projeto-piloto Família Acolhedora.

3.3 O FOCO NA FAMÍLIA

Buscamos, neste trabalho, dar relevância ao tratamento, na clínica, de temas do campo social como: conceito de família, desigualdade social, racismo, migração, memória, transmissão e silenciamento das histórias vividas.

O atendimento clínico da família escolhida se dá em um contexto de escuta cuja moldura é o trabalho institucional com a equipe da instituição encarregada o projeto-piloto FA, no qual a experiência clínica do supervisor e do grupo está baseada nos conceitos básicos da psicanálise e na abordagem relacional-sistêmica. Os encontros são supervisionados através do espelho unidirecional, no modelo de atendimento institucional proposto pela ótica sistêmica em terapia familiar (ANDOLFI, 2003).

Nesse modelo de atuação são construídos espaços conversacionais em que a linguagem compartilhada entre os profissionais e as pessoas envolvidas vai configurando narrativas cujos contextos reconstruam significados.

Segundo o pensamento sistêmico, tudo no universo está interligado através de um emaranhamento de ações, interações e retroações. Este é o princípio básico da epistemologia desenvolvida por Morin (1996). Para o autor, esse pensamento não abre todas as portas, está sempre situado em um contexto, um tempo e um momento, e não é completo, pois sabe que sempre há incertezas. O caminho possível é a construção dos vários pontos de vista, um requisito que diferencia o pensamento simples, que parte de certezas e verdades, e o conhecimento complexo, que aponta para o observador, um conceituador sobre si mesmo.

Os sistemas familiares, assim como os sistemas sociais, passam a ser compreendidos como sistemas intersubjetivos em permanente interação comunicativa e de construção de significados entre si e com seu entorno. O indivíduo é considerado em seu contexto intergeracional, onde todos os membros envolvidos no sistema são importantes.

A família e a cultura são essenciais para a compreensão do indivíduo em sua singularidade, e, nesse sentido, o pensamento sistêmico sugere que, diante da complexidade e da diversidade de aspectos que envolvem o fenômeno família, é fundamental sua contextualização social, histórica e cultural.

Se, anteriormente, o olhar da esfera pública se voltava para os indivíduos, em programas de assistência voltados para crianças, adolescentes, idosos, mulheres etc., como se eles existissem fora das relações familiares, hoje os olhares se voltam para o sistema familiar como núcleo social indispensável de proteção e desenvolvimento, independente do arranjo familiar ou da forma como a família está organizada.

Porém, as mudanças socioculturais e econômicas das últimas décadas e o acirramento das dificuldades decorrentes da pobreza refletiram-se profundamente na vulnerabilidade social e psíquica das famílias brasileiras. Na tentativa de atender direitos individuais, as ações sociais se fragmentaram, deixando ao relento o núcleo familiar e suas relações com a comunidade.

Cabe lembrar que, por trás de uma criança que vive em situação de risco, cenário cada vez mais comum no mapa social brasileiro, encontramos sempre uma família que deixou de ser assistida por um braço da política oficial.

Muitos mitos se construíram nos últimos vinte anos sobre as causas do aumento da violência urbana, do número de crianças e jovens que perambulam pelas ruas, de jovens infratores, do uso de drogas, da evasão escolar. E muito se fala sobre a “família

desestruturada” dos dias de hoje, apontada com culpada pelo inchaço das prisões infanto-juvenis e dos abrigos. Porém, sobre essas famílias se sabe pouco, e as ações sociais a elas dirigidas ainda se apoiam em modelos que não as incluem.

Se no imaginário social a referência de família se define como um grupo pessoas ligadas por laços de sangue e que habitam a mesma casa, aqui ela será considerada como um grupo de pessoas ligadas por vínculos que geram uma complexa trama de emoções, e que independem de uma relação cotidiana e do mesmo espaço físico-geográfico.

A princípio, a pesquisa foi pensada a partir da análise de duas famílias migrantes, ambas dentro do projeto-piloto FA. Durante o trabalho com as famílias, deparamo-nos com a recusa, por parte de um dos integrantes de uma das famílias, de permitir que se usassem os dados dos encontros para a pesquisa de mestrado.

Ao mesmo tempo, conforme os dados da segunda família iam se apresentando, demos conta de que a complexidade do caso e os dados que se revelavam já eram suficientes para a análise dos objetivos da pesquisa. Decidimos, assim, pelo estudo de caso de uma só família.

Durante os atendimentos que deram origem à nossa análise, foram respeitados os critérios determinados pelo projeto-piloto FA: a imposição da presença das normas regidas pela Vara da Infância, o atendimento às famílias no contexto institucional, pautado nas seguintes referências teóricas da instituição para o caso:

1. O modelo da instituição leva em consideração as subjetividades envolvidas, da família e da equipe.
2. A pesquisa procurou restringir-se às sessões de terapia e supervisão, às dinâmicas das relações entre as mães, Valdete e Iracema, e seus filhos, considerando as relações com as gerações precedentes.
3. Como pesquisadora, participei de uma visita domiciliar à casa de Iracema
4. Após o término do programa, a família continuou sendo acompanhada e atendida em terapia familiar pelo ITFSP
5. As gravações em vídeo das sessões foram decupadas pela instituição e de grande auxílio para a análise dos dados.

A inserção dessa família no projeto-piloto FA deu-se pelo fato de Luan encontrar-se em um Centro de Referência e já ter ultrapassado o tempo que uma criança da sua idade poderia estar nesse tipo de instituição: o encaminhamento regular seria ele já ter ido para um

abrigo. Ao mesmo tempo, o fato de a mãe e a avó o visitarem regularmente levou os profissionais envolvidos a pensarem na possibilidade de elas, algum dia, reivindicarem novamente a convivência com o menino. Se Luan pudesse ficar um tempo em uma FA, elas teriam algum tempo para se organizarem.

Porque avaliamos, após alguns encontros, que Iracema não deixava os filhos somente por questões de organização - como coordenar o tempo do trabalho e o tempo dos filhos, pensamos que os conflitos mãe/filha poderiam também estar atuando em seu comportamento. Soma-se a isto nossa observação de que o contexto de incompreensão entre as duas poderia ter alguma relação com o pouco conhecimento que Iracema tinha da história de sua mãe. Desta forma, decidimos propor à família sua inserção nesta pesquisa de mestrado. Após seu consentimento, foi assinado o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), conforme o Anexo I.

3.3.1 A busca da história perdida: repetições, recordações e elaborações

A família-sujeito desta pesquisa foi escolhida a partir de sua participação no Projeto Piloto Família Acolhedora. Esse projeto foi pensado por um braço das ações sociais que buscam um lugar mais qualificado para as famílias e seus filhos.

Os critérios para a escolha da família sujeito desta pesquisa foram:

1. Que esta fosse uma família migrante, já entrando na quarta geração
2. Que tivéssemos a oportunidade, a partir do projeto piloto FA, de acompanhar continuamente a família no ITFSP, em atendimentos regulares
3. Que houvesse consentimento, de todos os membros maiores de idade da família, de participar desta pesquisa.

A família migrante dos Santos Pereira veio do sul da Bahia em julho de 2007, para participar do projeto-piloto. Nesse ano, a família, tinha três componentes em São Paulo: Iracema, 28 anos, seu filho Luan, 4 anos na época e sua mãe, Valdete, 44 anos. Janaína, filha mais velha de Iracema, encontrava-se na Bahia, assim como uma irmã de Valdete e os irmãos de Iracema.

A família Santos Pereira foi escolhida para esta pesquisa por ser uma família migrada e pela situação de vulnerabilidade social em que vivia. Algumas características chamaram a atenção: são mulheres que migraram, vieram trabalhar como domésticas; deixaram filhos em

seus lugares de origem e também foram deixadas por suas mães. A primeira a migrar foi D. Bendita, mãe de Valdete, depois vieram Valdete e Iracema, sua filha.

O traçado histórico deste estudo vai caminhar pelos passos de Iracema Santos Pereira, que se constitui como família de origem do menino Luan, acolhido por uma família do projeto-piloto e que, na época, com 4 anos, havia passado dois vivendo em abrigo (em momentos diferentes).

Durante todo o tempo de atendimento e supervisão da família, vivemos um conflito derivado do próprio projeto-piloto: por duas vezes, a mãe, Iracema, deixou seu filho de quatro anos “guardado” com cuidadores em creche. Não o vem buscar ao fim do dia por duas vezes e o Conselho Tutelar, braço do Estado para a proteção e cuidados com as crianças, leva o menino para um Centro de Referência, que depois deveria encaminhá-la a um abrigo.

Passa-se quase um ano, o menino continua no Centro de Referência.

A escolha por colocá-lo no projeto-piloto deu-se pelo fato de ser ainda pequeno, vislumbrando-se a possibilidade de estancar sua condição de abrigado. As visitas regulares da mãe e da avó ao abrigo também tiveram um papel importante. Os profissionais do abrigo informaram que sua mãe e avó o visitavam com frequência desde seu abrigamento, que o vínculo familiar estava mantido, e que estas demonstravam a intenção de um dia conviver novamente com o menino.

A narrativa do caso está baseada em dados coletados das transcrições de sessões de terapia familiar, das entrevistas e visitas domiciliares realizadas pela equipe do ITFSP durante um ano e cinco meses. Os membros da equipe eram: Tai Castilho, Regina Prata, Simone Bambini, Zeila Menegon, Alexandra Colini, Mônica Genofre e Walkyria Dias).

Iracema nasceu em 1980, na pequena cidade de Riacho da Guia, sul da Bahia, e cresceu na pouco distante Alagoinha, cidade próxima de Ilhéus. Sua história aqui começa com o nascimento de sua mãe, Valdete, fruto de relação extra-conjugal de dona Bendita e seu Antonio, que era casado. Filha ilegítima, Valdete não foi reconhecida por seu pai. É a mais nova de dois irmãos, filhos de outras paternidades. O irmão mais velho faleceu aos 48 anos e uma irmã mora na Bahia. A outra mora com a mãe em São Paulo.

Quando tinha um ano, Valdete “foi deixada” por sua mãe com a avó materna. O avô já era falecido. Dona Bendita migrou sozinha para São Paulo e deixou os filhos na Bahia. Valdete conta que não sabe o porquê de a mãe ter dado os filhos, e que: “quando se deu por gente já morava com avó”.

Quando ela [Bendita] me abandonou eu tinha um ano, ela me deixou com minha madrinha, eu estava mal cuidada, minha avó me tomou. Minha mãe não tinha amor próprio, mãe que não gosta de filho não gosta de si mesma.

Em São Paulo, Dona Bendita teve outra filha, com quem mora até hoje. Aos 15 anos, Valdete se casou “obrigada” pela avó. O casamento durou um ano. Aos 16, separada, veio para São Paulo morar com a mãe, D. Bendita, e trabalhar de doméstica. Pouco tempo depois voltou para a Bahia.

Vim porque queria trabalhar, ela arrumou um serviço, mas o dinheiro era para ela. O trabalho não deu certo, então ela comprou a passagem e fui embora. Estava com saudades da minha avó [mãe de dona Bendita].

De volta à sua cidade, envolveu-se com o pai de Iracema, Israel, homem casado, com quem teve um curto relacionamento. Iracema nasceu e não foi reconhecida pelo pai. Seu sobrenome, Santos Pereira, vem da mãe, que manteve o sobrenome do primeiro casamento e o usa até hoje. “Fui criada por padrasto. [...] não sei bem, minha avó que falou assim por cima, minha mãe só teve um caso com meu pai, engravidou.”

Tudo isto se passou em Riacho da Guia. O pai de Iracema ainda mora lá e tem dois filhos homens. Quando estava na Bahia, Iracema o via esporadicamente, quando visitava os primos. Conta que, a contragosto, tinha que “pedir a benção” ao pai.

Valdete ficou com Iracema pequena na casa da avó e conheceu seu futuro marido, Luiz, quando a filha tinha um ano. Casou-se e teve outros três filhos, uma menina e dois meninos. Transferiu-se para Alagoinha, cidade bem próxima.

Iracema ficou um tempo com a bisavó, mas logo foi morar com a mãe e o padrasto. Segundo ela, “não gostava dele, nem ele dela” e não se dava bem com os irmãos. Relata que, quando seu irmão esteve em São Paulo mais recentemente, nem chegou a vê-lo. “Mas é uma coisa assim, não é uma família que um liga para o outro e fala: Como você está? Vem aqui na minha casa.”

De acordo com Valdete, Iracema foi uma filha que deu muito trabalho e a fez enfrentar muitos conflitos com o marido. Aos 15 anos, Iracema engravidara de Janaína, filha de seu relacionamento com um cobrador de ônibus. Quando a menina nasceu, os conflitos com o padrasto Luiz se acirraram e este se mudara com os filhos, deixando Valdete com a filha e a neta. Na tentativa de ainda ficar com o marido Valdete “mandou” Iracema para São Paulo, para a casa de dona Bendita, e ficou com a neta Janaína. Após um mês, Iracema voltara: segundo a mãe, “a avó não a aguentou”.

Valdete, separada de Luiz, decidiu migrar para São Paulo, segundo ela, para escapar do ex-companheiro e trabalhar “*onde morava tinha poucas chances*”, trazendo consigo Iracema. Ambas deixaram Janaína com a tia, em Alagoinha, mas assim que souberam que o pai de Janaína, José, estava pedindo a guarda da menina, Iracema e a mãe voltaram à Bahia e trouxeram Janaína para morar com elas em São Paulo. Moravam as três: Iracema fazendo alguns bicos e Valdete trabalhando de faxineira, mas não todos os dias, para ajudar a cuidar da neta. Mãe e filha brigavam muito. Segundo Iracema ela sentia que a mãe não a valorizava e reprovava seu comportamento. Para Valdete, ela não cuidava da filha, ia para “farras”.

Iracema engravidou pela segunda vez de um namorado, e, contra a vontade da mãe, teve o filho Daniel. O companheiro, que tinha outro relacionamento, não assumiu o menino. De acordo com ela, Valdete lhe dizia que devia dar o filho, que se aparecesse em casa com o bebê iria “jogá-lo no lixo.” Iracema saiu de casa, dizendo-se expulsa pela mãe, e foi para a casa de uma “colega”²¹, que a ajudou. Quando Daniel nasceu, a mãe de Iracema foi visitá-la no hospital e disse que poderia ir com o menino para sua casa.

Iracema conta que o pai de Daniel a ajudara por um tempo, até que a namorada ficara sabendo do caso deles e o impedira de vê-la e ao filho. Ficara três anos na casa da mãe, com Janaína e Daniel. As brigas entre mãe e filha continuaram, até que os desentendimentos as separaram novamente. Segundo Iracema, a mãe “*expulsou-a novamente*” de casa. Daniel tinha então 3 anos e Janaína 5.

Valdete conta que a filha fora trabalhar em uma boate, que tinha uma vida que ela não aprovava. De fato, Iracema foi morar em um quarto perto da boate em que trabalhava e “deixava” o filho com a faxineira enquanto “fazia programas”. Um dia, quando voltou, a faxineira tinha ido embora e levado Daniel consigo. Nunca mais foi vista. O menino tem hoje 9 anos. Iracema culpou a mãe e os irmãos, diz que eles nunca a apoiaram e se diz inconformada com a perda do filho.

Quando Janaína tinha 6 anos, José veio para São Paulo para trabalhar. Morava em Guarulhos e via a filha nos fins de semana. Certo dia, conta Iracema, ele conseguira que Valdete lhe desse algum documento da menina e levara-a “escondido” para a Bahia. Já fazia cinco anos que Iracema não via a filha.

Foi então que Iracema conheceu Adilson, pai de Luan, seu terceiro filho. De acordo com ela, ele tentou ajudá-la a achar Daniel, mas não conseguiu. Foram morar juntos, relata que viviam bem até que engravidou novamente e as coisas começaram a mudar.

²¹ Chama de “colegas” as amigas com quem mantém uma rede solidária.

Segundo Iracema, o companheiro não queria a criança, e, quando Iracema estava com sete meses de gravidez (em outros encontros diz que estava com 4/5 meses), ele deixou a casa onde moravam, não pagou o aluguel e ela foi despejada (em outro encontro diz que a casa fora invadida). Estavam juntos há três anos, diz que “*todo mundo ficou besta com o que aconteceu*”.

Eu não acreditava, perguntava o que ia ser da minha vida agora. Mãinha mesmo não acreditava. Luan nasceu na casa de mãinha, ela disse que eu tinha de dar o bebê, que eu tinha que resolver minha vida, porque eu não criei os outros filhos, que tinha que resolver minha vida, que era ‘de maior’ e tinha que me virar[...]sempre jogando na minha cara.

Adilson não reconheceu o filho Luan e Iracema perdeu o contato com o ex-companheiro. Quando Luan nasceu, Iracema voltara a morar com Valdete. As duas continuaram a não se entender, até que Iracema arrumou um emprego e foi morar sozinha com o filho. Mãe e filha ficaram dois anos sem se ver.

Iracema perdeu vários empregos, morou em vários lugares, com amigas, referidas como colegas, e namorados, em condições difíceis. Segundo ela, quando arrumou um emprego para dormir, desesperada, “deixou” Luan com uma senhora que cuidava de crianças. Esta o levou para o Conselho Tutelar.

Iracema dirigiu-se à assistente social e disse que “*estava desempregada, não sabia o que fazer, cada hora na casa de um, de lá pra cá...*” O menino fora levado para um Centro de Referência e ela ia visitá-lo. Retomou o filho, mas, novamente desempregada e já sem o namorado, “deixou” o filho em uma creche e não foi mais buscá-lo. Luan retornou a um Centro de Referência.

Luan foi abrigado pela primeira vez quando tinha dois anos, durante nove meses, e a segunda aos três anos. Atualmente tem cinco anos.

Pouco antes de Luan e sua família serem escolhidos para participar do projeto-piloto Família Acolhedora, Iracema e sua mãe voltaram a se falar. Janaína continuava na Bahia.

3.3.2 Entre a família acolhedora e a família de origem: relato do acolhimento de Luan²¹

Durante o projeto, Luan saiu do Centro de Referência e foi morar com a Família Menezes, dona Lea e seu Mario e dois filhos adolescentes: João e Lúcia.

²¹ Fonte: Relatório Final apresentado para as instituições parceiras.

Luan iniciou a convivência com a família acolhedora e Iracema e Valdete iniciaram o atendimento em terapia familiar. Elas tinham muitas dúvidas em relação ao projeto; sentiam-se inseguras quanto à garantia do retorno de Luan e resistentes quanto à aceitação de uma família acolhedora, principalmente o aceitar que Luan tivesse outra referência materna. Para Iracema, ele teria uma mãe mais bem aparelhada economicamente do que ela, e melhor cuidadora, pois, afinal, ela já havia deixado dois filhos no meio do caminho. E não dera conta de cuidar de Luan.

Dona Valdete concordava, tinha muitas dúvidas: talvez fosse melhor o abrigo, lá havia várias cuidadoras, mas nenhuma dela seria substituta da mãe. Agora corriam o risco de Luan não reconhecê-las mais como mãe e avó, de gostar mais da outra família.

No contexto do projeto-piloto Família Acolhedora, quando Iracema se dera conta de que o filho Luan iria sair do abrigo e morar com uma família, externalizara: *“Só não quero que aconteça o que aconteceu com minha filha... O pai levou ela... É, levou escondido.”*

O conflito de Iracema rondou a equipe por todo o tempo do projeto. Iracema, uma mãe “abandônica²²” comparada a D. Léa Menezes, a mãe de onde jorrava amor materno. E ficava a pergunta: O que seria melhor para Luan? Ficar com a mãe, que poderia abandoná-lo a qualquer momento, ou ter uma vida estável em uma família “estruturada” que tem pai, mãe e dois filhos?

O acompanhamento da família dos Santos Pereira deu-se no processo de acolhimento de Luan pela família Silva Menezes. Luan esteve presente na maioria dos encontros, em outros foram atendidas Valdete e Iracema.

A família dos Santos Pereira encontrou-se sempre com a mesma equipe, dois terapeutas e um ou dois supervisores. Os supervisores assistiram às sessões atrás do espelho unidirecional, entrando algumas vezes na sala de terapia para conversar diretamente com a família. A família acolhedora Menezes foi acompanhada pela mesma equipe, a maior parte das vezes em visitas domiciliares e com a presença de Luan.

Após aproximadamente um ano de trabalho, Janaína, a primeira filha de Iracema, voltou para São Paulo após cinco anos de ausência e foi morar com a avó, tendo então passado a frequentar os encontros. A guarda de Luan foi dada provisoriamente para a família Menezes, e Iracema, no início, encontrava-se com o menino no contexto do atendimento. Após dois meses, passou a ficar com ele a cada 15 dias durante os finais de semana.

²² Cf Diana Corso, País dos Expostos. In: SOUZA, E. Psicanálise e Colonização. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999

A aproximação da família de origem com a família acolhedora aconteceu rapidamente, pois entendíamos que, devido à idade de Luan, ele deveria sempre estar em contato com sua mãe. Os membros da família acolhedora, desde o início, colaboraram e favoreceram esta aproximação. Todas as decisões tomadas no processo de atendimento da família em relação a Luan foram cuidadosamente comunicadas às instâncias jurídicas envolvidas no programa, com o conhecimento de todos os envolvidos.

Ao longo do tempo, pudemos observar que Luan começou a manifestar verbalmente o desejo de estar na companhia de sua mãe. Depois de alguns meses de acolhimento, ao retornar de um final de semana com Iracema para a casa da família acolhedora, ele pediu que ligassem para sua mãe para que pudesse contar a ela que queria voltar para casa. Esse fato nos alertou para a importância de uma breve reintegração. A partir daí passamos a preparar a família visando à volta de Luan para casa, incentivando a mãe para que ela providenciasse a matrícula em escola de período integral para não causar prejuízo à manutenção do seu trabalho. A FA Menezes foi preparada para vivenciar o retorno da criança, mas demonstrou o desejo de manter o contato com ele após a sua ida para a FO.

Embora a família dos Santos Pereira tenha participado do programa por livre escolha, devemos levar em consideração a delicadeza do contexto: Iracema fora destituída da guarda de seu filho Luan por tê-lo deixado duas vezes com outros sem retornar para buscá-lo. Luan fora acolhido pelo Estado e abrigado em um Centro de Referência.

Iracema voltou a morar com Luan em novembro de 2008. Matriculou-o em uma escola particular perto de sua casa (teve dificuldades em encontrar vaga na creche), paga com ajuda do Serviço de Assistência Social de Santo Amaro. Alugou uma casinha e aproximou-se da mãe, do padrasto e da filha Janaína. Nos fins de semana Luan ficava com a mãe, às vezes com dona Léa Menenes que ia vê-lo com frequência, e um pouco com a avó e a irmã Janaína.

Essa situação se manteve até o meio do ano de 2009, quando, mais uma vez, desempregada, brigada com a mãe, e dizendo-se estar sendo despejada, Iracema deixou Luan com dona Lea.

Atualmente, dona Lea tem a guarda provisória de Luan, com o compromisso de Iracema pegá-lo nos fins de semana. Iracema manteve-se brigada com a mãe até há pouco tempo, e recusou-se a pedir sua ajuda para cuidar do filho.

Dona Valdete continuava a cuidar de Janaína, que estudava em uma escola perto de seu trabalho. Mas logo ficou desempregada e a escola da neta ficou muito longe de casa. A distância da escola, mais o receio que sempre expressou de deixar Janaína com o companheiro Valdeci, foram fatores decisivos para Valdete deixar “circular” Janaína com

Ana, sua filha que se casara e também migrara para São Paulo. Quando estavam na Bahia, Janaína e sua tia Ana eram muito apegadas.

Hoje, Iracema vê Janaína em fins de semana irregulares, geralmente quando o conflito com a mãe melhora. Fica com Luan em média duas vezes por mês, e Valdete, quando consegue, também vai buscá-lo. Após trabalhar alguns meses como babá de um menino de dois anos, dormindo no emprego, Iracema parece estar mais estável, em seus empregos atuais de camareira e garçonete.

Após um período de distanciamento afetivo da mãe, durante o qual morou com uma amiga no mesmo corredor de casinhas onde morava antes, Iracema mudou-se recentemente para o andar de cima da casa onde mora a mãe Valdete e seu companheiro Valdeci.

Iracema e Valdete participaram assiduamente das sessões de atendimento que aconteceram no ITFSP durante todo o processo de terapia, inclusive vindo aos sábados. Estiveram ausentes somente nas sessões que coincidiram com o período de mudança de emprego ou por questões relacionadas ao trabalho. A terapia familiar teve início no mês de setembro de 2007.

O percurso da terapia iniciou-se com o resgate da história da família. Através de relatos, Valdete contou a sua história. Iracema teve acesso a informações sobre sua avó, pai mãe, irmãos e sobre alguns momentos de sua infância e adolescência. Pudemos constatar e elaborar junto com a família, a repetição do modelo de abandono presente também nas gerações antecedentes.

Iracema e Valdete se aproximaram no momento em que puderam, juntas, compartilhar suas histórias. Porém, ao recordarem as experiências de abandono surgiram conflitos e hostilidades e, em consequência disto, um novo afastamento. Chegaram a ficar durante algum tempo sem manter contato. Decidimos então, que seria melhor combinar alguns encontros onde elas fossem atendidas individualmente.

Nos encontros com Iracema, quando surgiu o tema do abandono, ela relatou, expressando seu sofrimento e vergonha, ter sido “*garota de programa*” e o desaparecimento de seu filho Daniel. Falou muito sobre os conflitos com a mãe, culpando-a pelo acontecido, e, ao mesmo tempo, desvalorizando-se como mãe por não conseguir criar os filhos. Trouxe as dificuldades de criar filhos sozinha e trabalhar, demonstrando o quanto era difícil organizar-se com os horários nos empregos que arrumava. Expressou seu sentimento de desvalorização profissional bem como o quanto se sentia incompetente como mãe.

Quando Luan esteve presente nos encontros, Iracema mostrou-se distante do menino, como que envergonhada por não conseguir cuidar dele. Aos poucos, começou a manifestar

seu carinho pelo filho. Um dia, contou-lhe sua intenção de comprar um edredom que serviria para estarem juntos em casa assistindo televisão aos finais de semana.

Depois de um tempo, dissera que gostaria de organizar a casa para receber o filho de volta. Em uma visita domiciliar, constatamos seu empenho ao observarmos detalhes na casa, o que sugeria que ela se preparava para voltar a morar com o filho. Mas, apesar do empenho para se estruturar melhor, outros imprevistos aconteceram. Iracema mudou de trabalho mais duas vezes e sempre que isso ocorria, desorganizava-se.

Aos poucos fomos aprofundando o tema de seu relacionamento com a mãe, bem como as dificuldades que tinha com o padrasto Valdeci e com a irmã Ana, filha do casamento de Valdete com Luiz, que viera morar em São Paulo depois de se casar. Observamos que tanto ela quanto a Valdete percebiam que era preciso estreitar a convivência familiar para ajudar no processo de reintegração de Luan.

Nos últimos meses observamos o empenho de Valdete para colaborar sempre que possível nos cuidados com Luan e contribuir para manter a proximidade entre Iracema e sua irmã. Um exemplo disto foi à festa do aniversário de Luan, comemorado junto com toda a família.

Janaína passou a frequentar os encontros de terapia familiar com a mãe e com a avó, nos quais relatou que sempre fora abusada sexualmente por seu pai José, bem como a irmã, filha do outro casamento do pai. Valdete e Iracema se emocionaram com o relato da menina e decidiram, com ajuda da equipe de atendimento, denunciar o pai de Janaína, o que ocorreu na mesma semana.

Nos encontros subsequentes, todos pareciam mais aliviados depois da denúncia. Os trâmites da denúncia continuam correndo e a família foi informada de que a denúncia já chegara a Riacho da Guia, onde mora José.

CAPÍTULO 4 UMA FAMÍLIA QUE SE CONTA

4.1 QUESTÕES, REFLEXÕES E ANÁLISE

O caso nos levou a selecionar alguns temas para análise e reflexão: a mãe e suas mães, o lugar dos homens/pais, os sentidos da migração: deixar é abandonar? E, finalmente, a construção subjetiva do sujeito de desejante a retirante.

Tomaremos a contribuição de Freud, no artigo *Romances Familiares* (1909), como referência para interpretar alguns dados observados. Segundo Freud, todo progresso da sociedade repousa sobre a oposição de gerações sucessivas. No início, o desejo da criança é igualar-se aos pais. Com o crescimento e as frustrações por dividir seus pais com irmãos e verem suas expectativas não atendidas, as crianças passam a criticar seus pais, passando a compará-los com outros. Passam a alimentar um sentimento de terem sido adotadas, vendo os pais como padrasto e madrasta, entregando-se à tarefa de libertarem-se deles, pois desceram na sua estima e substituindo-os, na fantasia, por outros em geral com posição social mais elevada.

A história de Iracema, filha ilegítima de "primeiro leite" de sua mãe, parece perpassada por situações de um "romance familiar" construído ao longo de perdas e separações transmitidas através de gerações.

Ainda com Freud, com base em seu trabalho *Recordar, Repetir e Elaborar* (1914), discutiremos as repetições de eventos vividos pela família através de gerações, sublinhando a história de Iracema como emblemática de situações silenciadas (esquecidas?) e não elaboradas pela família. Segundo Freud, uma compulsão à repetição poderia ser tomada como uma forma de recordar, e, quanto maior for a resistência à lembrança, mais esta se repetirá. O sujeito repete ao invés de recordar, e repete sob condições de resistência.

No caso de Iracema, as sucessivas brigas e rompimentos com a mãe evocariam situações traumáticas transmitidas e não elaboradas, mas ao mesmo tempo manifestariam um desejo de autonomia, de não depender da mãe, como se esta pudesse interromper o tempo e capacitar-se para ser uma "mãe melhor."

Os contínuos conflitos, rompimentos e deslocamentos de Iracema mantêm em suspenso a elaboração de suas perdas e lutos. Tudo parece ficar para depois, tanto as dificuldades da relação mãe/filha como a ausência de uma figura paterna positiva: o desaparecimento do filho Daniel, a separação brusca da filha Janaína e a impossibilidade de conviver como filho Luan.

A invisibilidade da prática de circular crianças perpassa, em nossa análise, a manutenção do mito das mães que abandonam seus filhos.

4.1.1 As mães e suas mães

Valdete, filha ilegítima de Bendita, criada pela avó, D. Januária, viveu a falta da mãe como abandono. Tentou morar com a mãe e trabalhar como doméstica, mas não deu certo: *“ela me rejeitou, não gostava de mim, me chamou para pedir perdão. Eu disse que quem perdoa é Deus, pensei que ela não gostava de mim, não que me odiava. Mas disse que se ela queria o perdão, eu a perdoava”*.

Porém, Valdete nunca perdoou a mãe, e isso está presente na sua relação com a filha, Iracema, com quem tem muitos conflitos. A primeira vez que se referiu à mãe, ao seu sofrimento, foi logo no início dos atendimentos. Parecia justificar-se com a filha, referindo-se ao seu sofrimento com o abandono da mãe, insinuando que a filha teve melhor sorte.

Valdete nunca foi reconhecida pelo pai, mas o que se instala em sua história é o silêncio do abandono da mãe. Iracema, sua filha, também ilegítima, demonstra, através dos contínuos conflitos, uma grande dependência de sua mãe e, ao mesmo tempo, um grande desejo de autonomia. No entanto, todas as vezes que brigou com a mãe e tentou sozinha cuidar dos filhos, acabou por deixar os filhos com outros, não conseguindo incorporar-se como mãe.

Buscando fazer diferente de sua mãe, Bendita, Valdete viveu grudada na filha. Segundo ela, *“amarrava a filha no seu corpo com medo de deixá-la com alguém”*. No entanto, quando se casou pela segunda vez, deixou a filha com a bisavó, D. Januária. Embora tenha ficado pouco tempo com sua avó, ter se separado da mãe, aos três anos, foi traumático para Iracema e determinante nos conflitos com Valdete.

O mito da maternidade, hegemônico em nosso contexto cultural, não perdoa mulheres que deixam seus filhos. Uma prática regional, como a do interior da Bahia, segundo a qual em muitas famílias, nas camadas mais pobres da população, as mães deixam os filhos com suas mães ou avós, torna-se invisível frente ao preconceito que recai sobre essas mulheres que são estigmatizadas como abandonadoras, desconsiderando-se aí uma cultura.

As dinâmicas das relações da família de Valdete e Iracema constituem-se no contexto dessa prática que, pouco reconhecida, torna-se marginal na própria família: mãe e filha não podem se reconhecer fora desse contexto, mantendo e justificando na família a fala *“mãe que*

não gosta de filho não gosta de si". A não superação da falta e a impossibilidade de circular a história faz com que esta fala tome um sentido degradante.

Na verdade, Valdete tem o nome da mãe. A mãe deixou-a com a avó e a tia. Ela foi inscrita na ordem simbólica de uma família constituída por uma rede vincular consanguínea: a avó, os irmãos, e mesmo o pai, com quem teve contatos esporádicos. Inscrita numa cadeia simbólica de transmissão, embora isto não possa ser reconhecido. Sua história cala, e cala nos dois sentidos: porque não fala e porque marca: "*Nunca soube por que minha mãe veio para São Paulo, porque não ficou com os filhos*" Valdete tem dois irmãos de outras paternidades, com quem sempre manteve contato. Sentiu muito a morte de um irmão, falecido há dois anos.

Filhos não reconhecidos pelo pai é prática frequente em famílias pertencentes às camadas mais pobres da população. Mães que deixam filhos para as avós criarem também. Mas o mito familiar, o mito do amor materno, da família nuclear conjugal pai/mãe/filhos impera. É neste cenário que Valdete vive a marca da falta duplamente: por um lado, a mãe que a deixou, e, por outro, o silenciamento da história que a impossibilita de simbolizar a separação da mãe, mantendo um ressentimento sempre presente em seu discurso: "*pensei que ela não gostasse de mim, não que me odiava*", e a busca por um ideal de família.

D. Bendita ficou identificada pela filha como mãe abandonadora, que não gostava dela, o que, por sua vez, Valdete repete projetado na filha Iracema: *mãe que não gosta do filho não gosta de si mesma*.

A história da migração de Dona Bendita não circulou na vida de Valdete, que ficou marcada pela ausência de um corpo de afeto. Ela carregou consigo a falta do encontro de um olhar que lhe indicasse um caminho, o caminho da confirmação de alguém que a inscreveu como filha, embora a tivesse deixado. No lugar ficou o silêncio, a ausência de um discurso que a ajudasse a entender, a falta do discurso que marca a inscrição em uma cadeia de significantes, que permita a simbolização da falta.

4.1.2 O lugar dos homens/pais

Quando Iracema nasceu, Valdete tentou agir diferentemente de sua própria história, grudou na filha. Mas o curto espaço de tempo em que a deixou com D. Januária para ir viver com o companheiro Luiz bastou para ser colocada pela filha no mesmo lugar de D. Bendita: de uma mãe que abandona. Sua justificativa, para a filha, de que ela não cabia no relacionamento com o novo companheiro, reforçou o sentimento de abandono de Iracema.

Muitas mulheres com filhos vivem a incompatibilidade de viver um novo amor, com um novo companheiro, e trazer consigo filhos de outro(s) relacionamento(s). Neste caso, uma prática frequente é deixar (os) filho(s) para outros da família cuidar (em Chegamos a supor que esta também pudesse ser a história de D.Bendita quando migrou para São Paulo, que ela tivesse migrado com um novo companheiro, mas esta história não pôde ser contada.

O mito familiar impõe-se, neste caso: os filhos só têm um lugar legitimado perto da mãe quando o homem fica perto e legitima o lugar da mulher/mãe. A presença do pai/homem é que dá legitimação social. A dinâmica de rede, de conectividade, que se estabelece entre as mulheres é em torno da garantia dos cuidados com as crianças: não dá para ser mãe e mulher, e o homem não pode ser pai, só aparece como homem. A tradição e a moralidade rezam o mito da maternidade que conflita com a realização amorosa, a honra feminina, a legitimidade dos filhos - dada imaginariamente apenas pelo nome do pai, embora esta não seja a prática. A tradição e a moralidade rezam o mito da maternidade que conflita com a realização amorosa, a honra feminina, a legitimidade dos filhos - dada imaginariamente apenas pelo nome do pai, embora esta não seja a prática

Valdete casou-se adolescente obrigada pela avó, dentro dos preceitos da moralidade sobre a sexualidade feminina. Após um ano separou-se, mas manteve o nome de casada, Valdete Maria dos Santos Pereira, e foi para São Paulo trabalhar como doméstica e morar com a mãe, atrás de sua ficção: a história da mãe que a deixou, “em busca do amor materno perdido”.

Diana Corso, em *País dos Expostos* (1999), conclama-nos a refletir sobre o tema da origem e filiação. Assim como Gregori (2000), Rosa (1999) e Fonseca (1999), Corso aponta para a subjetividade das crianças consideradas “de rua”, que “possuem na rua um espaço externo que é interno a elas”. A rua é vivida como um espaço onde se vive um apelo para ser filho, seja de um juiz que as reprima, como um roubo de atenção que desejam e necessitam, seja na apropriação indevida de algum atributo imaginário, um tênis, um boné, que as subjetive. Um apelo para que uma paternidade seja fundada.

Tomando o nascimento como exposição²³ os expostos são aqueles cujo nascimento carrega em si um apelo que se tenta suprimir. É o apelo que a criança, frente a um adulto frágil, carrega em si, a condição impossível da paternidade que invoca a própria história, a condição de filho. As mães que tratam os filhos como dejetos por uma demanda impossível de maternidade são diferentes daquelas que tentam ficar com seus filhos. Mas a

²³ Sobre o conceito de exposição: diferentemente do que seria o de abandono, de filho deixado como resto, dejeito, exposição seria um tipo de apelo, uma busca de inserção, pertença, filiação (CORSO, 1999).

inconsistência da filiação é denunciada pelos filhos, quando expostos pelo abandono trazem nos olhos um apelo, um apelo que busca um lugar de inserção.

Muitas mães têm filhos buscando uma paternidade que não decola quando a criança nasce, no momento de sua exposição, de seu apelo por um espaço para viver, de inserção. Mas a cultura hegemônica sobre famílias se recusa a reconhecer estas crianças, que ficaram com suas mães, como pertencentes a um tipo de família que é parte de uma cultura.

E Valdete foi para São Paulo em busca de sua confirmação como filha. : ela, que buscava o lugar de filha de sua mãe, e D. Bendita que era a mãe que pedia perdão. O que nos faz pensar que mesmo quando ela enunciou, em um dos encontros: *“eu pensava que ela não gostava de mim, mas não que me odiava!”* ali havia a possibilidade de alguma subjetivação, o que, a nosso ver, abriu espaço para que migrasse para São Paulo tentasse outro lugar como mãe e mulher. Como disse Janaína, sua neta, *“só sei que minha avó veio pra cá atrás de minha bisavó”*.

A ida de Valdete para São Paulo só foi possível após ter-se separado, muito jovem, do primeiro marido. Foi conhecer a mãe depois de ter sido legalmente casada e legalmente separada, porém mantendo em seu nome o sobrenome do ex-marido, como uma marca de paternidade que se confunde com o homem: “Valdete Maria dos Santos Pereira” estava pronta para se fundar em uma filiação, um pertencimento pela via do nome do pai/homem.

Mas essa história calou-se dentro de Valdete, não circulou.

Ainda segundo Corso (1999), devemos reconhecer o mínimo indispensável para uma filiação e a dificuldade dessas crianças cuja subjetivação se dá na negativa de elementos de sua origem, as quais não são ajudadas “se fizermos coro a uma desvalorização dos pais e as condições que os fizeram bem ou mal existir”. Defende ainda que a criança tenha direito a uma história, “um reconhecimento da existência de seus pais”, buscando entender que, se alguém veio ao mundo, foi graças a alguém que desejou (p.282). Sugere que nos voltemos para nosso recalque de filiação, às nossas origens brasileiras, que faz com que o tema da parentalidade seja de difícil solução, em que a origem é motivo de vergonha (p.282/285).

Refere-se ainda à adoção de um bebê, caso em que se toma a criança de outrem, sem passado, e se depositam desejos futuros, como se fosse um nascimento, na busca de que haja um reconhecimento do filho nascido como próprio. Critica a circulação de crianças pelo mundo, a criança tomada apenas pelo valor da objetualização.

uma mulher espera que de um filho advenha o reconhecimento amoroso definitivo, o dom que um pai fica sempre devendo à filha e que faria finalmente valer o nome que ela porta, a prova de que ele a reconhece

como legítima num lugar definitivamente fálico. Por isso as mulheres levam em geral o nome do pai de seus filhos. O filho é a escritura desse lugar, portanto, precisa ser possuído, ostentado, contemplado. Nada estranho então que o amor materno esteja sempre a lembrar a condição de objeto que sempre temos, pois dali a ser tomados como objeto fetiche não há mais que um passo (1999, p. 287).

Rosa, na mesma linha de Corso, em seu artigo *O discurso e o ato na produção do laço social: reflexões sobre a delinquência* (1999a) destaca que o discurso sobre o menino de “rua” (aspas nossas) potencializa o discurso sobre a criança. Para ela, em oposição ao discurso²⁴ sobre os meninos de “família” (aspas nossas), é oferecido

o discurso da criança, de uma criança que não lhe diz respeito, que não é filho e que escapa à condição de desejante, que incluiria o Outro e o implicaria no efeito subjetivo. O que se traduz na prevalência de um discurso social carregado de expectativas culturais, que qualifica seus atos, presentes em muitos meninos de “família” como sinal de uma delinquência já prevista (1999, p. 2).

As famílias dos meninos de “rua”, ainda segundo Rosa (1999c), caracterizam-se por “rupturas com o lugar de origem, com as raízes culturais e com figuras expressivas, por carências e por ocuparem um lugar marginal na sociedade, trazendo violência e fragmentação das relações familiares” (p.2. Seus filhos estão desprotegidos do discurso familiar, submetidos a um discurso social onde se fala no enfraquecimento do pai, e no qual, levados pelo saudosismo da família burguesa, estamos todos sempre reeditando nossos devaneios infantis e recalçados, imersos no romance familiar que sempre nos salva, presente no campo do ideal e não do social, em uma família mais nobre do que a nossa, forçando o resgate de uma paternidade ao invés de repensar o lugar da paternidade e da família hoje (FREUD, 1969; ROSA, 1999; ROBERT, 2007).

À luz da família estudada, vamos reconsiderar a questão da ruptura mencionada acima por Rosa: verificamos em nossa análise e nas pesquisas de Gregori (2000), que há uma manutenção vincular preservada, mas desconsiderada do ponto de vista do discurso do Outro, do discurso social, e que, por isso não pode ser lidas como se não fosse uma ruptura. Na verdade, são meninos “sem história”, mas não sem família.

²⁴ “Discurso refere-se a como se tecem as relações sociais e o que produzem como efeito. Lacan (1969) chamou de discurso os laços sociais tecidos e estruturados pela linguagem. O discurso do Mestre é aquele no qual o poder faz laço social entre aquele que manda e aquele que trabalha. É o laço que permite governar. Lacan baseou-se na dialética do senhor e do escravo tal como apresentada por Hegel na elucidação d constituição da consciência de si. Nesta, há uma articulação entre o desejo de um com o desejo do outro, entre a vida e a morte, entre o objeto e o gozo. Neste discurso, o saber transformador representado pelo trabalho está do lado do escravo, embora ele não saiba disso, pois o mestre dita o que é a realidade afirmando-a como verdade” (Rosa, “Viver em tempos sombrios: do gozo à realidade compartilhada” III Congresso Internacional e XI Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental, 2008).

Voltando a Roudinesco (Cap. 1), ela nos lembra que a maternidade teve lugar de destaque com a história da burguesia. Com a nova configuração familiar e o enfraquecimento do poder patriarcal, pôde acontecer a emancipação feminina. Dá ênfase ao domínio que a mulher ocupa sobre a procriação e a uma nova configuração familiar ao se indagar sobre a função simbólica do pai e a ameaça à existência da família.

A mulher deve acima de tudo ser mãe, a fim de que o corpo social esteja em condições de resistir à tirania de um gozo feminino capaz, pensa-se, de eliminar a diferença entre os sexos. (ROUDINESCO, 2003, p.38).

A importância atribuída à criança delimita um lugar para a mulher, o filho definido como falo marca a diferença relativa à sexualidade, que fica sob controle porque cabe à mulher o campo da moralidade e ao homem o da palavra, que se refere à transmissão de uma linhagem genética e também à transmissão da história da família.

Articulando formas alternativas de construir uma nova ideologia da maternidade nos espaços vazios dos discursos hegemônicos, teóricas feministas e várias escritoras têm produzido discursos diferentes daqueles produzidos pela sociedade patriarcal: buscaram entender o sentido da maternidade, da gravidez, do parto, dos cuidados com a criança a partir da perspectiva/testemunho da mãe. Começamos a observar, então, uma modificação nos conceitos sobre a maternidade e sobre a família, uma das instituições mais diretamente ligadas ao papel da mulher/mãe. Essas dramáticas modificações vêm sendo provocadas pelas rápidas mudanças nas relações sociais, políticas e também discursivas, bem como pelas novas descobertas científicas que afetam a realidade da reprodução, gestação e nascimento (STEVENS, 2007:41).

Voltemos à família migrada foco desta análise: Valdete voltou à sua terra natal, para a casa da avó, na Bahia, com a idéia de que a mãe só a queria por perto para explorá-la – mas não seria este um jeito de a mãe tentar chegar perto da filha ou trazer a filha para perto? Chega ao seu destino carregando consigo não mais a idéia de abandono, mas sim a idéia de uma mãe que não gosta dela, que a odeia, o que nos faz pensar que se alguém não é amado por um outro, ou mesmo odiado, este outro existe, há um vínculo. Mesmo que o imaginário insista que não se sentir amado signifique não existir para o outro.

Um relacionamento com um homem casado deixa Valdete grávida, deixou Valdete grávida, e assim nasceu Iracema, filha ilegítima como ela. Com a diferença que esta filha teve em seu nome o sobrenome de um homem: o nome do ex-marido de Valdete, o nome da honra, o sobrenome Pereira.

Valdete é cria de sua geração, e isso está presente na sua relação com os homens. Segundo Giddens (1987), as transformações da intimidade a partir de mudanças da condição

e sexualidade feminina falam “uma linguagem de romance e compromisso que reconhece a natureza potencialmente finita de seus envolvimento sexuais anteriores, onde o compromisso está assinalado só pelo desejo de estar junto e não estar com um outro (p. 19).

Valdete não fala de homens que a abandonaram. Ao contrário, fala dos homens que ela não quis, como o primeiro marido e Luiz, padrasto e pai de seus filhos. Do pai de Iracema fala pouco, é um homem casado. E de Vanderlei, seu atual companheiro, traz poucas informações, parece que é um homem que simplesmente está ao seu lado, e estar ao lado de um homem lhe dá legitimidade.

Iracema, por sua vez, fala de homens com quem teve romances e que não a quiseram depois que com eles teve um filho. O pai de Janaína a deixou (foi quando veio com a mãe para São Paulo), o pai de Daniel não a quis, ficou com a outra namorada, e o pai de Luan não queria que ela tivesse o filho, ela o teve, ele a deixou. Iracema parece sempre querer reinventar sua história, seu romance familiar.

Quando falam dos homens, mãe e filha, é para desqualificá-los, não são confiáveis, nem como homens nem como pais. Em suas narrativas, não demonstram afetos positivos com os homens, como se os lugares do homem e do pai se fundissem em um só.

Luiz, ex-companheiro de Valdete, não a abandonou, e nem aos filhos. Mas esse tema está fora de seu discurso. O que se mantém são os mitos familiares: os homens não legitimam os filhos; e mães que não criam os filhos são mães que abandonam, não gostam dos filhos. Os mitos que são leais ao mito hegemônico: família que é família tem pai, mãe e filhos.

O mito se mantém no silêncio das avós, das tias, da família extensa em torno da ausência da mãe e de seus motivos: o mito do amor materno, a mãe que não cria, não ama. Este silêncio torna invisível a mulher que migra para sair de um lugar de ilegitimidade, em busca de outra moralidade que a inclua como desejante, outro lugar sócio-político onde possa fazer história. Migra, torna-se retirante, mas não só retirante porque vai embora de sua terra, retirante porque também esta seria uma maneira de se retirar de um lugar de não desejante para a apropriação de um lugar de desejante

No entanto, na família que acompanhamos verificamos que não se fala abertamente das histórias de mulheres que circularam seus filhos e migraram. O silêncio das avós, das tias, da família extensa em torno da ausência da mãe e de seus motivos favorece a manutenção do mito do amor materno, a mãe que não cria, não ama. Fala-se também pouco da mulher abandonada pelo homem, do pai que abandona. Esse silêncio torna invisível a mulher que quer sair desse lugar subjetivo, sócio-político e econômico de retirante.

Nesse sentido, pudemos verificar em nossa análise que Valdete e Iracema ficam aprisionadas na relação mãe/filha, projetadas e identificadas no lugar de abandonadoras: uma que não abandona, gruda na filha, outra que gruda na mãe para não abandonar, e quando tenta desgrudar e cuidar do(s) filho(s) depara-se com a impossibilidade, e volta para mãe.

Mas Iracema faz sua história de retirante a desejante: seus deslocamentos constantes, da casa da mãe para a casa de colegas ou de namorados, com filhos a tiracolo, inserem-na em uma rede de ajuda. Uma rede que a ajuda a encontrar casa, trabalho, que não a abandona. E essa rede inclui D. Léa, que fica com Luan, com a guarda provisória.

Acaba conseguindo um emprego como camareira de um hotel de luxo e como garçone de um clube de classe média alta, lugares nunca imaginados, mas presentes em seu imaginário. Mas ainda não conseguiu se organizar para morar com o filho.

O silêncio em torno da vida e da dor das mulheres deixadas, e que deixam seus filhos em circulação, não favorece a elaboração dos lutos e aparece como sintomas físicos, uma certa melancolia, que acaba desencadeando sintomas sociais. O traço melancólico de Iracema, que às vezes se confunde com uma depressão, chegando a momentos de uma certa apatia, denotam que, ainda muito jovem, a vida lhe deixou marcas profundas: lutos não elaborados, como o desaparecimento do filho Daniel, a separação brusca de Janaína, a impossibilidade de viver com Luan.

Ao mesmo tempo, quando soube que o pai de sua filha a submetia a violência física e sexual, ela e Valdete fizeram a denúncia. E outros abusos puderam ser revelados. Se os discursos não traduzem a prática, e essas se mantêm invisíveis, a ficção romanceada da família se mantém.

4.1.3 A questão de gênero e redes nos processos migratórios

No caso do presente estudo, a migração é uma iniciativa das mulheres. Elas deixam suas origens em busca de sua história passada ou futura.

Em seu artigo extraído da tese de doutorado, intitulado *De Criciúma para o mundo: os novos fluxos da população brasileira: gênero e rearranjos familiares* Assis, também de 2003, Gláucia Assis analisa as trajetórias de emigrantes procurando revelar os (re)arranjos familiares e de gênero que ocorrem no processo migratório.

Partindo de sua pesquisa no museu Ellis Island, em Nova York, verifica que, embora as mulheres estivessem presentes no processo migratório para os Estados Unidos,

suas inserções nesse processo eram analisadas como a de acompanhantes ou como aquelas que esperavam por seus maridos ou filhos:

estas análises, muitas vezes, não só encobriam a participação das mulheres como também não percebiam que a migração de longa distância ocorre articulada à uma complexa rede de relações sociais em que as mulheres têm uma importante participação.”(ASSIS, 2004:201).

Ao que parece, apesar de os homens serem em geral maioria nos fluxos migratórios internacionais, mesmo quando as mulheres eram a maioria, elas não suscitaram interesse de análise. Poucos autores se deram conta de que, nos fluxos migratórios desde 1930, as mulheres predominaram. Negligenciaram, também, o fato de que a migração legal para os Estados Unidos foi dominada por mulheres na segunda metade do século passado, e que estas migrações ocorreram em grupos familiares.

Fatores de ordem econômica podem explicar essa última predominância, essa “feminização” dos deslocamentos, a mobilidade social ligada a novas formas de produzir. Mas outras explicações de ordem não-econômica parecem ter impacto na escolha de migrar: sociedades discriminatórias que impõem limites à mobilidade das mulheres, marginalizações na sociedade de origem por serem viúvas ou separadas, rejeições por não agirem conforme os padrões estabelecidos, separadas, ao ver de Anzedian e Striff, 1981, e também de Morokvasic²⁵, 1984, mencionados por Assis (2004). Somem-se a esses fatores a transgressão de limites sexuais impostos, problemas conjugais e violência física, impossibilidade de divórcio, casamentos infelizes e desfeitos, discriminações específicas contra mulheres e ausência de oportunidades.

As mulheres não migram apenas por fatores econômicos, mas também para romper com sociedades discriminatórias, com posições de subordinação; nos fluxos migratórios contemporâneos tendem a migrar sozinhas, pioneiras em suas famílias, mudando a imagem de que esperavam ou seguiam seus homens (MOROKVASIC 1984 apud ASSIS 2004).

Estudos sob uma perspectiva de gênero retratam as mulheres como articuladoras de redes sociais. Um estudo analisando mulheres japonesas, (YANAGIKAKO, 1977 apud ASSIS 2004, p.205) demonstra como as mulheres japonesas migrantes da primeira e segunda geração, centradas em suas redes de parentesco, mudaram as formas culturais e símbolos dos contextos de migração. Assis (2007, p.752) apoia-se em Boyd, (1989²⁶) para explicar que “as

²⁵ MOROKIVASIC, Mirjana. "Birds of Passage are also women." *Internacional Migration Review*, v. XVIII, n. 4, Winter 1984, p. 886-907.

²⁶ Boyd, Monica (1989) « Family and Personal Networks in International Migration : recent developments and new agendas », *International Migration Review*, 23 (3), pp. 638- 670.

teorias das redes sociais constituem uma das abordagens alternativas aos extremos da teoria neoclássica e do determinismo cultural. Apoiando-se em Massey et al ¹⁶(1987, p.139-40), afirma que as mudanças microestruturais geram pressões migratórias, e as famílias e as redes sociais respondem a estas pressões e determinam quais membros de sua comunidade migram. A migração então é articulada pelas redes sociais e se dá por estratégia de grupos familiares, de vizinhança, de amizade. As redes sociais migratórias constituem laços sociais que ligam comunidades remetentes aos pontos de destino e vice-versa. E elas ligam migrantes e não migrantes,

em uma rede complexa de papéis sociais complementares e relações interpessoais que são mantidas por um conjunto informal de expectativas mútuas e comportamentos prescritos. As relações em rede mais importantes são as baseadas no parentesco, na amizade, na origem comum.” (MASSEY, 1987,apud ASSIS 2007, p.749.)

E como seriam estas redes tecidas nas relações familiares?

A unidade doméstica é um importante componente da rede social, sendo que domicílios e famílias são representações comuns desta unidade. Além de atuarem como unidades de sustentação, as unidades domésticas são agências socializadoras. Como tais, as famílias definem quem vai migrar e os padrões da migração, além de transmitirem normas acerca dos significados da migração e da manutenção das obrigações familiares por meio do tempo e do espaço. (BOUD, 1989 apud ASSIS, 2004:207)

Neste sentido, os migrantes das várias nacionalidades nos Estados Unidos, entre eles brasileiros e mexicanos, farão uso das redes de acordo com as normas de parentesco e de gênero que cada grupo estabelece, articuladas entre gênero e geração; os homens apoiando-se mais na rede de amigos, e as mulheres contando mais com os parentes, como o caso das mulheres, foco da pesquisa, que contaram com suas mães, seja concreta ou simbolicamente.

4.1.4 A construção subjetiva do sujeito: de desejante - a retirante - a desejante

As migrações internas levam muitas famílias a aportarem nas grandes metrópoles, passando a viver os efeitos acumulados de uma urbanização desordenada (Zaluar, A, 1994:207).

¹⁶ Massey, Douglas et al. (1987) « The social organization of migration ». In : Id. *Return to Aztlan : the social process of international migration from Western Mexico*. Berkeley : University of California Press, pp. 139-171.

A condição de “retirantes” dos recém-chegados se depara com um espaço urbano político-institucional que não os reconhece, tornando-os invisíveis. O lugar de sujeitos desejantes que os mobilizou se fragiliza, e se fortalece a posição de sujeitos retirantes que os mantêm na situação de anonimato e desqualificação social que já traziam em suas bagagens.

O silenciamento da história e o não-reconhecimento e invisibilidade de práticas como parte de um contexto e de uma cultura mantêm mitos sobre o lugar da mulher e do homem na família e na cultura, tornando invisível a mulher que migra para se retirar de um lugar de ilegitimidade, em busca de outra moralidade que a inclua como desejante, outro lugar sócio-político onde possa fazer história.

No entanto, o cenário que se impõe mantém os mitos fundadores da instituição família: a naturalização das questões de gênero, ser mulher, homem, mãe e pai, cristalizando a mulher como “nascida para ser mãe” e o homem como “nascido para prover”, independentemente das histórias de vida e o contexto social de suas trajetórias. Inculcados no imaginário social, tais mitos se presentificam nos olhares censuradores e nas atitudes dos trabalhadores que recebem as famílias nas instituições públicas.

Sob essa ótica, os que não cabem nesta moldura são cartas fora do baralho, incompetentes, frequentemente nem perguntados em seus sofrimentos, como se o lugar da exclusão social fosse um gozo do sujeito e não de quem, contaminado pelo sistema e alienado de si, não desenvolve uma alteridade que suporte confrontar-se com o sofrimento do outro diferente e com seus próprios mitos. (Fonseca, 2004:107).

A tônica parece sublinhar as famílias como incompetentes, suas disfunções. Os problemas muitas vezes lhes são postos sem consideração pelas condições de vida lhes são impostas e como, ao longo da vida, têm sobrevivido em condições tão adversas.

Ausloos (1996) ressalta a ideia de competência das famílias, relatando sua experiência com famílias cujos “dossiês” (aspas nossas) já apontavam o que os sujeitos não eram capazes de fazer, suas disfunções, afirmando que “falar da família competente é, pois, uma maneira de dar à família sua competência, antes de ter em conta suas faltas” (p.29).

Iracema também faz sua história de retirante a desejante: seus deslocamentos constantes, da casa da mãe para a casa de colegas ou de namorados, com filhos a tiracolo, acabam por inseri-la em uma rede de ajuda. Essa rede, da qual faz parte D. Léa, com quem mora Luan, também a ajuda a conseguir trabalho. Busca sair do lugar de empregada doméstica e acaba conseguindo um emprego como camareira de um hotel de luxo e como garçoneiro de um clube de classe média alta, lugares nunca imaginados, mas presentes em seu imaginário

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No filme *O céu de Suely*, de 2006, o cineasta cearense Karin Ainöuz nos conta história de Hermila. Transcrevo aqui o resumo do filme tal como escrito na contra-capas do DVD:

Dois anos atrás, Hermila partiu para São Paulo. A experiência foi boa, mas a cidade era cara demais. Agora ela está de volta a Igatu, no sertão cearense, com o filho e à espera do marido. A casa da avó, Zezita, e da tia, Maria, é acolhedora e confortável. Mas não demora muito e Hermila se dá conta de que precisa ir embora dali outra vez. Inspirada nas conversas com a amiga Georgina, adota o nome de Suely e resolve rifar o próprio corpo com o objetivo de levantar dinheiro e ir embora o mais rápido possível. Enfrentando perdas doloridas, ela vê a possibilidade de um novo começo.

Tomamos o filme como uma narrativa exemplar da cultura familiar do estudo de caso que realizamos. Na nossa interpretação, nele estão presentes os tópicos destacados na pesquisa: os sentidos da migração, o lugar dos homens na família em questão, a circulação de crianças como prática e a construção do sujeito de desejante-a retirante-a desejante.

Para tal, escolhemos alguns momentos do filme que nos ajudam a construir nossa narrativa e análise:

1. Ao chegar a Igatu Hermila apresenta, orgulhosa, o filho à sua Tia Maria: “*Matheus Tavares Ferreira Junior, tem olhinho do pai!*”
2. Zezita, a avó, mostra perplexidade ao perceber que Hermila não amamenta o filho de quase um ano.
3. A tia comenta com Hermila sua “ingratidão” com a avó (que a criou) por ter ido embora (Hermila foi fugida para São Paulo, com o namorado Matheus)
4. A avó Zezita repreende o comportamento de Hermila e exige que ela peça desculpas: “*Eu sou ou não sou tua avó?*”.
5. Enquanto trabalha no posto de gasolina (um trabalho para homens), Hermila diz para uma moça atrás do balcão da lanchonete: “*guarda um pouco meu filho para mim*”.

6. Diz à avó, que está pesarosa por saber que a neta vai novamente partir: “Vó, eu preciso ir.”.
7. A avó lhe pede: “*Deixa Matheuzinho comigo*”. Era como se as duas já soubessem que terminaria assim.
8. Hermila parte. Na estrada, olha para trás, na placa marcando a saída da cidade lê: “*Aqui começam a saudades de Igatu.*”.

Uma história como tantas, que se repetem e que deixam perguntas: Qual o destino de Matheuzinho? Hermila, ao voltar sem o filho, vai encontrar outro amor e fazer outro filho? Vai viver este novo amor com um novo filho? Seu novo amor deixá-la também irá e ela voltará para Igatu? Quanto tempo se passará até ela rever Matheuzinho?

Uma história como tantas, mas gostaríamos de destacar alguns aspectos do filme que demonstram o que buscamos ressaltar neste trabalho: um padrão de família brasileira localizado na região nordeste do Brasil, cujo funcionamento se dá dentro de uma cultura familiar em que a força da rede de parentesco se impõe sobre o padrão do que se chama habitualmente de família estruturada, ou seja, a família nuclear conjugal com pai, mãe e filhos.

As práticas de mulheres que migram e deixam seus filhos circulando na família de origem também se evidenciam no filme e na família estudada, o que nos questiona sobre as ideias de abandono que pairam sobre muitos filhos cujas mães não conseguem ou não podem cuidar de seus filhos, delegando cuidados a outras mulheres da família extensa: em geral, mães e avós, mas muitas vezes a tias e madrinhas. Essa prática essa que fica invisível no discurso dominante sobre família.

O filme nos conta também sobre uma mulher que migra, como as mulheres de nossa pesquisa, em busca de um amor, ou simplesmente para sair de um lugar imaginário de ser a mulher que a cultura social de seu lugar de origem lhe impõe. Ela se retira do lugar feminino imposto pela moralidade local, de submissão ao homem e ao patriarcado, para outro, onde caiba um desejo que inclui sua sexualidade e, quem sabe, outra cultura sobre a maternidade que não a faça renunciar de ser mulher, tentando dar visibilidade a um sofrimento que talvez um dia fosse escutado.

Finalmente, a narrativa cênica do filme nos mostra como se articulam nos diálogos a linguagem dos silêncios e das palavras, deixando os vazios da história de Suely para serem narrados pela subjetividade de cada espectador: Suely foi criada pela avó? Sua mãe a abandonou? E seu pai? A hegemonia e a naturalização de um padrão de família nuclear

composto por um casal heterossexual e filhos tornam invisíveis outras formas de funcionamento e outras redes de afeto, como ilustrados no filme nos gestos, na comida e na preocupação da avó, no apoio da tia e nos carinhos com a criança.

Além disso, o filme evidencia situações onde ainda estão presentes as questões de gênero como reza a tradição, que, ao mesmo tempo em que permanecem, instigam as mulheres a buscar em outros lugares novos espaços para a subjetivação feminina que não seja e repetição do romance entre a autoridade patriarcal e o amor maternal.

Iniciamos nossa pesquisa de mestrado buscando compreender a influência dos deslocamentos oriundos de trajetórias migratórias na fragmentação da memória e dos afetos na família em vulnerabilidade social, bem como o entrelaçamento entre a transmissão psíquica e a repetição de padrões intergeracionais, com o silenciamento das histórias onde estão presentes sentimentos de abandonos derivados das situações traumáticas vividas. Nosso interesse era verificar se, a partir das histórias que circularam nos atendimentos à família, haveria modificações nesses sentimentos.

A pesquisa nos direcionou para análise dos padrões de funcionamento da família brasileira, levando em consideração a diversidade de arranjos das dinâmicas familiares que surge nos diferentes contextos sócio-históricos e econômicos, bem como de práticas, como a de circulação de crianças, invisíveis ao padrão hegemônico e mítico sobre família.

No entanto, a partir dessa análise e dos dados da família estudada, diferentemente do que pensávamos inicialmente, verificamos que tanto a memória familiar quanto os afetos não se fragmentaram a partir das trajetórias migratórias, o que foi também demonstrado em outros estudos citados: **nos processos migratórios, os vínculos familiares se mantêm presentes através dos afetos que se fortalecem em redes de parentesco consolidadas em torno da ajudam mútua, neles ressaltando-se o cuidado com as crianças.**

A partir de nossos dados, ousamos afirmar que a predominância do valor da família burguesa que traduz como abandono o movimento cultural, sintomático e/ou desejante de circulação de crianças, ao lado do silenciamento da trajetória singular de cada migração, mantém intactos sentimentos traduzidos como abandono que derivam de vivências traumáticas, transmitidas e repetidas intergeracionalmente em seu “estado bruto”, o que acaba por desqualificar o pertencimento a uma família,

Como aponta Rosa, (2006, p.122)

o nome de família não é redutível ao sobrenome do pai que reconheceu a criança, é inscrição que institui a criança [...] como *filho de* (grifo nosso), o que possibilita a inserção na genealogia e o primado do simbólico, que lega à criança [...] um lugar de linhagem, simbolizando um limite, referência e espaço nos quais pode se constituir e diferenciar-se, pode contar-se um entre outros.

Baseando-nos na família que estudamos, a história de Iracema e dos filhos nos mostrou que o silenciamento e o estancamento da história podem produzir situações com as quais nos deparamos com frequência,

- muitas mães que deixam os filhos como repetição de uma história que não foi circulada

- conflitos e ressentimentos entre as gerações que dificultam os cuidados com as crianças

- uma degradação do lugar da maternidade sem levar em conta a paternidade

Esse cruzamento pode produzir efeitos de fragmentações tais como o desaparecimento de Daniel, não enlutado por Iracema e sua família, e o abrigo de Luan.

Tais efeitos poderiam ser mitigados com a introdução de uma escuta para a singularidade da história de cada família .

Gostaríamos de reiterar a importância de que se leve em consideração, na formulação das políticas públicas centradas na família, a diversidade dos arranjos e das dinâmicas familiares, em particular as derivadas de migrações nas gerações precedentes, tão presentes nas famílias que habitam as franjas das metrópoles e vivem em vulnerabilidade social.

Ressaltamos que o atendimento institucional permitiu à família estudada veicular vivências traumáticas até então silenciadas, através das narrativas constituídas durante os encontros. O que nos revelou que a partir da circulação das histórias, cada membro da família pôde encontrar lugares mais qualificados, reforçando-se a cadeia vincular de parentesco e afetos.

Ousamos afirmar que:

***Quanto menos a história circula, tanto mais as crianças circulam.
Quanto mais a história circula, mais visíveis se tornam as práticas
que se constituem nos diferentes contextos culturais, como a de
circular crianças e, portanto, tanto menos crianças serão circuladas.***

Daí o destaque que queremos dar para a necessidade de que, estejam presentes na formação dos profissionais que atendem e escutam família em seus contextos de trabalho, **concepções que considerem a singularidade de cada família, não as classificando pelo que falta, naturalizando-as no modelo dominante, mas buscando qualificá-las pelos arranjos que cada história e cada contexto constituiu.**

Para finalizar, assinalamos que nos surpreendemos com a presença de três gerações de mulheres migrantes no processo migratório que estudamos. Esse dado nos revelou a relevância das questões de gênero nos estudos sobre famílias migrantes, bem como das redes que se

constituem no ir e vir de mulheres, conectadas desde seus lugares de partida até os de chegada e vice-versa, mantendo vivas não só a rede de parentesco como também uma rede de amizades, possibilitando talvez abrir o tema família para outras concepções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Ana R. & VITALE, Maria Amalia F. (org.) *Famílias: Redes, Laços e Políticas Públicas*. São Paulo: IEE/PUCSP, 2003.

ANDOLFI, Maurizio. *Por trás da máscara familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1984

_____ La terapia di coppia in una prospettiva trigerazionale, Roma: Collana di Psicologia Relazionale, Accademia di Psicoterapia della Famiglia, 2006

_____ *Manuale de Psicologia relazionale “La dimensione Familiare”*, Accademia de Psicoterapia della Famiglia, 2003.

ARIÉS, Phillipe. *História Social da Criança e da Família*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

ASSIS, G. de O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 15(3): 745-772, setembro-dezembro, 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/1757/1482>. Acessado em: 20 de fevereiro de 2010.

ASSIS, Gláucia de O. “De Criciúma para o mundo: os novos fluxos da população brasileira: gênero e arranjos familiares”. In: MARTHERS, A.C.B.; FLEISCHER, S. (Orgs.) *Fronteiras Cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

AULAGNIER, Piera. *A violência da interpretação*. Rio de Janeiro: Imago, 1979

AUSLOOS, Guy. *A competência das famílias: tempo, caos e processo*. Coimbra: G.C. Gráfica de Coimbra Ltda, 1996.

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Porto Alegre: L&PM, 1984

BARROS, Manoel de. *Memórias inventadas: a infância*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010

BENGHOZI, Pierre. Taumatismos precoces da criança e transmissão genealógica em situações de crises e catástrofes humanitárias. In: CORREA, O.(Org.) *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. São Paulo, Escuta, 2001.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas – Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BERTA, S.L.; ROSA, M.D. Las locas da Plaza de Mayo: o luto político. In: LEITE, N.V.de A. *Corpolinguagem*,. 2006.

BEZERRA JR, Benilton. Prefácio. In: VIEIRA, Maria Cláudia T.; VICENTIN Maria Cristina; ASSUMPÇÃO, Maria Inês (orgs.). *Tecendo a rede: trajetórias da saúde mental em São Paulo, 1989-1996*. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 1979.

BOSZORMENYI-NAGY, Ivan; SPARK, Geraldine M. *Lealtà Invisibili*. Roma: Casa Editrice Astrolábio, 1988.

BOWEN, Murray. *Dalla famiglia all'individuo – la differenziazione del sé nel sistema familiare*. Roma: Casa Editrice Astrolábio, 1979.

BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos chave*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

_____. *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo; Editora Contexto, 2006.

CANEVACCI, Massimo. *Dialética da Família*. 5.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CARTER, Betty; MCGOLDRICK, Monica & Colaboradores. *As Mudanças no Ciclo da Vida Familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CASTILHO, Tai et. al. O incrível caso do desaparecimento das informações sobre os homens e as relações. In: GREGORI, Maria Filomena (Org.) *Desenhos Familiares*, v.1. São Paulo, Fundação Bank Boston/UNESCO. 2000.

CASTILHO, T, PRATA, M.R.,SOUZA, P.F., ACQUESTA, W. El trabajo com familias em um contexto de vulnerabilidad social. In: ANDOLFI, M., BARCA, C.L. *The Oaxaca Book*. Roma: Accademia di Psicoterapia de la famigia, 2008.

CARIGNATO, Taeco Toma. *Os sintomas da Imigração: a história e a cultura na clínica do imigrantes*. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós Graduação em Psicologia Social da PUC/SP, 2004.

CERVENY, Ceneide M.; BERTHOUD, Cristiana M. e colaboradores. *Família e Ciclo Vital: nossa realidade em pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

_____. *Visitando a Família ao Longo do Ciclo Vital*. 2.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

CHAGAS, Reimy Solange. *A união faz a força: expressões do mito familiar em famílias negras das camadas médias*. São Paulo, Século XXI. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia (Psicologia Social)) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CORRÊA, Mariza. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. In: _____.(Org). *Colcha de Retalhos: Ensaios*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

CORREA, Olga B. R. Ecloração dos vínculos genealógicos e transmissão psíquica. In: _____. (Org). *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. São Paulo: Escuta, 2001.

_____. *O legado familiar – a tecelagem grupal da transmissão psíquica*. São Paulo, Editora Contra CAPA, 2000.

CORSO, Diana M. L. País dos Expostos. In: SOUZA, Edson L. A. de (org.) *Psicanálise e Colonização*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

COSTA, Jurandir F. *Ordem médica e norma familiar*. 2.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

DIAS, Walkyria A. *Construções Possíveis: o convívio em um projeto público de Acolhimento Familiar*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), PUC/SP, 2009.

D'INCAO, Maria Ângela. *Amor e família no Brasil*. São Paulo, Editora Contexto, 1989.

DOLTO, Françoise. *No jogo do desejo*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1980.

DONZELOT, Jacques. *A polícia da família*. Rio, Graal, 1986.

DURHAM, E. *A caminho da cidade*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1984.

DUVALL, E. *Family Development*. Filadélfia: Lippincott, 1957.

ELKAÏM, Moni. *Panorama das terapias familiares*. São Paulo: Summus Editorial, 1998.

ENGELS, Friedrich. A família monogâmica. In: CANEVACCI, Massimo. *Dialética da Família: Gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 5. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

ESTEINOU, Rosario. Família e diferenciación simbólica. *Revista Nueva Antropología*, junio, año/vol. XVI, n. 055, México.

ERIKSON, Erik. *Insight and Responsibility*. New York, 1964, pp.132-3.

FRAMO, James L. *Família de origem y psicoterapia – um enfoque intergeracional*. Buenos Aires: Paidós, 1996.

FONSECA, Cláudia. O abandono da razão: a descolonização dos discursos sobre a infância e a família. In: SOUZA Edson Luiz André. *Psicanálise e Colonização*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

_____. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, M. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1997.

_____. Quando cada caso NÃO é um caso. Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 1998. *Revista Brasileira de Educação*, n.10, 1999.

_____. *Família, Fofoca e Honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2000.

_____. *Caminhos da Adoção*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

_____. *De família, reprodução e parentesco: algumas considerações*. In: Cadernos Pagu (29), p. :9-35, junho-dezembro de 2007.

FREUD, Sigmund. Romances familiares. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969, v. IX.

_____ [1914]. Recordar, repetir, elaborar. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996, v. XII.

_____ O estranho. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996, v. XVII.

_____ Lembranças Encobridoras. In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969, v. III.

FUCKS, Beth. *Freud e a Judeidade: a vocação do exílio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. In: BRESCIANI, S. & NAXARA, M. (Orgs.) *Memória e (res) sentimento*. Campinas: Unicamp, 2001.

_____. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo, Editora 34, 2006.

GOLDANI, Ana Maria. Família, gênero e políticas: famílias brasileira nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. *Revista Brasileira de Estudos Avançados*, v.19, n.1, 2002.

GONÇALVES FILHO, J. M. *Humilhação Social – um problema político em psicologia*. São Paulo: Psicologia USP, 1998.

GREGORI, Maria Filomena. *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

HALEY, Jay. *Terapia não convencional*. As técnicas de Milton H. Erickson. São Paulo: Summus, 1981.

HAREVEN, Tamara. *Novas imagens do envelhecimento e a construção social do curso de vida*. In: *Cadernos Pagu* (13) 1999.

HEUSDEN, A. VAN; EERENBEEMT, E.V.D. *Thérapie familiale et générations – aperçu sur l'oeuvre de Ivan Boszormenyi-Nagy e Spark (1988)*. Paris: Nodules Puf, 1987.

HIRYE, Helena M.C. Estrangeiridade, invisibilidade política e vulnerabilidade psíquica: imigrantes bolivianos em São Paulo. Disponível em: www.fundamentalpsychology.com. Acesso em: 20 de fevereiro de 2010.

JELIN, Elizabeth. “Vítimas, familiares y ciudadanos-as. Las luchas por la legitimidad de la palabra”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 29, p. 37-60, jul./dez. 2007.

KAES, René. Um pacto de resistência intergeracional ao luto. In: CORREA, O. *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. São Paulo: Escuta, 2001.

JÖNG, Eloisa; BASSO Raquel.; PAIRA, Marisa.; GARCIA, Lilia. Las representaciones sociales acerca de la família. In: *Ciencia, Docencia y Tecnologia*, mayo, año/vol. XV, número 028.

KEHL, Maria Rita. *Deslocamentos do Feminino*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1998.

_____ *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

KROM, Marilene. *Família e Mitos, prevenção e terapia: resgatando histórias*. São Paulo: Summus Editoria, 2000 .

KOLTAI, Catarina. *A segregação, uma questão para o analista*. In: KOLTAI, C. O estrangeiro (org.). São Paulo: Editora Escuta/FAPESP, 1998.

LÉVI-STRAUSS, CLAUDE; *As estruturas elementares de parentesco*, trad. Mariano Ferreira, Ed. Vozes, 2º edição, 1982.

LOUREIRO, Inês. Sobre algumas disposições metodológicas de inspiração freudiana. In: QUEIROZ, E. Silva, A R. (Org) *Pesquisa em psicopatologia fundamental*. São Paulo: E. Escuta, 2002.

MCGOLDRIK, Monica. *Novas Abordagens da Terapia Familiar: Raça, Cultura e Gênero na Prática Clínica*. São Paulo: Editora Roca Ltda, 2003.

MARTES, Ana Cristina B; FLEISCHER, Soraia (Orgs) *Fronteiras Cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MEZAN, Renato. Pesquisa teórica em psicanálise. *Psicanálise e Universidade: Revista da PUC – SP*, n. 1, 1994, p. 51.

MINUCHIN, Patrícia, COLAPINTO Jorge & MINUCHIN, Salvador. *Trabalhando com famílias pobres*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1999.

MINUCHIN, Salvador; Fishman, Charles H. *Guida alle Tecniche della terapia della Famiglia*. Roma: Astrolábio. 1982

MORIN, Edgar. Epistemologia da complexidade. In: D. F. Schnitman (Org.) *Novos paradigmas: cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, Silvio. (Org.) *Família brasileira: a base de tudo*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF:UNICEF, 1994.

NEUBERGER, Robert. *O mito familiar*. São Paulo: Summus Editorias, 1999.

O CÉU de Sueli. Direção: Karim Aïnouz; Produção: Walter Salles, Maurício Andrade Ramos, Hengameh Panahi, Thomas Habërle e Peter Rommel; Intérpretes: Hermila Guedes, Zezita Matos, João Miguel, Georgina Castro, Claudio Jaborandy, Marcelia Cartaxo, Matheus Vieira e Flávio Bauraqui. Roteiro: MAurício Zacharias, Felipe Bragança e Karim Aïnouz, baseado em argumento de Maurício Zacharias e Karim Aïnouz, 2006, (88 min).

PAUGAM, Serge. *A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: EDUC/CORTEZ, 2003.

PACHECO, Raul A.; CARIGNATO, Taeco. T.; ROSA, Miriam D. (Orgs). *Psicanálise, Cultura e Migração*. São Paulo: YM Editora e Gráfica, 2002

PEREIRA, Maria Lúcia Duarte; GOMES, Mônica Araújo. Famílias em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10 (2), 2005.

PLON, Michel. A face oculta da análise leiga. *Agora*, Rio de Janeiro, V. II, n.1, 1999, p. 91.

PUGET, Janine. Disso não se fala...transmissão e memória. In: CORREA, Olga R.(Org.) *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. São Paulo: Escuta, 2001.

RABINOVICH, Elaine P.; REIS, Lilian P.C. O fantasma da repetição e a relação mãe/filha. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 16(3), 2003.

RELVAS, A.P. *O ciclo vital da família: Perspectiva sistêmica*. Lisboa: Afrontamento. 2ª Edição, 2000.

ROBERT, Marthe. *Romance das origens, origens do romance*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

ROSA, M.D. *Viver em tempos sombrios: do gozo à experiência compartilhada*. A ser publicado nos Anais do III Congresso de Psicologia Fundamental e IX Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental, 2008.

_____. *O lugar da criança e a família na contemporaneidade*. Campinas: Literal, 9, 2006

_____. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*. Fortaleza: UNIFOR, v.IV, n. 2, p.329, setembro 2004.

_____. Uma escuta psicanalítica de Vidas Secas. *Textura, Revista de Psicanálise*, n.2, 2002.

_____. O não-dito e a transmissão da história. *Psychê, Revista de Psicanálise da Universidade São Marcos*, v.5, n.8, 2001.

ROSA, Miriam D. *Histórias que não se contam*. Taubaté, SP: Cabral, 2000.

_____. Adolescência: Da cena social à cena familiar. *Psicologia USP*, vol.13, n.2, p-247-241

_____. O discurso e o ato na produção do laço social: reflexões sobre a delinquência. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICANÁLISE E SUAS CONEXÕES: TRATA-SE UMA CRIANÇA 1999, Rio de Janeiro. Trata-se Uma criança. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, v. 1. p. 275-287. 1999^a.

_____. A subjetivação nas configurações familiares da “pós-modernidade”. *Psicanálise e Universidade*, n° 9 e 10. São Paulo, 1999b.

ROSA, M.D. O discurso e o laço social dos meninos de rua. *Psicologia USP* v.10 n.2 São Paulo. *Version impresa*. 1999c. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641999000200013&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 10 de fevereiro de 2010.

_____. et al. *A condição errante do desejo e seus impasses: os imigrantes, refugiados e desterrados e a clínica do traumático*. Projeto Migração e Cultura: experiências de atendimento a pessoas em vulnerabilidade social, 2008.

ROUDINESCO, Elizabeth. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

RUDGE, Ana Maria. *Trauma*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

SALLES, Vania. Quando hablamos de família, de que família estamos hablando? *Revista Nueva Antropologia*, junio, año/vol. XI, número 039, México, 1991.

SAMARA, SAMARA, E. M. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, A. M. et al. (Orgs.) *Pensando a família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987. p.25-36.

SARTI, Cintia. *A família como espelho*. 2.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

_____. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.; (org.) *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo, IEE/PUCSP.

SAWAIA, Bader (org.) *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2006.

SLUZKI, Carlos. E. *A Rede Social na Prática sistêmica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SOUZA, Edson L A de. (A vida entre parênteses) O caso clínico como ficção. *Psicologia Clínica*, v. 12, n.1, p.11, 2002.

SOUZA, Otavio. Reflexões sobre a extensão dos conceitos e da prática psicanalítica. In: ARAGÃO, L. T. *Clínica do Social: ensaios*. São Paulo: Escuta, 1991.

SOUZA, Paulo Fernando P. de. *Homens invisíveis: identidades de homens atendidos pelas políticas sociais de atenção às famílias em situação de vulnerabilidade social*. Dissertação (Mestrado em Psicologia social), PUC/SP 2009.

STEVENS, Cristina. Maternidade e Feminismo; diálogos na literatura contemporânea. In: _____ (org.) *Maternidade e Feminismo: diálogos interdisciplinares*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres/Edunisc, 2007.

THERBORN, Göran. *Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000*. São Paulo: Contexto, 2006.

VILELA, Letícia de Andrade. *Mulheres imigrantes: Articulação política e desejo - um estudo psicanalítico em torno das migrações*. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). PUC- São Paulo.

VOLNOVICH, J. A criança, a família e a história. In: ____ *A psicose e a criança*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

VON SIMSON, Olga R.S. O direito à memória familiar: história oral e educação não formal na periferia das grandes cidades. Disponível em: www.comciencia.br, 2003. Acesso em: 10 de fevereiro de 2010

WEISSMANN, Lisette. *Famílias Monoparentais*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

ZALUAR, A.; NORONHA J.C.; ALBUQUERQUE, C. Violência: Pobreza ou Fraqueza Institucional. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro (supl. 1), 1994

ZAVAIA, Veronica Z.M. de O. *Anotações das aulas do curso: Familias y migraciones: un abordaje sociológico*. Universidad Nacional Autónoma de México/USP: 2009.

ANEXO 1 Termo de consentimento livre e esclarecido

As políticas sociais voltadas às famílias atendem milhares de pessoas que habitam as periferias da cidade de São Paulo, sendo um grande número dessas famílias migradas de outras regiões do Brasil. Suas dinâmicas relacionais derivam-se dos fatores sócio-históricos e culturais de seus contextos de origem e sofrem transformações no decorrer das trajetórias da migração e da inserção nas novas situações de vida.

No entanto, as histórias de origem e as trajetórias intergeracionais dessas famílias parecem invisíveis para as políticas públicas e os profissionais que as executam.

Nossa intenção é pesquisar uma família migrada da Bahia, escolhida para participar do Projeto-piloto Família Acolhedora da Prefeitura do Município de São Paulo, cuja instituição executora é o Instituto de Terapia Familiar de São Paulo (ITFSP).

A pesquisa se dará a partir de encontros quinzenais gravados em vídeo com a equipe do ITFSP, bem como de algumas visitas domiciliares previamente combinadas, durante os dois anos de acompanhamento do acolhimento do menino Kauã de Jesus Silva por uma família acolhedora designada pelos parceiros do projeto (conforme projeto de pesquisa em anexo). Nos encontros, dois terapeutas/facilitadores conversarão com a família, em entrevistas abertas, construindo com eles narrativas de vida intergeracionais.

Os profissionais envolvidos não farão críticas, nem qualquer exigência. Poderão interromper o encontro a qualquer momento ou se retirarem do local no momento que o desejarem, sem sofrer, de nossa parte, qualquer represália, bem como retirar o consentimento para os encontros já realizados ou se recusarem a novos encontros.

Nada do que for dito nos encontros será veiculado ou comunicado a outros que não os participantes do projeto-piloto Família Acolhedora e da presente pesquisa.

A pesquisa não oferece qualquer risco para os membros da família e os sujeitos serão escutados sobre o que desejarem falar durante o tempo do encontro.

Os sujeitos que assinam o presente termo (TCLE) terão garantido e assegurado o direito de sigilo a suas identidades, ou seja, os nomes e sobrenomes das pessoas citadas não serão divulgados, salvaguardando o direito à confidencialidade. Não serão ressarcidos ou remunerados, afora despesas de condução previstas no projeto-piloto FA.

De nossa parte, a participação é voluntária e a negativa em participar não trará consequências aos sujeitos.

A aceitação em participar da pesquisa implica, para os sujeitos, a autorização para que o pesquisador possa tornar públicos seus resultados, preservando a identificação da família.

ANEXO 2 Genograma da família Dos Santos Pereira

